

## Índice

### Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

### DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	8
Demonstração do Resultado Abrangente	10
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	11

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	13
DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	14
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	15
Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto	16

### DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	18
Balanço Patrimonial Passivo	20
Demonstração do Resultado	23
Demonstração do Resultado Abrangente	25
Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto	26

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2016 à 31/12/2016	28
Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto	29

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	31
Notas Explicativas	69
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	186

### Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	189
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	192
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	193
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	194

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Último Exercício Social 31/12/2016</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	2.896.785
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>2.896.785</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
---------------	------------------	-----------------	-------------------------	------------------------	-----------------------	---

---

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
1	Ativo Total	16.473.945	15.348.364	12.378.036
1.01	Ativo Circulante	1.798.775	3.516.619	1.856.975
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	361.252	283.703	290.549
1.01.02	Aplicações Financeiras	273.885	1.898.751	600.754
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	259.270	1.771.397	541.389
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	259.270	1.771.397	541.389
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	14.615	127.354	59.365
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	14.615	127.354	59.365
1.01.03	Contas a Receber	713.541	1.008.021	687.226
1.01.03.01	Clientes	713.541	1.008.021	687.226
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	676.851	970.079	649.571
1.01.03.01.02	Concessionários Transporte de energia	36.690	37.942	37.655
1.01.04	Estoques	4.401	4.631	5.596
1.01.06	Tributos a Recuperar	231.950	118.531	169.376
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	231.950	118.531	169.376
1.01.06.01.01	Tributos Compensáveis	55.486	41.502	59.877
1.01.06.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	176.464	77.029	109.499
1.01.07	Despesas Antecipadas	0	86.941	4.450
1.01.07.01	Adiantamento a Fornecedores	0	86.941	4.450
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	213.746	116.041	99.024
1.01.08.03	Outros	213.746	116.041	99.024
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	34.566	8.472	23.749
1.01.08.03.02	Prêmio Repactuação Risco Hidrológico	16.618	13.097	0
1.01.08.03.03	Ativo Financeiro da Concessão	13.233	13.233	4.582
1.01.08.03.04	Créditos junto à Eletrobrás	48.379	0	0
1.01.08.03.20	Outros Créditos	100.950	81.239	70.693
1.02	Ativo Não Circulante	14.675.170	11.831.745	10.521.061
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.697.220	2.735.512	1.581.994
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	8.268	18.053	10.283

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	8.268	18.053	10.283
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	229.053	60.000	0
1.02.01.07.01	Adiantamento a Fornecedores	229.053	60.000	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	74.630	1.709	2.345
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	74.630	1.709	2.345
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.385.269	2.655.750	1.569.366
1.02.01.09.03	Depósitos Vinculados a Litígios	229.294	221.129	174.266
1.02.01.09.04	Tributos Compensáveis	14.870	23.797	41.055
1.02.01.09.05	Prêmio Repactuação Risco Hidrológico	46.305	50.209	0
1.02.01.09.07	Ativo Financeiro da Concessão	2.820.902	2.034.632	1.268.404
1.02.01.09.20	Outros Créditos	273.898	325.983	85.641
1.02.02	Investimentos	7.773.818	5.752.448	4.039.033
1.02.02.01	Participações Societárias	7.773.818	5.752.448	4.039.033
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.481.926	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	5.291.892	5.752.448	4.039.033
1.02.03	Imobilizado	3.168.380	3.307.676	4.849.638
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.168.380	3.307.676	4.849.638
1.02.04	Intangível	35.752	36.109	50.396
1.02.04.01	Intangíveis	35.752	36.109	50.396
1.02.04.01.02	Intangível	35.752	36.109	50.396

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
2	Passivo Total	16.473.945	15.348.364	12.378.036
2.01	Passivo Circulante	4.815.299	4.259.795	3.471.386
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	52.554	50.549	44.263
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	52.554	50.549	44.263
2.01.02	Fornecedores	372.704	331.823	309.010
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	372.704	331.823	309.010
2.01.03	Obrigações Fiscais	132.863	133.870	84.237
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	85.224	87.415	44.925
2.01.03.01.02	PASEP	5.617	7.959	5.802
2.01.03.01.03	COFINS	26.007	37.369	26.727
2.01.03.01.04	INSS	4.644	4.556	4.351
2.01.03.01.05	Outros	48.956	37.531	8.045
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	46.150	45.047	38.226
2.01.03.02.01	ICMS	46.150	45.047	38.226
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.489	1.408	1.086
2.01.03.03.01	ISSQN	1.489	1.408	1.086
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.263.795	2.831.479	2.876.529
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.410.782	2.129.984	2.210.604
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.407.163	2.125.510	2.210.050
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	3.619	4.474	554
2.01.04.02	Debêntures	1.853.013	701.495	665.925
2.01.05	Outras Obrigações	993.383	912.074	157.347
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	0	285
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	0	285
2.01.05.02	Outros	993.383	912.074	157.062
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	605.000	718.137	0
2.01.05.02.04	Encargos Regularórios	67.377	56.019	45.727
2.01.05.02.05	Obrigações Pós-Emprego	45.377	38.048	34.615
2.01.05.02.06	Participações nos Lucros	3.306	26.774	24.881

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
2.01.05.02.07	Outras Obrigações	88.146	70.285	30.814
2.01.05.02.08	Concessões a pagar	2.977	2.811	21.025
2.01.05.02.09	Venda Antecipada de Energia Elétrica	181.200	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	7.075.452	6.404.757	5.420.040
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.379.790	4.907.593	4.160.171
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	752.930	892.438	754.250
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	749.133	885.285	744.278
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	3.797	7.153	9.972
2.02.01.02	Debêntures	4.626.860	4.015.155	3.405.921
2.02.02	Outras Obrigações	1.304.837	1.041.454	881.398
2.02.02.02	Outros	1.304.837	1.041.454	881.398
2.02.02.02.03	Impostos, Taxas e Contribuições	101.233	101.233	101.233
2.02.02.02.05	Encargos Regulatórios	126.742	90.000	53.827
2.02.02.02.06	Obrigações Pós-Emprego	861.084	683.422	546.983
2.02.02.02.08	Concessões a Pagar	19.026	18.578	149.855
2.02.02.02.09	Outras Obrigações	196.752	148.221	29.500
2.02.03	Tributos Diferidos	285.529	378.000	285.727
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	285.529	378.000	285.727
2.02.04	Provisões	105.296	77.710	92.744
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	105.296	77.710	91.893
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	7.145	5.161	3.652
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	46.286	44.559	54.482
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	364	305	93
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias ANEEL	50	2.670	1.446
2.02.04.01.06	Provisões Outras	51.451	25.015	32.220
2.02.04.02	Outras Provisões	0	0	851
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	0	0	851
2.03	Patrimônio Líquido	4.583.194	4.683.812	3.486.610
2.03.01	Capital Social Realizado	1.837.710	1.837.710	1.700.000

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
2.03.04	Reservas de Lucros	2.474.659	2.485.879	1.309.293
2.03.04.01	Reserva Legal	119.307	115.814	104.448
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	2.310.482	2.325.471	1.180.947
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	44.870	44.594	23.898
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	270.825	360.223	477.317

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.494.761	7.377.198	7.714.717
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.052.264	-3.764.514	-3.237.687
3.02.01	Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-296.951	-293.484	-273.211
3.02.02	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-3.052.165	-2.601.484	-1.692.445
3.02.03	Pessoal e Administradores	-317.341	-272.723	-251.214
3.02.05	Materiais	-10.181	-12.498	-13.426
3.02.06	Materia-Prima e Insumos para Produção de Energia	-40	-83.723	-282.447
3.02.07	Serviços de Terceiros	-94.023	-112.927	-132.183
3.02.08	Depreciação e Amortização	-177.286	-243.695	-293.602
3.02.09	Reversões (Provisões) Operacionais	-44.444	11.684	-83.746
3.02.10	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	0	0	-122.593
3.02.11	Custo de Construção	-53.824	-146.030	-80.358
3.02.12	Outros Custos de Operação	-6.009	-9.634	-12.462
3.03	Resultado Bruto	2.442.497	3.612.684	4.477.030
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.240.798	377.062	-738.428
3.04.01	Despesas com Vendas	134	458	-559
3.04.01.01	Reversões (Despesas) com Vendas	134	458	-559
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-141.374	-164.079	-155.307
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-928.624	523.948	-194.064
3.04.05.01	Resultado de Valor Justo em Operação Societária	0	729.442	0
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	-165.933	-205.494	-194.064
3.04.05.03	Ajuste referente a desvalorização em Investimentos	-762.691	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-170.934	16.735	-388.498
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.201.699	3.989.746	3.738.602
3.06	Resultado Financeiro	-1.152.799	-785.494	-534.490
3.06.01	Receitas Financeiras	171.338	204.741	145.714
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.324.137	-990.235	-680.204
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	48.900	3.204.252	3.204.112
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	20.968	-887.979	-1.115.147

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
3.08.01	Corrente	-24.183	-751.334	-1.056.188
3.08.02	Diferido	45.151	-136.645	-58.959
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	69.868	2.316.273	2.088.965
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	69.868	2.316.273	2.088.965
3.99.01.01	ON	0,0241	0,7996	0,7211
3.99.02.01	ON	0,0241	0,7996	0,7211

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	69.868	2.316.273	2.088.965
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-72.527	-69.333	0
4.02.03	Ajuste de Passivo Atuarial - Remens. de obrigaç. de planos de benef. definidos, liquida de impostos	-91.857	-83.856	0
4.02.04	Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes em Controlada e Controlada em Conjunto	19.420	14.433	0
4.02.05	Diferenças Cambiais de Equivalência Patrimonial	-90	90	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	-2.659	2.246.940	2.088.965

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.196.483	1.896.678	2.873.823
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.686.400	3.667.026	4.276.486
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	69.868	2.316.273	2.088.965
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	182.785	252.897	296.841
6.01.01.03	Ganho Líquido na Indenização de Ativos	0	-100.528	-420.013
6.01.01.04	Baixas Líquidas de Imobilizados	12.130	27.727	55.439
6.01.01.05	Imposto de Renda e Contribuição Social	-20.968	887.979	1.115.147
6.01.01.06	Equivalência Patrimonial	170.934	-16.735	388.498
6.01.01.07	Juros e Variações Monetárias	315.839	862.362	596.746
6.01.01.09	Provisões para Perdas Operacionais	92.869	106.444	84.305
6.01.01.10	Provisão para Perdas na Alienação de Investimentos	762.691	0	0
6.01.01.11	Resultado de Valor Justo e Operação Societária	0	-729.442	0
6.01.01.12	Obrigações Pós-Emprego	100.252	60.049	70.558
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.628.890	-313.533	75.090
6.01.02.01	Consumidores e Revendedores	293.363	-302.510	23.703
6.01.02.02	IR/CS a Compensar	-99.435	32.470	-41.613
6.01.02.03	Tributos Compensáveis	-5.057	45.639	122.769
6.01.02.04	Transporte de Energia	1.252	-287	-8.352
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	2.718	-7.233	-14.593
6.01.02.07	Participação nos Lucros	-23.468	1.893	-7.168
6.01.02.08	Fornecedores	40.881	22.036	94.770
6.01.02.09	Tributos e Contribuição Social	-1.007	48.710	-315
6.01.02.10	Salários e Contribuições Sociais	2.005	6.286	1.595
6.01.02.11	Encargos Regulatórios	48.100	41.792	-2.885
6.01.02.13	Obrigações Pós-Emprego	-54.438	-47.232	-44.203
6.01.02.14	Adiantamento a Fornecedores	-118.824	-130.217	0
6.01.02.15	Dividendos Recebidos	169.613	133.953	12.742
6.01.02.16	Revendedores - Transações com Energia Livre	181.200	0	0
6.01.02.17	Ativo Financeiro	-2.126.432	10.250	5.560

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
6.01.02.18	Concessões a Pagar	-51.583	234	5.856
6.01.02.19	IR/CS a pagar	113.750	-105.854	31.211
6.01.02.20	Outros	-1.528	-63.463	-103.987
6.01.03	Outros	-1.253.993	-1.456.815	-1.477.753
6.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-137.933	-683.124	-1.087.399
6.01.03.02	Juros Pagos	-1.116.060	-773.691	-390.354
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	693.914	-2.024.298	-3.104.891
6.02.01	Em Investimentos	-871.993	-309.684	-2.402.026
6.02.02	No Imobilizado	-47.162	-76.968	-55.653
6.02.03	No Intangível	-4.394	-5.324	-4.733
6.02.04	No Ativo Financeiro	0	-146.030	-80.358
6.02.05	Títulos e Valores Mobiliários	1.617.463	-1.305.767	-29.431
6.02.07	Aporte	0	-180.525	-532.690
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	580.118	120.774	-585.557
6.03.01	Financiamentos Obtidos	3.382.451	3.113.449	3.318.769
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-2.591.237	-2.550.422	-581.267
6.03.03	Juros sobre Capital Próprio Pagos	-211.096	-469.311	-3.323.059
6.03.05	Aumento de Capital	0	27.058	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	77.549	-6.846	-816.625
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	283.703	290.549	1.107.174
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	361.252	283.703	290.549

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.837.710	0	2.485.879	0	360.223	4.683.812
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.837.710	0	2.485.879	0	360.223	4.683.812
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-14.713	-83.246	0	-97.959
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-83.246	0	-83.246
5.04.08	Parcela Dividendos Obrigatórios não Distribuída - Reversão de Provisão	0	0	202.041	0	0	202.041
5.04.09	Dividendos Estatutários	0	0	-216.754	0	0	-216.754
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	69.868	-72.527	-2.659
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	69.868	0	69.868
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-72.527	-72.527
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	19.420	19.420
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-90	-90
5.05.02.06	Ajuste Passivo Atuarial - Remensuração de Obrigações de planos de Benefícios Definidos	0	0	0	0	-91.857	-91.857
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.493	13.378	-16.871	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	3.493	-3.493	0	0
5.06.05	Ajustes de avaliação patrimonial - custo atribuído de Imobilizado	0	0	0	16.871	-16.871	0
5.07	Saldos Finais	1.837.710	0	2.474.659	0	270.825	4.583.194

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	1.700.000	0	1.309.293	0	477.317	3.486.610
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.700.000	0	1.309.293	0	477.317	3.486.610
5.04	Transações de Capital com os Sócios	137.710	0	0	-1.187.448	0	-1.049.738
5.04.01	Aumentos de Capital	137.710	0	0	0	0	137.710
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-195.407	0	-195.407
5.04.08	Dividendos Estatutários	0	0	0	-552.041	0	-552.041
5.04.09	Dividendos Intermediários Estatutários	0	0	0	-440.000	0	-440.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.316.273	-69.333	2.246.940
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.316.273	0	2.316.273
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-69.333	-69.333
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Controladas e Coligadas	0	0	0	0	14.433	14.433
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	90	90
5.05.02.06	Ajuste de Passivo Atuarial - Remensuração de Obrigações de Planos de Benefícios Definidos	0	0	0	0	-83.856	-83.856
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.176.586	-1.128.825	-47.761	0
5.06.04	Retenção de Lucro	0	0	1.040.076	-1.040.076	0	0
5.06.05	Reserva Legal	0	0	115.814	-115.814	0	0
5.06.06	Reserva de Incentivos Fiscais - SUDENE	0	0	20.696	-20.696	0	0
5.06.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial - Custo Atribuído de Imobilizado	0	0	0	47.761	-47.761	0
5.07	Saldos Finais	1.837.710	0	2.485.879	0	360.223	4.683.812

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	893.192	0	2.384.711	0	537.114	3.815.017
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	893.192	0	2.384.711	0	537.114	3.815.017
5.04	Transações de Capital com os Sócios	806.808	0	-2.053.813	-1.170.367	0	-2.417.372
5.04.01	Aumentos de Capital	806.808	0	-806.808	0	0	0
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-140.367	0	-140.367
5.04.08	Dividendos Estatutários Obrigatórios	0	0	0	-1.030.000	0	-1.030.000
5.04.09	Pagamentos de Dividendos Extraordinários	0	0	-1.247.005	0	0	-1.247.005
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	2.088.965	0	2.088.965
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	2.088.965	0	2.088.965
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	978.395	-918.598	-59.797	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	59.797	-59.797	0
5.06.04	Retenção de Lucros	0	0	850.049	-850.049	0	0
5.06.05	Reserva Legal	0	0	104.448	-104.448	0	0
5.06.06	Reserva de Incentivos Fiscais SUDENE	0	0	23.898	-23.898	0	0
5.07	Saldos Finais	1.700.000	0	1.309.293	0	477.317	3.486.610

**DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
7.01	Receitas	7.983.577	8.963.421	9.095.602
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.138.678	8.636.605	8.555.035
7.01.02	Outras Receitas	790.941	180.328	460.768
7.01.02.01	Outras Receitas	1.237	180	771
7.01.02.02	Investimentos em Imobilizado	38.603	79.620	39.984
7.01.02.03	Receita de Indenização de transmissão	751.101	100.528	420.013
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	53.824	146.030	80.358
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	134	458	-559
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.053.269	-3.750.257	-2.910.687
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.674.490	-3.108.545	-2.120.329
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-234.314	-475.459	-605.462
7.02.04	Outros	-144.465	-166.253	-184.896
7.02.04.02	Outros Custos Operacionais	-141.576	-166.253	-184.896
7.02.04.04	Concessão Onerosa	-2.889	0	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	3.930.308	5.213.164	6.184.915
7.04	Retenções	-182.785	-252.897	-296.841
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-182.785	-252.897	-296.841
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.747.523	4.960.267	5.888.074
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-762.287	950.918	-242.784
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-170.934	16.735	-388.498
7.06.02	Receitas Financeiras	171.338	204.741	145.714
7.06.03	Outros	-762.691	729.442	0
7.06.03.01	Receita de Valor Justo em Operação Societária	0	729.442	0
7.06.03.02	Ajuste referente a desvalorização em Investimentos	-762.691	0	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.985.236	5.911.185	5.645.290
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.985.236	5.911.185	5.645.290
7.08.01	Pessoal	409.445	356.796	357.534
7.08.01.01	Remuneração Direta	251.251	270.992	236.742
7.08.01.02	Benefícios	114.021	70.012	104.830

**DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
7.08.01.03	F.G.T.S.	20.848	15.792	15.905
7.08.01.04	Outros	23.325	0	57
7.08.01.04.01	Programa de Desligamento de Empregados	23.325	0	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.152.319	2.227.579	2.495.067
7.08.02.01	Federais	596.461	1.656.799	1.962.040
7.08.02.02	Estaduais	553.341	568.769	530.757
7.08.02.03	Municipais	2.517	2.011	2.270
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.353.604	1.010.537	703.724
7.08.03.01	Juros	1.324.137	990.235	680.204
7.08.03.02	Aluguéis	29.467	20.302	23.520
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	69.868	2.316.273	2.088.965
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	69.868	195.407	140.367
7.08.04.02	Dividendos	0	992.041	1.030.000
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	0	1.128.825	918.598

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
1	Ativo Total	16.484.244	0	0
1.01	Ativo Circulante	2.350.171	0	0
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	427.827	0	0
1.01.02	Aplicações Financeiras	424.046	0	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	408.813	0	0
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	408.813	0	0
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	15.233	0	0
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	15.233	0	0
1.01.03	Contas a Receber	761.629	0	0
1.01.03.01	Clientes	761.629	0	0
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores	724.939	0	0
1.01.03.01.02	Concessionário - Transporte de Energia	36.690	0	0
1.01.04	Estoques	4.401	0	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	231.957	0	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	231.957	0	0
1.01.06.01.01	Tributos Compensáveis	55.493	0	0
1.01.06.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	176.464	0	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	500.311	0	0
1.01.08.03	Outros	500.311	0	0
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	11.893	0	0
1.01.08.03.02	Prêmio Repactuação Risco Hidrológico	16.618	0	0
1.01.08.03.03	Ativo Financeiro da Concessão	332.763	0	0
1.01.08.03.04	Créditos junto à Eletrobrás	48.379	0	0
1.01.08.03.20	Outros Créditos	90.658	0	0
1.02	Ativo Não Circulante	14.134.073	0	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.636.277	0	0
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	13.038	0	0
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	13.038	0	0
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	229.053	0	0

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
1.02.01.07.01	Adiantamento a Fornecedores	229.053	0	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	74.630	0	0
1.02.01.08.01	Créditos com Coligadas	74.630	0	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	5.319.556	0	0
1.02.01.09.03	Depósitos Vinculados a Litígios	229.294	0	0
1.02.01.09.04	Ativo Financeiro da Concessão	4.755.137	0	0
1.02.01.09.05	Tributos Compensáveis	14.870	0	0
1.02.01.09.06	Prêmio Repactuação Risco Hidrológico	46.305	0	0
1.02.01.09.20	Outros Créditos	273.950	0	0
1.02.02	Investimentos	5.291.892	0	0
1.02.02.01	Participações Societárias	5.291.892	0	0
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	5.291.892	0	0
1.02.03	Imobilizado	3.170.152	0	0
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	3.170.152	0	0
1.02.04	Intangível	35.752	0	0
1.02.04.01	Intangíveis	35.752	0	0
1.02.04.01.02	Intangíveis	35.752	0	0

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
2	Passivo Total	16.484.244	0	0
2.01	Passivo Circulante	4.825.900	0	0
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	52.557	0	0
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	52.557	0	0
2.01.02	Fornecedores	377.038	0	0
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	377.038	0	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	142.849	0	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	95.129	0	0
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	6.072	0	0
2.01.03.01.02	COFINS	28.241	0	0
2.01.03.01.03	PASEP	6.100	0	0
2.01.03.01.04	INSS	5.699	0	0
2.01.03.01.05	OUTROS	49.017	0	0
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	46.156	0	0
2.01.03.02.01	ICMS	46.156	0	0
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.564	0	0
2.01.03.03.01	ISS	1.564	0	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	3.256.193	0	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.410.782	0	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.407.163	0	0
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	3.619	0	0
2.01.04.02	Debêntures	1.845.411	0	0
2.01.05	Outras Obrigações	997.263	0	0
2.01.05.02	Outros	997.263	0	0
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	605.000	0	0
2.01.05.02.04	Encargos Regulatórios	69.955	0	0
2.01.05.02.05	Participação nos lucros	3.306	0	0
2.01.05.02.06	Obrigações Pós -Emprego	45.377	0	0
2.01.05.02.07	Concessões a Pagar	2.977	0	0

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
2.01.05.02.08	Venda Antecipada de Energia Elétrica	181.200	0	0
2.01.05.02.20	Outras Obrigações	89.448	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	7.075.150	0	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.377.478	0	0
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	752.930	0	0
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	749.133	0	0
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	3.797	0	0
2.02.01.02	Debêntures	4.624.548	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	1.306.202	0	0
2.02.02.02	Outros	1.306.202	0	0
2.02.02.02.03	Obrigações Pós-Emprego	861.084	0	0
2.02.02.02.04	Encargos Regulatórios	128.068	0	0
2.02.02.02.06	Concessões a Pagar	19.026	0	0
2.02.02.02.07	Impostos, Taxas e Contribuições	101.233	0	0
2.02.02.02.20	Outras Obrigações	196.791	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	286.174	0	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	286.174	0	0
2.02.04	Provisões	105.296	0	0
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	105.296	0	0
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	7.145	0	0
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	46.286	0	0
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	364	0	0
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias ANEEL	50	0	0
2.02.04.01.06	Provisões Outras	51.451	0	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.583.194	0	0
2.03.01	Capital Social Realizado	1.837.710	0	0
2.03.04	Reservas de Lucros	2.474.659	0	0
2.03.04.01	Reserva Legal	119.307	0	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	2.310.482	0	0

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	44.870	0	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	270.825	0	0

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	6.808.975	0	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-4.085.666	0	0
3.02.01	Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-317.994	0	0
3.02.02	Energia Elétrica Comprada para Revenda	-3.052.167	0	0
3.02.03	Pessoal e Administradores	-322.128	0	0
3.02.05	Materiais	-10.818	0	0
3.02.06	Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	-40	0	0
3.02.07	Serviços de Terceiros	-100.907	0	0
3.02.08	Depreciação e Amortização	-177.286	0	0
3.02.09	Reversões (Provisões) Operacionais	-44.444	0	0
3.02.11	Custo de Construção	-53.824	0	0
3.02.12	Outros Custos de Operação	-6.058	0	0
3.03	Resultado Bruto	2.723.309	0	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-1.517.744	0	0
3.04.01	Despesas com Vendas	134	0	0
3.04.01.01	Reversões (Despesas) com Vendas	134	0	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-141.374	0	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-928.790	0	0
3.04.05.01	Ajuste referente a desvalorização em Investimentos	-762.691	0	0
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	-166.099	0	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-447.714	0	0
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-447.714	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.205.565	0	0
3.06	Resultado Financeiro	-1.142.652	0	0
3.06.01	Receitas Financeiras	181.518	0	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.324.170	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	62.913	0	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	6.955	0	0
3.08.01	Corrente	-37.551	0	0

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
3.08.02	Diferido	44.506	0	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	69.868	0	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	69.868	0	0
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	69.868	0	0
3.99.01.01	ON	0,0241	0	0
3.99.02.01	ON	0,0241	0	0

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	69.868	0	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-72.527	0	0
4.02.03	Ajuste de Passivo Atuarial - Remens. de obrigaç. de planos de benef. definidos, liquida de impostos	-91.857	0	0
4.02.04	Equivalência Patrimonial sobre Outros Resultados Abrangentes em Controlada e Controlada em Conjunto	19.420	0	0
4.02.05	Diferenças Cambiais de Equivalência Patrimonial	-90	0	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-2.659	0	0
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-2.659	0	0

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-979.153	0	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.792.930	0	0
6.01.01.01	Lucro Líquido	69.868	0	0
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	182.785	0	0
6.01.01.03	Imposto de Renda e Contribuição Social	-6.955	0	0
6.01.01.04	Baixas Líquidas de Imobilizado	12.130	0	0
6.01.01.06	Equivalência Patrimonial	447.714	0	0
6.01.01.07	Juros e Variações Monetárias	131.576	0	0
6.01.01.09	Provisões para Perdas Operacionais	92.869	0	0
6.01.01.10	Provisão para Perdas na Alienação de Investimentos	762.691	0	0
6.01.01.12	Obrigações Pós-Emprego	100.252	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.512.662	0	0
6.01.02.01	Consumidores e Revendedores	245.275	0	0
6.01.02.02	Participação nos Lucros	-23.468	0	0
6.01.02.03	Tributos Compensáveis	-5.064	0	0
6.01.02.04	Transporte de Energia	1.252	0	0
6.01.02.05	Dividendos Recebidos	126.543	0	0
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	2.718	0	0
6.01.02.07	Concessões a Pagar	-51.583	0	0
6.01.02.08	Fornecedores	45.215	0	0
6.01.02.09	Tributos e Contribuição Social	2.907	0	0
6.01.02.10	Salários e Contribuições Sociais	2.008	0	0
6.01.02.11	Encargos Regulatórios	52.004	0	0
6.01.02.13	Obrigações Pós-Emprego	-54.438	0	0
6.01.02.15	IR/CS a Compensar	-99.435	0	0
6.01.02.16	Ativo Financeiro	-1.940.907	0	0
6.01.02.17	Adiantamento a Fornecedores	-118.824	0	0
6.01.02.18	IR/CS a Pagar	111.882	0	0
6.01.02.19	Venda Antecipada de Energia Elétrica	181.200	0	0

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
6.01.02.20	Outros	10.053	0	0
6.01.03	Outros	-1.259.421	0	0
6.01.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-143.361	0	0
6.01.03.02	Juros Pagos	-1.116.060	0	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	543.159	0	0
6.02.01	Em Investimentos	-856.131	0	0
6.02.02	No Imobilizado	-48.934	0	0
6.02.03	No Intangível	-4.394	0	0
6.02.05	Títulos e Valores Mobiliários	1.452.618	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	580.118	0	0
6.03.01	Financiamentos Obtidos	3.382.451	0	0
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-2.591.237	0	0
6.03.03	Juros sobre Capital Próprio Pagos	-211.096	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	144.124	0	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	283.703	0	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	427.827	0	0

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / Acumulado do Atual Exercício - 01/01/2016 à 31/12/2016****(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.837.710	0	2.485.879	0	360.223	4.683.812	0	4.683.812
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.837.710	0	2.485.879	0	360.223	4.683.812	0	4.683.812
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-14.713	-83.246	0	-97.959	0	-97.959
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-83.246	0	-83.246	0	-83.246
5.04.08	Parcela Dividendos Obrigatórios não Distribuída - Reversao de Provisao	0	0	202.041	0	0	202.041	0	202.041
5.04.09	Dividendos Estatutários	0	0	-216.754	0	0	-216.754	0	-216.754
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	69.868	-72.527	-2.659	0	-2.659
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	69.868	0	69.868	0	69.868
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-72.527	-72.527	0	-72.527
5.05.02.03	Equiv. Patrim. s/Result. Abrang. Coligadas	0	0	0	0	19.420	19.420	0	19.420
5.05.02.06	Ajuste de Passivo Atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos	0	0	0	0	-91.857	-91.857	0	-91.857
5.05.02.07	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	-90	-90	0	-90
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	3.493	13.378	-16.871	0	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	3.493	-3.493	0	0	0	0
5.06.05	Ajustes de avaliação patrimonial - custo atribuído de imobilizado	0	0	0	16.871	-16.871	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.837.710	0	2.474.659	0	270.825	4.583.194	0	4.583.194

**DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
7.01	Receitas	8.320.625	0	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	7.475.726	0	0
7.01.02	Outras Receitas	790.941	0	0
7.01.02.01	Outras receitas	1.237	0	0
7.01.02.02	Investimento em Imobilizado	38.603	0	0
7.01.02.03	Receita de Indenização da Transmissão	751.101	0	0
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	53.824	0	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	134	0	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.081.998	0	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-3.695.534	0	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-241.834	0	0
7.02.04	Outros	-144.630	0	0
7.02.04.02	Outros Custos Operacionais	-141.741	0	0
7.02.04.03	Concessão Onerosa	-2.889	0	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.238.627	0	0
7.04	Retenções	-182.785	0	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-182.785	0	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	4.055.842	0	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-1.028.887	0	0
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-447.714	0	0
7.06.02	Receitas Financeiras	181.518	0	0
7.06.03	Outros	-762.691	0	0
7.06.03.02	Ajuste referente a desvalorização em Investimento	-762.691	0	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	3.026.955	0	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	3.026.955	0	0
7.08.01	Pessoal	414.232	0	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	256.038	0	0
7.08.01.02	Benefícios	114.021	0	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	20.848	0	0

**DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Último Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016</b>	<b>Penúltimo Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015</b>	<b>Antepenúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014</b>
7.08.01.04	Outros	23.325	0	0
7.08.01.04.01	Programa de Desligamento de Empregados	23.325	0	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.189.205	0	0
7.08.02.01	Federais	633.310	0	0
7.08.02.02	Estaduais	553.378	0	0
7.08.02.03	Municipais	2.517	0	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.353.650	0	0
7.08.03.01	Juros	1.324.170	0	0
7.08.03.02	Aluguéis	29.480	0	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	69.868	0	0
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	69.868	0	0



## SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016.....	2
MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO .....	2
A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO .....	4
AMBIENTE REGULATÓRIO.....	6
DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS.....	9
PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO.....	19
GOVERNANÇA CORPORATIVA.....	19
RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES.....	20
INVESTIMENTOS .....	21
INVESTIMENTOS EM GERAÇÃO.....	21
AUDITORIA E GERENCIAMENTO DE RISCOS.....	25
GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO.....	26
RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	34
BALANÇO SOCIAL DA CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO .....	35
A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO EM NÚMEROS .....	37
COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA.....	38



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016

A Cemig Geração e Transmissão (“Companhia” ou “Cemig GT”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras, o parecer do Conselho Fiscal, o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as declarações dos diretores que revisaram as Demonstrações Financeiras e o respectivo relatório dos auditores independentes.

### MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

A persistência das dificuldades no ambiente macroeconômico em 2016 continuaram a exigir das companhias brasileiras um grande esforço de gestão, e no nosso caso em especial, tendo que lidar com um mercado de energia ainda retraído e com custos financeiros para rolagem de nossa dívida ainda muito elevados em função da maior percepção de risco em relação ao País.

Entretanto, entendemos que esses períodos econômicos são cíclicos e a Companhia está fazendo os ajustes necessários, neste momento de instabilidade, para aumentar a sua solidez financeira e operacional, que sempre fizeram parte da sua história.

Tivemos um aumento na nossa dívida em relação ao ano anterior, mas em montantes bem inferiores aos investimentos que fizemos, destacando-se o pagamento de R\$2,2 bilhões pela outorga das 18 usinas constantes do lote D do leilão promovido pelo Governo Federal em dezembro de 2015, no qual fomos vencedores, e que permitirá a operação pela Companhia dessas usinas pelos próximos 30 anos, destacando-se as usinas de Três Marias e Salto Grande.

Ainda temos um volume relevante de dívidas com vencimento nos próximos dois anos, mas já estamos implementando iniciativas que visam o alongamento do perfil de endividamento e buscando a redução do custo de captação de recursos.

Essa mesma disciplina financeira na gestão da dívida também faz parte da busca da melhoria da eficiência operacional. Os nossos custos gerenciáveis continuam sendo bastante competitivos no mercado de geração de energia. No que se refere especificamente aos custos de pessoal, implementamos um programa de desligamento voluntário que teve a adesão de quase 200 empregados e que contribuirá para a redução na nossa despesa nos próximos anos.

Nosso lucro líquido foi de R\$70 milhões, abaixo do verificado no ano anterior, em função de ajustes no nosso investimento na Renova e, principalmente, de não termos em 2016, no nosso portfólio de energia própria para revenda, a usina de São Simão, tendo em vista a discussão judicial com o Governo Federal a respeito da prorrogação das concessões de Jaguara, Miranda e São Simão.



No que se refere a essa questão da discussão judicial envolvendo as usinas, continuamos dialogando com o Governo Federal a prorrogação dessas concessões. Temos a expectativa de encontrarmos uma alternativa de prorrogação dos contratos que possa convergir os interesses do Governo Federal com os direitos da Companhia, presentes de forma inequívoca, em nossa opinião, nos contratos de concessão dessas usinas.

No que se refere ao negócio de transmissão, a boa notícia de 2016 foi a definição das regras de indenização dos ativos, consequência da nossa adesão aos termos da Lei 12.783/13 (MP 579). Essa definição foi importante para podermos incluir em nossas projeções de caixa as entradas dos recursos, garantindo assim a sustentabilidade dos investimentos em transmissão, agora com expectativas de taxas de retorno mais atrativas.

Conforme já mencionamos, temos a expectativa que o 2017 represente uma mudança de ciclo, um ambiente macroeconômico mais favorável, com aumento na confiança dos investidores e da sociedade, com a consequente melhoria no ambiente de investimentos.

Essa expectativa já se materializa na redução nas taxas de juros, o que traz benefícios na diminuição do custo financeiro da nossa dívida e também melhora a expectativa com relação às condições financeiras das rolagens e captações de recursos futuras.

Apesar de todos os desafios, continuamos a ser reconhecidos pela sustentabilidade e responsabilidade social presente em nossas operações. A Cemig, controladora da Cemig GT, foi mais uma vez incluída no Índice de Sustentabilidade Empresarial da BM&F/Bovespa e no Índice Dow Jones de Sustentabilidade, no qual estamos presentes desde 1999. Somos signatários do Pacto Global da Organização das Nações Unidas e temos posição de destaque em vários outros *ratings* de sustentabilidade nacionais e internacionais que representam o reconhecimento de nossas ações nesse sentido.

Concluindo, ressaltamos mais uma vez a nossa confiança no futuro e na nossa capacidade de gestão para concluirmos a implementação dos ajustes necessários que aumentarão a solidez financeira da Cemig GT.

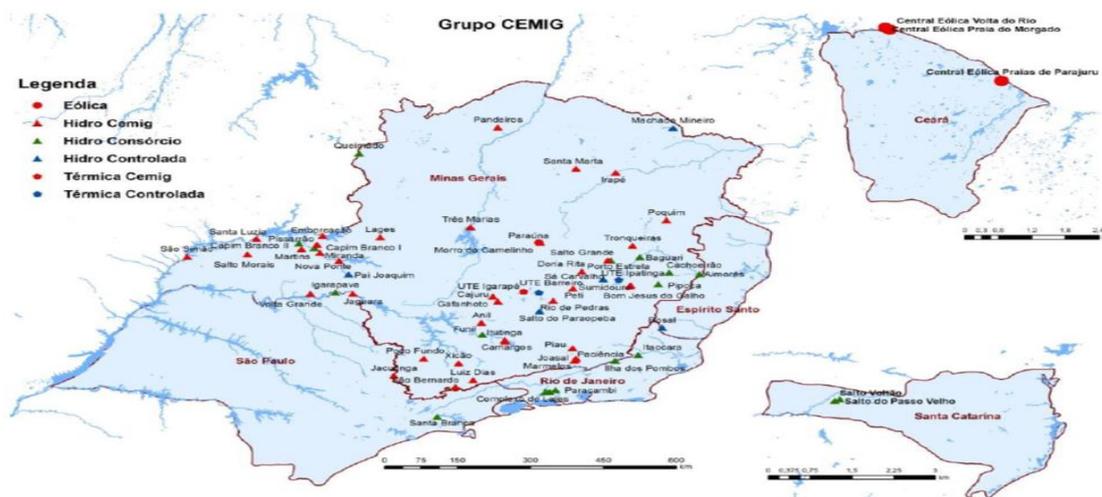
Agradecemos o comprometimento e talento dos nossos colaboradores, nossos acionistas diretos e indiretos e demais partes interessadas no esforço convergente de manter o reconhecimento da Cemig como a melhor energia do Brasil.

## A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

Desde a sua criação, a Cemig Geração e Transmissão sempre demonstrou vocação para a geração de energia elétrica através de hidrelétricas. Com grandes obras e imensos desafios, a Companhia marcou a história dos grandes empreendimentos pela sua engenharia e porte das usinas que construiu. Minas Gerais contribui para essa vocação com seu vasto potencial hidráulico natural e também o seu potencial eólico, mapeado pela Cemig através do lançamento do Atlas Eólico de Minas Gerais.

A Companhia possui participação em 63 Usinas, sendo 58 Usinas Hidrelétricas, 3 Eólicas, 1 Termelétrica e 1 solar e Linhas de Transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão (informações não auditadas pelos auditores independentes).

O mapa a seguir mostra a localização das usinas de geração de energia elétrica em operação da Cemig Geração e Transmissão, incluindo as controladas em conjunto.



### Transmissão

Em 2016, a controlada Cemig Geração e Transmissão (“Cemig GT”) operou e manteve 37 subestações e 4.927 km de linhas de transmissão, nas tensões de 230, 345 e 500 kV, integrantes do Sistema Interligado Nacional (SIN). Além disso, é acessante em 6 subestações de outras transmissoras, onde opera e mantém ativos de transmissão. Para 2017, estão previstas a efetivação das transferências das subestações Guilman Amorim e Nova Lima 6 para a controlada Cemig GT.

A Cemig GT opera e mantém ativos de transmissão de outras 10 empresas, com as quais têm Contratos de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção, em 14 subestações (das quais 4 não são subestações da Cemig GT) e 360 km de linhas de transmissão.



### Destaques da Transmissão

No reajuste da Receita Anual Permitida (“RAP”), em julho de 2016, a receita aumentou em 23,7%, passando de R\$270 milhões para R\$334 milhões.

Em 22 de abril de 2016, o Ministério de Minas e Energia – MME publicou a Portaria nº 120, definindo que os valores homologados pela ANEEL passem a compor a Base de Remuneração Regulatória a partir da próxima revisão tarifária, em 2017, através da inclusão dos saldos na RAP.

As parcelas de remuneração e depreciação não incorporadas às tarifas desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário de 2017 serão atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA e remuneradas pelo custo do capital próprio, real, do segmento de transmissão, definido pela ANEEL nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias Existentes, atualmente de 10,44% ao ano, a ser pago pelo prazo de 8 anos, com ressarcimento pela RAP.

### **Nossa missão, visão e valores**

Missão: Atuar no setor de energia com rentabilidade, qualidade e responsabilidade social.

Visão do Grupo Cemig: Consolidar-se, nesta década, como o maior grupo do setor elétrico nacional em valor de mercado, com presença em gás, líder mundial em sustentabilidade, admirado pelo cliente e reconhecido pela solidez e performance.

Valores: Integridade, ética, riqueza, responsabilidade social, entusiasmo no trabalho e espírito empreendedor.

### ***Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional***

Para disciplinar os comportamentos, atuações e decisões profissionais, a Cemig GT adota a Declaração de Princípios Éticos e Código de Conduta Profissional, disponível na Internet, no site <http://www.cemig.com.br>, consolidada em 11 princípios que traduzem condutas e valores éticos incorporados à nossa cultura.

## AMBIENTE REGULATÓRIO

### *Geração de energia elétrica*

#### Usina Hidrelétrica de Jaguará (“Usina Jaguará”) e Usina Hidrelétrica de São Simão (“Usina São Simão”)

Para as concessões das usinas de Jaguará, São Simão e Miranda, cujas concessões tem o seu prazo de vencimento do 1º termo, não considerando o período de renovação previsto contratualmente, em agosto de 2013, janeiro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente, a Companhia entende que tem direito a prorrogação das concessões nas condições anteriores a Lei 12.783/13 (MP 579), conforme cláusulas estabelecidas nos contratos de concessão e no art. 19 da Lei nº 9.074/1995.

Em 21 de dezembro de 2015, o Ministro Dias Toffoli, deferiu o pedido liminar realizado pela Companhia para que sejam suspensos os efeitos do julgamento da 1ª Seção do STJ, mantendo a Cemig GT na titularidade da concessão da UHE Jaguará, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão, até deliberação em sentido contrário do STF.

A Cemig operou a usina de São Simão através do regime de cotas em 2016, onde somente recebeu uma remuneração (Receita anual de geração - RAG) pela operação e manutenção da usina.

Em 06 de março de 2017, o Superior Tribunal de Justiça concedeu liminar para manter a Cemig GT na titularidade da concessão da usina hidrelétrica de São Simão nas bases iniciais do Contrato de Concessão nº 007/1997, até a conclusão do julgamento do mandado de segurança impetrado pela Companhia. Em 28 de março de 2017 a liminar foi revogada.

Mais detalhes sobre essa questão estão apresentados na Nota Explicativa nº 3 das Demonstrações Financeiras.

#### Pedido de Prorrogação de Prazo da UHE Miranda

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) protocolou, junto ao Poder Concedente, pedido de prorrogação do prazo de concessão da UHE Miranda com base no Contrato de Concessão nº 007/1997, usina que teve o termo final de concessão em 23 de dezembro de 2016.

Considerando que esse pedido não foi aceito pelo Ministério de Minas e Energia (MME), a Cemig GT entrou com um pedido de liminar no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A liminar foi concedida em 22 de dezembro de 2016, mantendo o controle da UHE Miranda com a empresa, nas bases iniciais do Contrato de Concessão nº 007/1997, até a conclusão do julgamento do mandado de segurança impetrado pela Companhia. Em 21 de março de 2017 a liminar foi revogada.



### Conjuntura Hidrológica Brasileira

Após dois anos seguidos com um período úmido (novembro a março) abaixo da média, anos de 2014 e 2015 com 67% e 70% da média histórica respectivamente, o ano de 2016 verificou-se dentro da média histórica, o que possibilitou um ganho de armazenamento significativo nos principais reservatórios. A melhora da hidrologia, no armazenamento e o cenário de baixo consumo de energia levaram a redução na geração térmica do sistema e conseqüentemente uma queda no PLD (preço de curto prazo) ficando em média 67% abaixo do PLD médio de 2015.

A melhora nas condições do sistema no ano de 2016 reduziu a exposição do gerador hidráulico no mercado de curto prazo, reduzindo o impacto do GSF (Generation Scaling Factor) que fechou o ano em média 0,96 contra 0,85 de 2015.

### ***Transmissão de energia elétrica***

Por atuar em um mercado regulado, a receita dos ativos de transmissão da Cemig GT é estabelecida pela ANEEL, sendo atualizada nos processos de revisão tarifária periódica, revisão tarifária extraordinária e reajuste tarifário anual. Semelhante ao que ocorre na Distribuidora, a Empresa atua junto ao Órgão Regulador para o reconhecimento de seus custos nos processos de revisões, reajustes e de homologação das RAPs para novos ativos.

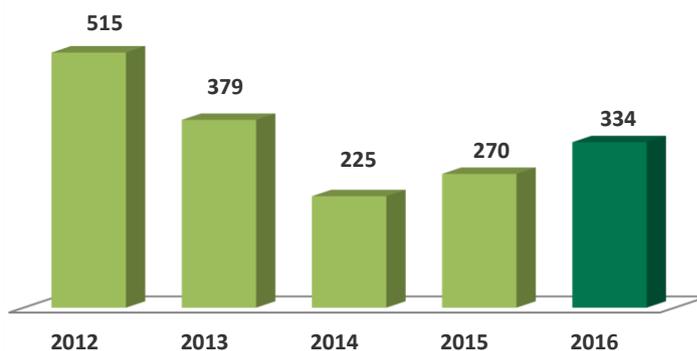
O reajuste anual da receita de transmissão ocorre em 1º de julho de cada ano, exceto quando houver Revisão Tarifária, prevista para 2017. Esse processo tem o objetivo de corrigir a RAP homologada pela inflação, adicionar à RAP a receita oriunda dos reforços e melhorias que entraram em operação comercial no último ciclo tarifário (julho do ano anterior a junho do ano de reajuste) e calcular a Parcela de Ajuste. A metodologia do modelo regulatório é o *Revenue-cap*.

Em julho de 2016, a RAP da Cemig GT (contrato 006/97) foi reajustada em 26,5%, em função da aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA sobre a receita homologada, com o acréscimo da receita de novos reforços e melhorias.

A Cemig GT ainda possui a concessão de uma subestação licitada, SE Itajubá, cujo reajuste também ocorre em julho, tendo como índice de atualização o IGP-M.

A Receita homologada para o ciclo 2016/17, das duas concessões, soma R\$334 milhões, sendo R\$297 milhões da Cemig GT e R\$37 milhões da SE Itajubá.

### RAP Cemig Transmissão



Deve ser ressaltado que a redução na RAP verificada em 2013 decorre da adesão da Companhia aos termos da Lei 12.783/13 (MP 579), com a prorrogação da concessão por 30 anos e a remuneração a partir daquela data apenas pela operação e manutenção dos ativos existentes naquele época.

## DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

(As informações operacionais não foram objeto de exame por parte dos auditores independentes)

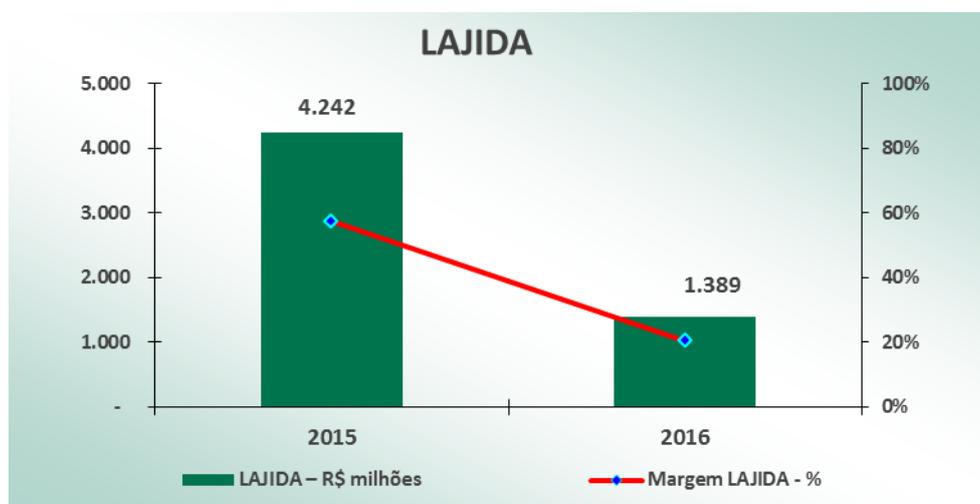
### Resultado do Exercício

A Cemig Geração e Transmissão apresentou, no exercício de 2016, um lucro líquido de R\$70 milhões em comparação ao lucro líquido de R\$ R\$2.316 milhões no exercício de 2015, redução de 96,98%.

### Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA

O LAJIDA da Companhia apresentou uma redução de 67,26% em 2016 na comparação com 2015, conforme segue:

LAJIDA - R\$ milhões	31/12/2016	31/12/2015	Var %
Resultado do Período	70	2.316	(96,98)
+ Despesa de IR e Contribuição Social Correntes e Diferidos	(7)	888	(100,79)
+ Resultado Financeiro Líquido	1.143	785	45,61
+ Amortização e Depreciação	183	253	(27,67)
<b>= LAJIDA</b>	<b>1.389</b>	<b>4.242</b>	<b>(67,26)</b>



LAJIDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.



A redução do LAJIDA em 2016, em comparação com 2015 deve-se, principalmente, à queda do resultado líquido do exercício. Os principais fatores que impactaram o resultado estão descritos na sequência destas Demonstrações Financeiras Consolidadas. A margem do LAJIDA passou de 57,50% em 2015 para 20,40% em 2016.

### Receita Operacional

A composição da receita da Companhia é conforme segue:

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	6.576	6.415	5.916
Receita de Transmissão – com impostos (b)	410	411	339
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga * (c)	300	115	-
Receita de Construção (d)	54	54	146
Transações com energia na CCEE (e)	152	152	2.355
Receita de Indenização da Transmissão (f)	751	751	101
Outras receitas operacionais	37	46	26
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (g)	(1.472)	(1.449)	(1.506)
	<b>6.808</b>	<b>6.495</b>	<b>7.377</b>

(\*) Líquida da atualização financeira da parcela remanescente a pagar pela Outorga

### Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	31/12/2016			31/12/2015		
	MWh (*)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh)	MWh (*)	R\$	Preço Médio MWh Faturado (R\$/MWh)
Industrial	15.494.833	3.468	223,83	18.465.652	3.630	196,58
Comercial	832.443	215	258,45	366.787	90	245,37
<b>Subtotal</b>	<b>16.327.276</b>	<b>3.683</b>	<b>225,59</b>	<b>18.832.439</b>	<b>3.720</b>	<b>197,53</b>
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	(37)	-	-	(3)	-
	<b>16.327.276</b>	<b>3.646</b>	-	<b>18.832.439</b>	<b>3.717</b>	-
Suprim. Outras Concessionárias (*)	12.601.237	2.671	211,96	11.133.516	2.350	211,07
Suprim. Não Faturado Líquido	-	259	-	-	(151)	-
	<b>28.928.513</b>	<b>6.576</b>	-	<b>29.965.955</b>	<b>5.916</b>	-

(\*) Inclui Contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras e contratos bilaterais com outros agentes.

A receita com fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$6.576 milhões em 2016 em comparação a R\$5.916 milhões em 2015, representando um crescimento de 11,16% decorrente, principalmente, do aumento de 14,21% no preço médio/MWh faturado para consumidores finais compensado, parcialmente, pela redução de 3,46% na quantidade total de energia comercializada.



### ***Receita de Transmissão***

A receita de Transmissão da Cemig GT é constituída pela soma das receitas de todos os ativos da transmissão. Assim, os Contratos de Concessão estabeleceram as Receitas Anuais Permitidas (RAPs) dos ativos do sistema existente, atualizada anualmente com base principalmente na variação do IPCA. A partir de então, todos os reforços e adequações que são implementados por meio de autorização específica da ANEEL constituem uma nova parcela de RAP.

Esta receita foi de R\$411 milhões em 2016 comparados a R\$339 milhões em 2015, crescimento de 21,42%. Conforme mencionado, essa variação decorre basicamente do reajuste pela inflação da RAP anual, ocorrida em julho de 2016, acrescida das novas receitas relacionadas aos investimentos autorizados.

Os percentuais e os índices aplicados para o reajuste variam de acordo com as concessões tendo sido de 9,32% (IPCA) para a concessão da Cemig GT e 11,09% (IGPM) para a concessão de Cemig Itajubá.

### ***Receita de Indenização da Transmissão***

Em 2016 a Companhia reconheceu receita no valor de R\$751 milhões, conforme eventos descritos a seguir:

- R\$20 milhões referente à diferença entre o valor da revisão preliminar da ANEEL, que foi de R\$1.157 milhões em 23 de fevereiro de 2015, em relação a revisão final;
- R\$90 milhões referente à diferença entre as variações dos índices IGP-M e IPCA, considerando que a companhia havia atualizado o saldo a receber, até maio de 2016, pelo IGP-M;
- R\$438 milhões referente ao custo de capital próprio considerando a taxa de 10,44% a.a..
- R\$44 milhões referente à atualização pelo IGP-M, até maio de 2016, do saldo de indenização a receber;
- R\$159 milhões referente à atualização do saldo de indenização a receber, pelo IPCA e pelo custo de capital próprio, conforme Portaria MME nº120, no período de julho a dezembro de 2016.

O montante a receber, em 31 de dezembro de 2016, corresponde a R\$1.805 milhões (R\$1.054 milhões em 31 de dezembro de 2015). Mais detalhes na nota explicativa nº 13 das Demonstrações Financeiras.



### Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com Transações com energia na CCEE foi de R\$152 milhões em 2016 comparados a R\$2.356 milhões no mesmo período de 2015, redução de 93,55%.

Em 2016 houve uma redução da quantidade de energia disponível para liquidação no mercado atacadista em 2016 em função, principalmente, da alocação da energia gerada pela Usina de São Simão para atendimento ao Ambiente de Contratação Regulada (ACR) a partir de 16 de setembro de 2015, de acordo com o regime de quotas, considerando os requerimentos da Portaria 432/2015. A Companhia passou a reconhecer apenas as receitas referentes à prestação de serviços de operação e manutenção da referida usina. Dessa forma, a quantidade de energia disponível pela Companhia foi utilizada basicamente no atendimento aos seus contratos com consumidores finais e outras concessionárias.

### ***Receita de Construção***

A receita de construção de ativos relacionados à infraestrutura da concessão de transmissão foi de R\$54 milhões em 2016 comparadas a R\$146 milhões em 2015, apresentando redução de 63,01%. Esta receita é integralmente compensada pelos custos de construção, no mesmo valor, e corresponde ao investimento da Companhia, no período, em ativos da concessão.

### ***Impostos e encargos incidentes sobre a receita***

Os impostos e encargos incidentes sobre a receita foram de R\$1.472 milhões em 2016 comparados a R\$1.506 milhões em 2015, registrando redução de 2,26%. Os impostos e encargos com impactos mais relevantes referem-se, principalmente, a impostos calculados com base em percentual do faturamento, como ICMS e PASEP/COFINS. Portanto, as suas variações decorrem, substancialmente, das variações ocorridas na Receita.

### ***Custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro)***

Os custos e despesas operacionais (excluindo resultado financeiro) foram de R\$4.393 milhões em 2016 em comparação com R\$4.134 milhões em 2015, representando um aumento de 6,27%.

Vide mais informações sobre a composição dos custos e despesas operacionais na Nota Explicativa nº 25 das Demonstrações Financeiras.

As principais variações nos custos e despesas operacionais estão descritas a seguir:



### Energia Elétrica Comprada para Revenda

A despesa com energia elétrica comprada para revenda foi de R\$3.052 milhões em 2016 comparados a R\$2.601 milhões em 2015, representando um aumento de 17,49%. Esta variação decorre, principalmente, do aumento de 17,34% no volume de energia comprada em 2016 (19.002.578 MWh) comparado com 2015 (15.273.685 MWh), em função da redução da capacidade de geração, tendo em vista o término da concessão de algumas usinas.

### Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia

As despesas com Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia foram de R\$84 milhões em 2015. Com o desligamento da UTE Igarapé a partir de agosto de 2015, em atendimento à determinação do Operador Nacional do Sistema (ONS), a Companhia cessou a compra de óleo combustível necessário à operação de geração de energia elétrica.

### Pessoal

A despesa com Pessoal foi de R\$379 milhões em 2016 comparada a R\$335 milhões em 2015, representando um aumento de 13,13%. Essa variação decorre, principalmente, dos seguintes fatores:

- reajuste salarial de 3% a partir de março de 2015, como resultado de ação judicial ajuizada por entidades representativas dos empregados da Companhia (efeito integral em 2016);
- reajuste salarial de 10,33% a partir de novembro de 2015, em função de Acordo Coletivo, com efeito integral em 2016;
- reajuste salarial de 8,5% a partir de novembro de 2016, em função de Acordo Coletivo;
- reconhecimento, em 2016, de despesa com o programa de desligamento voluntário de empregados no montante de R\$23 milhões.

### Participação dos Empregados e Administradores no Resultado

A despesa com Participação dos Empregados e Administradores no Resultado foi de R\$0,9 milhões em 2016 comparado ao valor de R\$35 milhões em 2015. Esta variação decorre da redução do lucro consolidado da Cemig, base de cálculo para o pagamento da participação, tendo em vista que os acordos coletivos são unificados.



### Depreciação e Amortização

A despesa de depreciação e amortização apresentou redução de 27,67%, sendo R\$183 milhões em 2016 em comparação a R\$253 milhões em 2015. Essa redução decorre basicamente do vencimento da concessão de 14 usinas da Cemig GT, com a exclusão da depreciação desses ativos em 2016, conforme descrito mais detalhadamente na nota explicativa nº 13.

### Custo de Construção

O custo de construção apresentou redução de 63,01%, sendo R\$54 milhões em 2016 em comparação a R\$146 milhões em 2015. Este custo é integralmente compensado pela receita de construção, não tendo efeito sobre o resultado apurado.

### Obrigações Pós-Emprego

As despesas com obrigações pós-emprego foram de R\$77 milhões em 2016 em comparação ao valor de R\$31 milhões em 2015, representando um aumento de 148,39%.

Este resultado decorre, principalmente, do aumento do custo com o Fundo de Pensão e o Plano de Saúde em 2016. Além disso, foram efetuadas alterações no seguro de vida em 2015, que implicaram em alterações no limite máximo do capital segurado. A alteração mencionada gerou em uma redução nas obrigações pós-emprego de 2015, em contrapartida ao resultado, no montante de R\$20 milhões.

Mais detalhes ver nota explicativa nº 21 destas Demonstrações Financeiras.

### Demais itens de custos e despesas operacionais

Os demais itens de custos e despesas operacionais somaram, em conjunto, o valor de R\$647 milhões em 2016 comparado ao valor de R\$648 milhões em 2015, representando redução de 0,15%.

### ***Ajuste para perdas por desvalorização em investimentos***

A Companhia registrou, em 2016, ajuste para perdas por desvalorização em investimentos no valor R\$763 milhões envolvendo os investimentos na Renova.

Mais informações na nota explicativa nº 14.



### ***Resultado de valor justo em operação societária***

A Companhia registrou, em 2015, um ganho de R\$729 milhões envolvendo a constituição da Aliança Geração de Energia, conforme descrito na nota explicativa nº 14.

### ***Resultado de equivalência patrimonial***

No exercício de 2016 a Companhia apurou uma despesa com equivalência patrimonial no montante de R\$448 milhões, comparados a uma receita de R\$17 milhões em 2015.

Essa variação reflete, principalmente, o prejuízo de R\$373 milhões da Renova Energia em 2016, em função de ajuste para perdas por desvalorização do seu imobilizado e do investimento na Terraform, além de baixa de opção de venda com a SunEdison. Adicionalmente, foi registrado um ajuste para perdas por desvalorização em ativos de R\$77 milhões realizado pela Guanhães.

### ***Receitas (Despesas) Financeiras***

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa financeira líquida de R\$1.143 milhões em 2016 comparada a uma despesa financeira líquida de R\$785 milhões em 2015, um crescimento de 45,61%. Os itens que compõem o resultado financeiro e que apresentaram as variações mais expressivas estão relacionados a seguir:

- Redução da Renda de Aplicação Financeira: R\$81 milhões em 2016 comparado a R\$120 milhões em 2015, redução de 32,50%. Esta variação decorre, principalmente, do menor volume de recursos aplicados em 2016;
- Crescimento das Rendas de Antecipação de Pagamento: R\$37 milhões em 2016 comparados a R\$12 milhões em 2015. Esta variação decorre do maior volume de adiantamento a fornecedores de energia elétrica efetivado em 2016;
- Aumento dos encargos de empréstimos e financiamentos: R\$1.173 milhões em 2016 comparado a R\$795 milhões em 2015, um crescimento de 47,55%, decorrente, principalmente, do maior volume de recursos captados em 2016 com indexação ao CDI e a maior variação do indexador no ano (14,06% em 2016 e 13,23% em 2015).

Vide a composição das receitas e despesas financeiras na nota explicativa nº 26 das Demonstrações Financeiras.



### ***Imposto de Renda e Contribuição Social***

A Companhia apurou em 2016 despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$7 milhões em relação ao Resultado de R\$63 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 11,05% de alíquota efetiva. Em 2015, a Companhia apurou despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social no montante de R\$888 milhões em relação ao Resultado de R\$3.204 milhões antes dos efeitos fiscais, representando 27,71% de alíquota efetiva.

Estas alíquotas efetivas estão conciliadas com as taxas nominais na Nota Explicativa nº 11b das Demonstrações Financeiras.

### **Liquidez e Recursos de Capital**

Nosso negócio é de capital intensivo. Historicamente, temos necessidade de capital para financiamento da construção de novas instalações de geração e da expansão e modernização das instalações de geração e transmissão existentes.

Nossas exigências de liquidez também são afetadas por nossa política de dividendos. Financiamos nossa liquidez e necessidades de capital principalmente com caixa gerado por operações e, em menor escala, com fundos provenientes de financiamento.

A CEMIG GT assumiu um valor significativo de dívida para financiar os gastos de capital necessários para cumprir os objetivos de crescimento de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2016, o passivo circulante consolidado da Companhia excedeu o ativo circulante consolidado em R\$2.476 milhões. Em 31 de dezembro de 2016, os empréstimos e financiamentos e debêntures de curto prazo da CEMIG GT totalizaram R\$1.411 milhões e R\$1.845 milhões, com vencimento no primeiro, segundo, terceiro e quarto trimestres de 2017, nos montantes de R\$606 milhões, R\$838 milhões, R\$553 milhões e R\$1.259 milhões, respectivamente.

Se, por qualquer razão, a Cemig GT apresentar dificuldades em obter financiamentos, isto poderia comprometer suas condições para realizar investimentos nos montantes necessários para manter o atual nível de investimentos ou seus objetivos de longo prazo e poderia comprometer suas condições de pagamento no prazo das obrigações financeiras de principal e juros junto aos seus credores, considerando que o fluxo de caixa advindo das suas operações seria insuficiente para cobrir o seu programa de investimentos e todo o seu serviço da dívida. Uma redução no programa de investimentos ou a venda de ativos poderia afetar de forma significativa o resultado das suas operações.

Mais detalhes na nota explicativa nº 1 destas Demonstrações Contábeis.



### Caixa e Equivalentes a Caixa

O caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2016 totalizaram R\$428 milhões, em comparação com R\$284 milhões em 31 de dezembro de 2015, e não foram mantidos em outras moedas que não o real. As razões para esta variação são apresentadas a seguir:

#### Fluxo de Caixa Proveniente de Atividades Operacionais

O caixa líquido consolidado consumido pelas atividades operacionais em 2016 totalizou R\$979 milhões e o caixa líquido gerado em 2015 totalizou R\$1.897 milhões. Essa variação deve-se, principalmente, ao pagamento em 2016 da bonificação de outorga das concessões de 18 usinas hidrelétricas arrematadas no leilão da Aneel ocorrido em dezembro de 2015, no montante de R\$2.216 milhões.

#### Fluxo de Caixa Consumido de Atividades de Investimento

O caixa líquido gerado pelas atividades de investimento em 2016 totalizou R\$543 milhões e o caixa líquido consumido em 2015 totalizou R\$2.024 milhões.

Vide mais informações sobre os investimentos na Nota Explicativa nº 14 das Demonstrações Financeiras.

#### Fluxo de Caixa Gerado nas Atividades de Financiamento

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento durante 2016 totalizou acréscimo de R\$580 milhões e foi composto pela captação de R\$3.382 milhões de financiamentos, parcialmente compensados pela amortização de R\$2.591 milhões de empréstimos e financiamentos e pagamento de R\$211 milhões de juros sobre o capital próprio.

O caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento durante 2015 totalizou acréscimo de R\$121 milhões e foi composto, principalmente, pela captação de R\$3.113 milhões de financiamentos, parcialmente compensados pela amortização de R\$2.550 milhões de empréstimos e financiamentos e pagamento de R\$469 milhões de juros sobre o capital próprio.

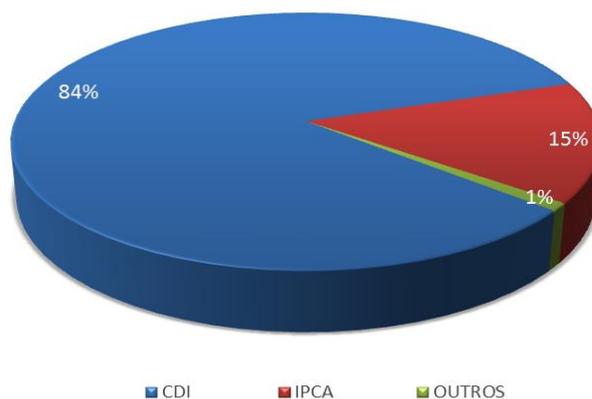
#### ***Política de Captação de Recursos e Gestão da Dívida***

A Companhia mantém o seu compromisso de assegurar sua qualidade de crédito em níveis satisfatórios que denotem baixo risco de crédito, para se beneficiar de custos financeiros compatíveis com a rentabilidade do negócio, bem como para evidenciar que o processo de expansão das atividades da Cemig GT tem se dado de forma sustentável.

Em 2016, foram captados R\$3.382 milhões, principalmente para garantir a quitação da segunda parcela de bonificação de outorga do leilão de energia das usinas do Lote D e a amortização de empréstimos captados em exercícios anteriores.

Os detalhes das captações de recursos da Companhia estão descritos na nota explicativa nº 19 das Demonstrações Financeiras.

#### Principais indexadores da dívida em 31 de dezembro de 2016



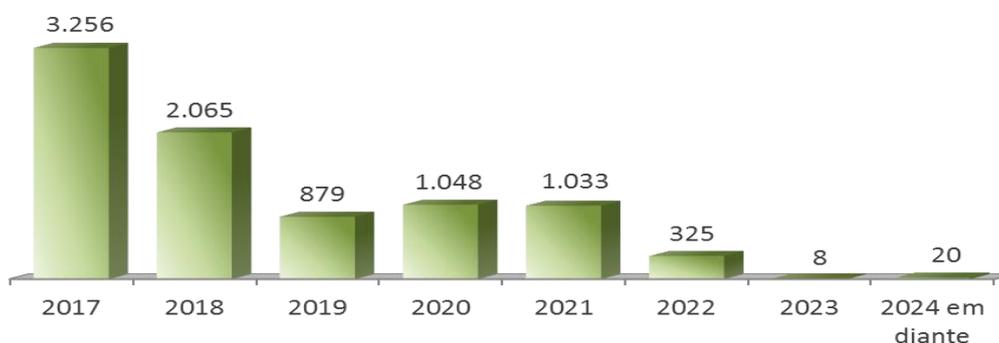
A composição da dívida da Cemig GT é reflexo das fontes de recursos à disposição da empresa (crédito bancário utilizado para rolagem de dívida e emissões de debêntures e notas promissórias, em que uma demanda expressiva tem sido alocada em papéis referenciados à taxa de juros local), bem como de sua intenção de evitar a exposição da dívida à moeda estrangeira (atualmente praticamente inexistente). O custo médio da dívida da Cemig GT é de 8,59% a.a. (Custo Real) e de 16,03% a.a. (Custo Nominal), a preços constantes.

A Administração tem promovido a gestão da sua dívida com foco no alongamento do prazo, na limitação do endividamento aos níveis preconizados pelo seu Estatuto Social, na redução do custo financeiro e na preservação da capacidade de pagamento da Companhia, sem pressões no fluxo de caixa que possam sugerir risco de refinanciamento.

O endividamento da Companhia, em 31 de dezembro de 2016, no valor de R\$8.634 milhões, tem um prazo médio de 2,5 anos. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 19 das Demonstrações Financeiras.

## Cronograma de Amortizações da Dívida

### Posicionamento em Dezembro/2016 (R\$ milhões)



A Cemig GT continua tendo grande parte de sua dívida vencendo no curto prazo, em razão das condições de mercado dos últimos anos, mais restritas. mas já estamos implementando iniciativas que visam o alongamento do perfil de endividamento e buscando a redução do custo de captação de recursos. Exemplo disso, a Cemig GT realizou, em 29 de dezembro de 2016, sua 7ª emissão de Debêntures simples no valor de R\$ 2.240 milhões, em série única, com prazo de vigência de 5 anos.

No ano de 2016, as agências de classificação de risco realizaram movimentos de rating da Cemig GT seguindo a deterioração do quadro econômico no país. A Standard & Poor's rebaixou o rating da empresa de brAA- para brBBB+ na classificação nacional e de BB para B+ na classificação global. A Fitch também rebaixou o rating da empresa de AA-(bra) para A(bra) na classificação nacional. Já a Moody's rebaixou, em fevereiro, o rating da empresa de Aa2.br para Baa1.br na classificação nacional e de Ba1 para B1 na classificação global.

## PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

O Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral Ordinária – AGO, a ser realizada até 12 de maio de 2017 que, ao resultado do exercício e saldo de lucros acumulados referentes à realização da Reserva de Ajustes de Avaliação, nos montantes de R\$70 milhões e R\$17 milhões respectivamente, R\$4 milhões sejam utilizados para constituição de Reserval Legal e a diferença, no valor de R\$83 milhões, seja distribuída aos acionistas através do pagamento de juros sobre o capital próprio.

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Conselho de Administração da Companhia é composto de 15 membros efetivos e igual número de suplentes, indicados pelos acionistas. O Estatuto Social contempla mandato unificado de dois anos, podendo os conselheiros serem reeleitos ao término do mandato. Em 2016, foram realizadas 32 reuniões para deliberação sobre diversos assuntos como planejamento estratégico e orçamentário, projetos de investimento e aquisições, entre outros.



Conta ainda com 6 Comitês que apoiam o Conselho de Administração, cuja finalidade é assegurar objetividade, consistência e qualidade do processo decisório, analisando com profundidade as matérias de sua especialidade e emitindo sugestões de decisões ou ações e pareceres ao Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal é permanente e constituído de 5 membros e, como constituído, atende aos requisitos de isenção da constituição de um comitê de auditoria em conformidade ao Securities Act e Lei Sarbanes-Oxley. Em 2016 foram realizadas 13 reuniões do Conselho Fiscal.

## RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

As políticas da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses e perda de independência ou objetividade, e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor. Para evitar que haja subjetividade na definição de princípios de independência nos serviços prestados pelos auditores externos, foram estabelecidos procedimentos para a aprovação da contratação desses serviços, definindo expressamente (i) os serviços previamente autorizados, (ii) os serviços sujeitos à aprovação prévia do Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria e (iii) os serviços proibidos.

É adotado o sistema de rodízio dos Auditores Independentes com periodicidade de cinco anos, atendendo à determinação da CVM. As Demonstrações Financeiras são auditadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes. Os serviços prestados pelos auditores independentes da Companhia foram como segue:

Serviços	2016	% em relação à auditoria	2015	% em relação à auditoria
Serviços de Auditoria:				
Auditoria de Demonstrações Financeiras	450	100	406	100
Revisão de ECF e das provisões trimestrais de IR e CSSL	17	4	22	5,43
<b>Total</b>	<b>467</b>	<b>104</b>	<b>428</b>	<b>105,43</b>

Os serviços adicionais foram contratados para o período de junho de 2012 a março de 2015, em conjunto com os serviços de auditoria externa, e são restritos à revisão dos procedimentos tributários adotados pela Companhia na apuração do imposto de renda e contribuição social, não representando nenhum tipo de consultoria, planejamento tributário ou conflito de interesse. Este contrato foi prorrogado em abril de 2015 para vencimento em março de 2017.

Deve ser ressaltado que qualquer serviço adicional a ser prestado pelos auditores independentes, incluindo o mencionado acima, é obrigatoriamente aprovado de forma prévia pela Diretoria e Conselho de Administração, sendo observada a eventual existência de conflito de interesse, perda de independência ou objetividade dos auditores, em conformidade aos termos previstos na Lei Sarbanes-Oxley e Instrução CVM nº 381/2003.



## INVESTIMENTOS

Com base no Plano Diretor, documento que norteia os negócios da Cemig (2005-2035), são definidas as metas de crescimento para o Grupo Cemig bem como as estratégias utilizadas para alcançá-las. Um dos direcionadores estratégicos da Cemig é o crescimento sustentável, com foco no crescimento da geração de eletricidade proveniente de fontes renováveis.

Para assegurar a continuidade de seus negócios, sua progressão no mercado e a confiabilidade e disponibilidade de energia elétrica aos clientes e consumidores, a Cemig acompanha suas participações, supervisionando a gestão e o desenvolvimento das controladas e coligadas através de participação ativa nos órgãos de administração, dentro dos critérios de boa governança corporativa, zelando pelo cumprimento de seus planos de negócios e pelo planejamento do programa de investimentos. A seguir, serão apresentadas as principais participações que a Cemig GT tem e seus destaques.

### **Investimentos em Geração**

A Companhia fez investimentos de R\$3,1 bilhões em 2016. Os principais destaques de 2016 são como segue:

#### Leilão Aneel (Lote D)

O Conselho de Administração deliberou autorizar a constituição pela Cemig Geração e Transmissão S.A de sete Sociedades de Propósito Específico – SPEs (Três Marias, Salto Grande, Itutinga, Camargos, Sul, Leste e Oeste), que receberam um aporte inicial de R\$ 15.783 mil para operar as usinas hidrelétricas do Leilão Aneel nº 12/2015 (Lote D). O pagamento da outorga foi de R\$ 2.216 milhões.

#### Renova Energia S.A. - Renova

Em 2016, a Renova baseou sua estratégia em três pontos principais: foco na execução de projetos em construção, adequação da estrutura de capital e revisão do plano de negócios, com o objetivo de garantir a sustentabilidade dos seus negócios no longo prazo.



### *1 - Foco na Execução de Projetos em Construção:*

Em janeiro de 2016, a Renova conectou integralmente os parques eólicos do complexo Alto Sertão II, iniciando a operação comercial de mais cinco parques do leilão de 2011. Após o vencimento dessa etapa, passou a ter um portfólio em operação de 463,1 MW de capacidade instalada em energia eólica/solar e 190,2 MW em PCHs. Outro ponto importante no ano foram os esforços concentrados na conclusão do projeto Alto Sertão III fase A que se encontra em fase avançada de execução (87% de compleição). Quando concluído, o projeto adicionará 411 MW de capacidade instalada ao portfólio da Renova (que totalizará 1,1 GW em operação). Em adição, a Renova já concluiu 100% da montagem dos painéis solares e torres eólicas do projeto Híbrido, aguardando apenas a conexão da subestação para energização dos parques.

### *2 - Adequação da Estrutura de Capital:*

A Renova vem atuando intensamente na adequação da sua estrutura de capital ao perfil de longo prazo de seus projetos. O primeiro passo foi dado em fevereiro de 2016, quando a Renova anunciou um aumento de capital. Esse processo foi concluído em junho de 2016 com um volume total de subscrições de R\$280 milhões, sendo R\$240 milhões da Cemig GT e R\$40 milhões da Light Energia principalmente destinados às obras do Alto Sertão III, reforçando o comprometimento dos sócios controladores com o futuro da Renova. Em dezembro de 2016, a Renova anunciou um novo aumento de capital com volume total de até R\$300 milhões que será concluído em 2017. Além disso, a Renova recebeu, antecipadamente, o montante de R\$118 milhões decorrentes de contratos de energia para endereçar compromissos financeiros e operacionais de curto prazo e vem negociando o alongamento de dívida com seus principais financiadores.

### *3 - Revisão do plano de negócios:*

A Renova tem buscado se adaptar aos novos desafios e desde o quarto trimestre de 2015 vem otimizando seus processos e implantando novos sistemas com o objetivo de melhorar seus resultados. No segundo trimestre de 2016 cancelou o contrato de 676 MW de capacidade instalada com a Cemig GT e negociou a postergação da entrega de 67% da energia do contrato Light II para janeiro de 2020. Essas medidas foram tomadas com o intuito de otimizar e reduzir a sua necessidade de investimentos no curto prazo e melhorar a sua posição de liquidez.

### Usina de Santo Antônio:

A Usina Hidrelétrica Santo Antônio (UHE Santo Antônio) encerrou o ano de 2016 com todas as suas 50 turbinas em operação e alcançou, assim, sua capacidade plena de produção de energia. Somente em 2016, a hidrelétrica colocou quinze novas unidades geradoras em operação. A construção da UHE Santo Antônio representou um investimento total de cerca de R\$24 bilhões.



A usina possui capacidade para gerar 3.568 MW de energia, de fonte limpa e renovável, suficiente para o consumo de mais de 45 milhões de brasileiros. Das suas 50 turbinas, 44 abastecerão o Sistema Interligado Nacional (SIN), enquanto as outras 6 serão dedicadas exclusivamente aos estados de Rondônia e do Acre, contribuindo para a segurança e estabilidade do sistema elétrico daquela região.

A UHE Santo Antônio alcançou, entre todos os projetos analisados, o maior número de notas máximas na categoria Implantação em avaliação realizada pela IHA – International Hydropower Association, uma organização sem fins lucrativos, fundada há quase vinte anos, com suporte da Unesco, que mede a sustentabilidade de empreendimentos hidrelétricos. Essa avaliação reforça o compromisso da Hidrelétrica Santo Antônio com as melhores práticas globais de sustentabilidade.

#### Belo Monte:

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte) administrada pela empresa Norte Energia S.A., em que a Cemig GT tem uma participação indireta de 5,13%, está localizada no Rio Xingu, nas proximidades das cidades de Altamira e Vitória do Xingu, ambas no estado do Pará.

A UHE Belo Monte conta com duas casas de força: Belo Monte e Pimental. A primeira é a principal, com dezoito turbinas, com capacidade de geração de cerca de 11.000 MW, e a segunda, auxiliar, com capacidade de geração de cerca de 233 MW. Dessa forma, a UHE Belo Monte será responsável por 7,5% do potencial instalado do país, sendo a maior hidrelétrica inteiramente brasileira e a quarta maior do mundo, atrás apenas das chinesas Three Gorges (22.000 MW) e Xilodu (13.860 MW), e da brasileira e paraguaia Itaipu (14.000 MW). O empreendimento está demandando um investimento de R\$35,3 bilhões (em moeda corrente) que incluem R\$3,4 bilhões em ações sociais compensatórias.

No primeiro semestre de 2016, entraram em operação comercial as primeiras unidades geradoras de Belo Monte. A geração da primeira unidade da casa de força principal e da primeira unidade da casa de força complementar teve início no mês de abril. Em 31 de dezembro de 2016, havia quatro unidades em operação no sítio Belo Monte e quatro unidades em operação no sítio Pimental, agregando 2.600 MW médios de garantia física ao Sistema Interligado Nacional.

#### Guanhães Energia:

A Guanhães Energia S.A é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) criada com a finalidade de implantar as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) Dores de Guanhães, Senhora do Porto, Jacaré e Fortuna II, todas situadas no estado de Minas Gerais totalizando 44 MW de Potência Instalada. Esta empresa tem como acionistas a Light Energia S.A (51%) e a Cemig Geração e Transmissão S.A (49%).

Desde dezembro de 2015 as obras de implantação das PCHs foram paralisadas em decorrência da rescisão do Contrato de implantação, motivada por inadimplência do fornecedor. Encontram-se em andamento estudos para reestruturar o projeto e viabilizar a retomada das obras.



Apesar dos atrasos nas obras, pode-se destacar o avanço nas ações socioambientais, tendo sido aprovadas compensações florestais e espeleológicas, que possibilitarão a proteção e a recuperação de áreas maiores que as áreas atingidas pelo empreendimento.

Com as ações ambientais em fase de conclusão, aguarda-se a obtenção das Licenças de Operação das quatro PCHs em 2017.

Mais informações sobre os investimentos em geração, incluindo os aportes realizados, podem ser obtidos na nota explicativa nº 14 das demonstrações financeiras.

### **Investimentos em Transmissão**

#### Plano de Melhorias da Transmissão (PMT)

O Conselho de Administração aprovou a revisão da curva de investimentos do Plano de Melhorias da Transmissão - PMT, para o ciclo 2013/2017, mantendo-se o montante original aprovado de R\$170 milhões, expresso em moeda de junho de 2015.



## AUDITORIA E GERENCIAMENTO DE RISCOS

O processo de gestão de riscos na Cemig GT vem sendo constantemente aprimorado. No que tange à estrutura organizacional destaca-se o Comitê de Monitoramento de Riscos Corporativos – CMRC, que tem como principais atribuições: (i) Recomendar, para aprovação da Diretoria Executiva, diretrizes e procedimentos a serem adotados no Processo de Monitoramento de Riscos Corporativos, visando a eficácia e a melhoria contínua do processo; (ii) Monitorar continuamente o cenário em que a Empresa está inserida e a matriz de riscos corporativos da Empresa, visando identificar os principais riscos e recomendar ações mitigadoras prioritárias a serem propostas à Diretoria Executiva; e (iii) Acompanhar a estrutura de controles internos e ações tomadas para minimizar a ocorrência de eventos que comprometam a realização dos objetivos estratégicos da CEMIG .

Em março de 2016, a estrutura de gestão de riscos da Empresa foi reforçada com a criação da Superintendência de Gestão de Compliance e Riscos Corporativos, seguindo as tendências de normas e melhores práticas nacionais e internacionais de valorização do assunto. Esta superintendência, subordinada à Presidência, tem como principais atribuições: desenvolver e implementar políticas e procedimentos para manter o nível de exposição a riscos dentro de um patamar planejado, zelar pela conformidade com leis e regulamentos, zelar pela conduta ética de nossos profissionais, coordenar e dar suporte às atividades corporativas de compliance e gestão de riscos, elevando esses processos a um novo patamar. Ainda neste ano, foram mapeados os Top Risks (riscos priorizados pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração) e foi atualizada a Política de Gerenciamento de Riscos Corporativos.

### *Política Antifraude*

Em seus negócios e atividades, a Cemig não aceita a prática e a ocultação de atos de fraude ou corrupção, em todas as suas formas, incluindo os atos contra a administração pública definidos pela Lei 12.846/13, sendo aplicável a todos os membros do Conselho de Administração e Fiscal, Diretores, empregados e contratados. As suspeitas e denúncias de tais atos são rigorosamente apuradas e quando comprovadas, são aplicados procedimentos disciplinares previstos nas normas internas da Empresa, bem como ações legais e processos criminais, quando cabíveis.



## GESTÃO TECNOLÓGICA E INOVAÇÃO

O investimento constante em inovação, tecnologia e eficiência, aliados ao pioneirismo é historicamente na Cemig um determinante para seu posicionamento no mercado.

Para alavancar sua missão, a Cemig utiliza como uma de suas ferramentas a Gestão Estratégica em Tecnologia que possui dois direcionadores; a coordenação do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e o investimento em seu desenvolvimento tecnológico, incluindo aqui a consolidação de parcerias bem sucedidas.

### **Programa de Pesquisa & Desenvolvimento**

Nos últimos 3 anos a Cemig Geração e Transmissão investiu mais de R\$55 milhões em projetos de P&D, em diversos temas. Somente em 2016, foram executados mais de 60 projetos de pesquisa e desenvolvimento com investimentos de mais de R\$13 milhões.



## RESPONSABILIDADE SOCIAL

O relacionamento com as comunidades vizinhas aos empreendimentos da Cemig é pautada pelo senso de corresponsabilidade e pelo estímulo ao desenvolvimento econômico e social local. Em todas as interações da Empresa há o cuidado de se respeitar e ouvir aqueles que são afetados por alguma atividade ou têm contato direto com a Cemig.

Alguns projetos de destaque no ano de 2016 para a Cemig Geração e Transmissão são:

Programa Al6%: o programa incentiva empregados e aposentados a repassarem 6% de seu imposto de renda devido aos Fundos da Infância e da Adolescência (FIA).

A Campanha de 2016/2017 envolveu a participação de 570 empregados voluntários da Cemig GT, destinando recursos para 101 municípios com o intuito de beneficiar 199 instituições. O montante destinado pelos empregados foi de R\$421 mil, com atendimento de aproximadamente 25.000 crianças e adolescentes.

### Projetos culturais, esportivos e de saúde

O fortalecimento do setor cultural é uma das prioridades da Empresa voltada para a cidadania corporativa. Ao promover a cultura, a Cemig beneficia a sociedade local com a geração de oportunidades de lazer, além de preservar a memória e identidade das comunidades onde atua, bem como a própria história da Empresa, visto que a Cemig tem fortes raízes culturais nacionais e locais.

O ano de 2016 foi de grande desafio, principalmente em decorrência da crise financeira enfrentada em todo o País. Para dar continuidade aos projetos, mantendo-se como referência para a sociedade em investimento em cultura, esporte e outras Leis de Incentivo, a Cemig GT realizou parcerias com outras empresas do grupo, que também aplicaram recursos de Leis Federais em importantes projetos no Estado.

### Saúde:

a Cemig GT participou dos Programas do Ministério da Saúde em conjunto com o Governo de Minas – Secretaria de Estado da Saúde, conforme segue:

- Pronas – Programa Nacional de Assistência à Saúde, beneficiando quatro entidades (APAE de Cristais, APAE de Três Pontas, APAE Dores de Campo e APAE de Caratinga);
- Pronon – Programa Nacional de Apoio Oncológico, beneficiando uma entidade de referência em tratamento oncológico no Estado de Minas Gerais, o Hospital Mário Penna, cujo projeto tem como objetivo a implantação de uma linha de pesquisa voltada à prospecção de biomarcadores em pacientes com câncer.



### Fundo do Idoso:

O Fundo é gerido por Conselhos dos Direitos do Idoso Estaduais para realizar programas no âmbito da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos Direitos dos Idosos.

Um dos Projetos atendidos é o do Centro Mineiro de Alianças Intersetoriais (CeMAIS), por meio do projeto REDE CeMAIS 3i, que visa promover a melhoria da qualidade de vida dos idosos institucionalizados em Belo Horizonte, assim como o aprimoramento da gestão de 28 Instituições de Longa Permanência para Idosos do município.

### Esportes:

O Programa gera benefícios de resgate social e cidadania, principalmente para as crianças e adolescentes, ao estimular a prática de esportes e gerar a possibilidade de se tornarem atletas. Para a Cemig GT, fortalece sua imagem como uma empresa comprometida com o desenvolvimento de hábitos saudáveis, bem-estar e desenvolvimento das comunidades locais. Em 2016, o total investido em esportes foi de R\$ 1,22 milhão, sendo de R\$ 752 mil através de recursos próprios da Cemig GT e R\$ 469 mil por meio de empresas parceiras.

### Cultura:

O fortalecimento do Setor Cultural continua uma das prioridades da Empresa em Cidadania Corporativa. Ao promover a cultura, a Cemig GT beneficia a sociedade local com a geração de oportunidades de lazer, além de preservar a memória e a identidade das comunidades em que atua bem como a própria história da Empresa, visto que a Cemig tem fortes raízes culturais nacionais e mineiras. Além disto, fortalece sua reputação junto às diversas partes interessadas como uma empresa guardiã do patrimônio cultural e que estimula a expressão artística.

Para realização das iniciativas culturais, a Cemig GT é parceira da Secretaria de Estado da Cultura (MG), o que garante o alinhamento com as políticas públicas, fator estratégico para a assertividade na escolha dos projetos a serem patrocinados e também na participação e continuidade de ações estruturadoras da área.

A Cemig GT preocupa-se em levar a cultura por todo o Estado de Minas Gerais, descentralizando as ações da capital. Estima-se que mais de um milhão de pessoas tiveram acesso a alguma ação sócio cultural por meio dos investimentos realizados na Empresa em mais de 100 cidades e em todas as regiões do estado.

Os patrocínios em cultura alcançaram o total de 123 projetos em 2016 com investimentos de R\$ 15,25 milhões, tendo a Cemig GT contribuído com R\$2,31 milhões.

## Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) evidencia a geração de riqueza e a representatividade da Companhia para a sociedade com R\$3.027 milhões de valor adicionado em 2016 em comparação a R\$5.911 milhões em 2015.



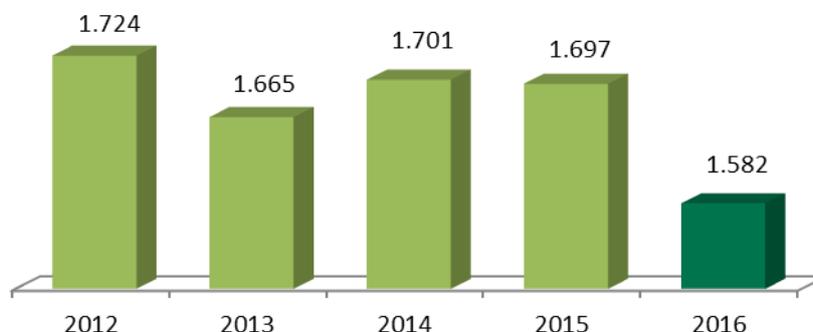
## Recursos Humanos

A Cemig Geração e Transmissão considera o seu capital humano fundamental para a realização do seu compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental e, com esse foco, adota as melhores práticas do mercado de trabalho na gestão de pessoas.

### Quadro de empregados

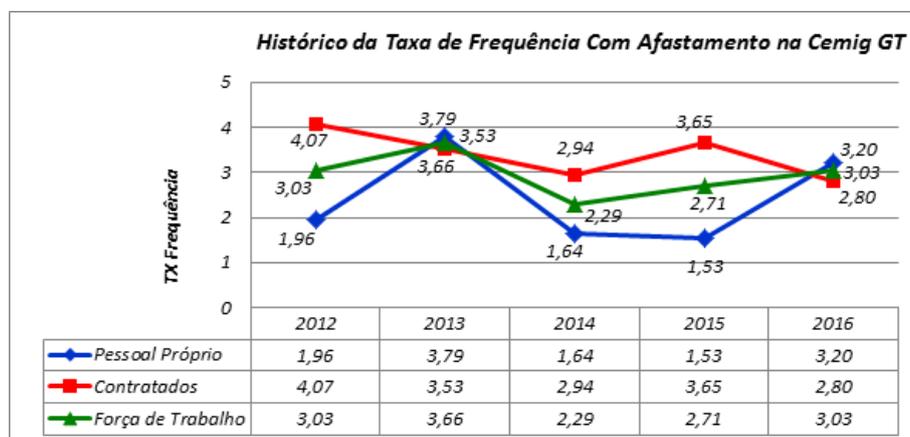
Diante da realidade imposta pelas atuais condições de regulação do setor de energia, a Cemig segue trabalhando em busca de mais eficiência e maior alinhamento com as referências do setor. Em 2015 e em 2016 foram lançados Programas de Desligamento Voluntário Programado, com o total de 165 desligamentos ocorridos em 2016. A Companhia vem apresentando uma redução no quadro de empregados nos últimos 5 anos, conforme apresentado no gráfico a seguir:

### Quantidade de Empregados



### Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho

A Companhia adota diversas ações e programas voltados às questões de Saúde, Higiene e Segurança do Trabalho, com o objetivo de reduzir os indicadores de acidentes. Em 2016, a Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento – TFA relativa à força de trabalho fechou no valor de 3,03 acidentes por 1 (um) milhão de horas trabalhadas, 11,81% maior que em 2015, ficando 41,59% acima do limite de 2,14.



Tivemos um aumento na TFA de 109,15% para Pessoal Próprio e uma redução de 23,29% para Pessoal Contratado ao compararmos com os resultados obtidos em 2015. Diversas ações foram realizadas, de forma a possibilitar a melhoria dos resultados, onde se destacam:

- ✓ Filiação à Organização Ibero-Americana de Seguridade Social - OISS;
- ✓ Criação do Grupo Integrado de Prevenção de Riscos de Acidentes de Trabalho;
- ✓ Implementação, em abril de 2016, do Plano Integral de Prevenção de Riscos e Acidentes de Trabalho, elaborado pela OISS, com o objetivo de atingir a “Meta



Zero de Acidentes Graves, Fatais, e de Afastamento do Trabalho Superior a 15 dias”.

### UniverCemig

Responsável pela capacitação e desenvolvimento dos empregados da Cemig, a UniverCemig constrói soluções educacionais, ministra os treinamentos internos, contrata treinamentos externos e no exterior além de fazer a gestão dos cursos de pós-graduação e idiomas. Além disso, atende cursos para outras empresas, principalmente empreiteiras fornecedoras da distribuição.

Para o ano de 2016, em função do cenário econômico e da crise do setor energético brasileiro, com consequente redução dos recursos financeiros, a estratégia adotada foi de atendimento de demandas prioritárias ao negócio da Empresa, tais como os cursos sobre segurança, os que impactam diretamente na eficiência operacional e os que atendem a requisitos legais.

Em relação aos resultados quantitativos, foram oferecidas pela UniverCemig, em 2016, 2.209 participações e 58.056 homens-hora de treinamento para os empregados do quadro próprio e também para treinamento de empregados de outras empresas.

### **Meio Ambiente**

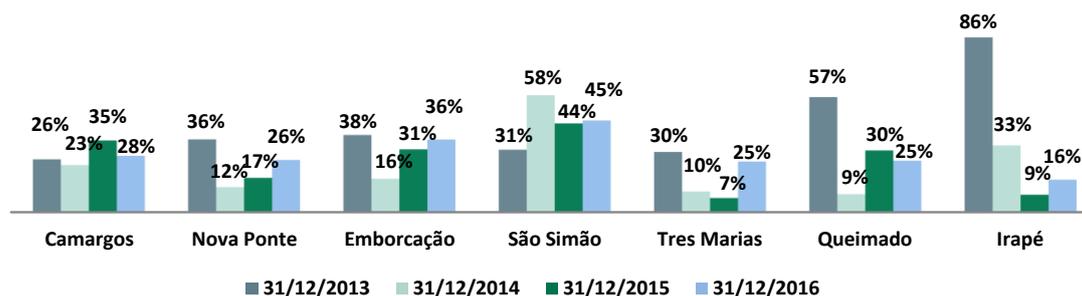
Em 2016, a Cemig GT investiu um total de R\$30,5 milhões em recursos relacionados às questões ambientais, destes, R\$2,4 milhões foram aplicados em projetos de pesquisa relacionados a meio ambiente.

### Recursos Hídricos

A Cemig possui uma área dedicada à gestão de recursos hídricos, que através do planejamento adota medidas operativas em suas usinas hidrelétricas que visam calcular a geração ótima de cada usina, garantindo o melhor aproveitamento da água para a geração, sem impactar os demais usos da bacia hidrográfica.

A Cemig monitora regularmente uma rede que contempla as principais bacias hidrográficas de Minas Gerais, em 42 reservatórios e mais de 180 estações de coleta de dados físicos, químicos e biológicos.

### Armazenamento Usinas CEMIG



### Gestão de Resíduos

A logística reversa e a destinação final de resíduos são feitas por área certificada em Sistema de Gestão Ambiental – SGA Nível 1, que recebe os resíduos devidamente identificados, separados e acondicionados pelas áreas que os geraram. Dentre as várias ações da Companhia em relação à gestão de resíduos destacamos:

No exercício de 2016, foram encaminhadas para destinação ambientalmente adequada 320,6 toneladas de resíduos industriais, tendo sido 100% alienadas. A receita obtida com a venda alcançou R\$ 201,4 mil.

### Programas para a Ictiofauna

O Programa Peixe Vivo atua na expansão e criação de medidas mais efetivas para a conservação da ictiofauna nas bacias hidrográficas onde estejam instaladas usinas da empresa, favorecendo as comunidades que utilizam os recursos hídricos como fator de desenvolvimento. Com o apoio dos diversos segmentos da comunidade, que auxiliaram no planejamento de alternativas preventivas incorporadas às diretrizes da Política Ambiental da Cemig, o Peixe Vivo atua em três frentes: os programas de conservação da ictiofauna e bacias hidrográficas; a produção de conhecimento científico para subsidiar esses programas; e a promoção do envolvimento da comunidade nas atividades previstas.

Em 2016, foram produzidos cerca de 160 mil alevinos, totalizando aproximadamente 5 toneladas, que foram soltos em 17 peixamentos, com a participação de 846 pessoas das comunidades locais, em 10 municípios.



### Biodiversidade

Considerando a predominância de usinas hidrelétricas na matriz energética da Cemig GT, a estratégia ambiental da Companhia em relação à biodiversidade é direcionada aos programas de conservação do conjunto de espécies de peixes que vivem nos cursos d'água onde possui seus empreendimentos.

### Mudanças Climáticas

A atuação da Cemig GT em relação às mudanças climáticas está alinhada à sua estratégia de negócios sendo formalizada, desde 2012, por meio do compromisso intitulado "10 iniciativas para o clima", em que estão definidas as linhas de ação da Empresa. O envolvimento da alta liderança e a discussão acerca das questões mais relevantes torna essa atuação mais efetiva, como evidenciado pelo estabelecimento de metas voluntárias de redução das emissões, do consumo de eletricidade e das perdas de energia, mesmo a Empresa apresentando baixa intensidade de emissões de GEE. Os detalhes sobre as iniciativas da Cemig relativas a mudanças climáticas podem ser obtidos no site da Companhia.

Em 2016 a Cemig publicou o Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa verificado por certificador independente. O documento completo pode ser acessado no site da Companhia.

### Licenciamento Ambiental

O licenciamento ambiental contribui para a efetiva regularidade dos empreendimentos da Companhia, sendo conduzido de forma a assegurar a análise adequada de todos os estudos e relatórios desenvolvidos e o atendimento aos órgãos ambientais competentes e a legislação aplicável.

Para os empreendimentos dispensados de licenciamento ambiental formal são aplicados os requisitos mínimos de adequação ambiental da Cemig, que garantem a identificação, o controle e monitoramento dos impactos avaliados. Já os empreendimentos que iniciaram a operação antes de 1986 tiveram que passar pelo processo de licenciamento corretivo. A Cemig GT possui 75,3% dos seus empreendimentos devidamente licenciados e 24,7% em processo de obtenção das respectivas licenças ambientais.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Geração e Transmissão é grata ao Governo de Minas, nosso acionista majoritário, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais, às comunidades servidas pela Companhia, aos acionistas e demais investidores e, em especial, à dedicação de seu qualificado corpo de empregados.



## BALANÇO SOCIAL DA CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO (Controladora)

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

1) Base de Cálculo	2016			2015		
	Valor (Mil Reais)			Valor (Mil Reais)		
Receita Líquida (RL)	6.494.761			7.377.198		
Resultado Operacional (RO)	1.201.699			3.989.746		
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	305.046			289.969		
2) Indicadores Sociais Internos	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre FPB	%Sobre RL
Alimentação	20.940	6,86	0,32	15.746	5,43	0,21
Encargos sociais compulsórios	82.039	26,89	1,26	72.867	25,13	0,99
Previdência privada	23.859	7,82	0,37	20.062	6,92	0,27
Saúde	11.575	3,79	0,18	9.348	3,22	0,13
Segurança e medicina no trabalho	5.663	1,86	0,09	5.125	1,77	0,07
Educação	120	0,04	0,00	555	0,19	0,01
Capacitação e desenvolvimento profissional	8.252	2,71	0,13	13.189	4,55	0,18
Creches ou auxílio-creche	617	0,20	0,01	556	0,19	0,01
Participação nos lucros ou resultados	855	0,28	0,01	35.383	12,20	0,48
Outros	3.464	1,14	0,05	4.020	1,39	0,05
<b>Total - Indicadores Sociais Internos</b>	<b>157.384</b>	<b>51,59</b>	<b>2,42</b>	<b>176.851</b>	<b>60,99</b>	<b>2,40</b>
3) Indicadores Sociais Externos	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Educação	24	0,00	0,00	-	-	-
Cultura	2.232	0,17	0,03	18.318	0,46	0,25
Outros Doações/Subvenções/Projeto ASIN	421	0,03	0,01	4.690	0,12	0,06
<b>Total das Contribuições para a Sociedade</b>	<b>2.677</b>	<b>0,20</b>	<b>0,04</b>	<b>23.008</b>	<b>0,58</b>	<b>0,31</b>
Tributos (excluídos encargos sociais)	1.152.319	95,89	18,35	2.227.579	55,53	30,20
<b>Total - Indicadores Sociais Externos</b>	<b>1.154.996</b>	<b>96,11</b>	<b>18,39</b>	<b>2.250.587</b>	<b>56,11</b>	<b>30,51</b>
4) Indicadores Ambientais	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL	Valor (Mil R\$)	%Sobre RO	%Sobre RL
Relacionados com a operação da empresa	36.820	3,06	0,57	35.223	0,88	0,48
<b>Total dos Investimentos em Meio Ambiente</b>	<b>36.820</b>	<b>3,06</b>	<b>0,57</b>	<b>35.223</b>	<b>0,88</b>	<b>0,48</b>
Quanto ao estabelecimento de metas anuais para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a Companhia:	( x ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%	( x ) não possui metas ( ) cumpre de 0 a 50%	( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 76 a 100%		
5) Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados (as) ao final do período	1.582			1.697		
Nº de admissões durante o período	50			4		
Nº de empregados (as) terceirizados (as)	129			ND		
Nº de estagiários (as)	68			71		
Escolaridade dos Empregados						
- Superior e extensão universitária	585			842		
- 2º Grau	984			810		
- 1º Grau	13			37		
- Até 1º Grau incompleto	0			9		
Nº de empregados (as) acima de 45 anos	743			753		
Nº de mulheres que trabalham na Companhia	228			249		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	13,58			4,8		
Nº de negros (as) que trabalham na Companhia	62			512		
% de cargos de chefia ocupados por negros (as)	0,78			2,1		
Nº de portadores (as) de deficiência ou necessidades especiais	28			17		



6) Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2016			Metas 2017		
Relação entre maior e a menor remuneração na Companhia	25,77			NÃO HÁ META		
Número total de acidentes de trabalho considerar empregados próprios	34			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos:	( ) direção e gerências	(x) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	( ) direção e gerências	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos:	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	( ) Todos (as) + CIPA	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)	( ) Todos (as) + CIPA
Quanto a liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos (as) trabalhadores (as), a empresa:	( ) não se envolve	(x) segue as normas da OIT	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolverá	( ) seguirá as normas da OIT	( ) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla	( ) direção e gerências	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	( ) direção e gerências	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)
A participação nos lucros ou resultados contempla:	( ) direção e gerências	( ) direção e gerências	(x) todos (as) empregados (as)	( ) direção e gerências	( ) direção e gerências	( ) todos (as) empregados (as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela Companhia:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(x) são exigidos	( ) serão sugeridos	( ) serão sugeridos	( ) serão exigidos
Quanto à participação de empregados (as) em programas de trabalho voluntário, a Companhia:	( ) apoia	( ) apoia	(x) organiza e incentiva	( ) apoia	( ) apoia	( ) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores (as):	no Procon __ ND __	no Procon __ ND __	na Justiça __ ND __	no Procon __ ND __	no Procon __ ND __	na Justiça __ ND __
% de reclamações e críticas solucionadas:	no Procon __ ND __%	no Procon __ ND __%	na Justiça __ ND __%	no Procon __ ND __%	no Procon __ ND __%	na Justiça __ ND __%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$)	Em 2016: 2.989.192			Em 2015: 5.911.185		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA)	39,97% governo 5,15% acionistas	9,59% colaboradores(as) 45,29% terceiros 0% retido		37,68% governo 20,09% acionistas	6,04% colaboradores(as) 17,09% terceiros 19,10% retido	

7) Outras Informações	2016	2015
Investimentos em questões ambientais	R\$30,5 milhões	R\$35,2 milhões
Monitoramento da qualidade da água dos reservatórios	42 reservatórios e 180 estações de coletas de dados físicos, químicos e biológicos	42 reservatórios e 180 estações de coletas de dados físicos, químicos e biológicos
Resíduos e materiais inservíveis	320,6 toneladas	1.238 toneladas
Receita com as vendas dos resíduos	R\$201,4 mil	R\$2,3 milhões



## A CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO EM NÚMEROS (Controladora)

Descrições	2016	2015
<b>Atendimento</b>		
Número de consumidores	1.039	535
Número de empregados	1.582	1.697
Energia vendida por empregado - MWh	18.286	17.658
<b>Mercado</b>		
Geração própria	10.927	14.098
Preço médio de fornecimento – excluindo ICMS (R\$/MWh) – Industrial	196,96	172,99
<b>Operacionais</b>		
Número de Usinas em Operação	63	61
Capacidade Instalada (MW)	7.776	7.146
<b>Financeiros</b>		
Receita operacional líquida - R\$ milhões	6.495	7.377
Margem operacional - %	18,50	54,08
LAJIDA ou EBITDA - R\$ milhões	1.389	4.242
Resultado - R\$ milhões	70	2.316
Resultado por ação	0,0241	0,7996
Patrimônio líquido - R\$ milhões	4.583	4.684
Valor patrimonial por ação	1,5822	1,6169
Rentabilidade do patrimônio líquido - %	1,49	66,43
Endividamento do patrimônio líquido - %	253,87	305,87
Liquidez Corrente	1,00	0,83
Liquidez Geral	0,72	0,59



## COMPOSIÇÃO DOS CONSELHOS E DA DIRETORIA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
José Afonso Bicalho Beltrão da Silva	Bruno Westin Prado Soares Leal
Mauro Borges Lemos	Samy Kopit Moscovich
Allan Kardec de Melo Ferreira	Luiz Guilherme Piva
Arcângelo Eustáquio Torres Queiroz	Franklin Moreira Gonçalves
Helvécio Miranda Magalhães	Wieland Silberschneider
Marco Antônio de Rezende Teixeira	Antônio Dirceu Araújo Xavier
Marco Antônio Soares da Cunha Castello Branco	Ricardo Wagner Righi de Toledo
Nelson José Hubner Moreira	Carlos Fernando da Silveira Vianna
Marcelo Gasparino da Silva	Aloísio Macário Ferreira de Souza
Patrícia Gracindo Marques de Assis Bentes	(Vago)
Ricardo Coutinho de Sena	Bruno Magalhães Menicucci
Paulo Roberto Reckziegel Guedes	Carolina Alvim Guedes Alcoforado
Saulo Alves Pereira Junior	Marina Rosenthal Rocha
Daniel Alves Ferreira	Tarcísio Augusto Carneiro
José Pais Rangel	José João Abdalla Filho

CONSELHO FISCAL	
MEMBROS EFETIVOS	MEMBROS SUPLENTE
Charles Carvalho Guedes	Bruno Cirilo Mendonça de Campos
Edson Moura Soares	Marcos Túlio de Melo
Rafael Amorim de Amorim	(Vago)
Manuel Jeremias Leite Caldas	Ronaldo Dias
Newton Brandão Ferraz Ramos	Rodrigo de Mesquita Pereira

COMPOSIÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA	
NOME	CARGO
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	Diretor-Presidente
Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga	Diretor Vice-Presidente
Luís Fernando Paroli Santos	Diretor
Adézio de Almeida Lima	Diretor de Finanças e Relações com Investidores
Franklin Moreira Gonçalves	Diretor de Geração e Transmissão
José de Araújo Lins Neto	Diretor de Gestão Empresarial
Raul Lycurgo Leite	Diretor Jurídico
Luiz Fernando Paroli Santos	Diretor de Relações Institucionais e Comunicação
César Vaz de Melo Fernandes	Diretor de Desenvolvimento de Negócios
Maura Galuppo Botelho Martins	Diretora de Relações e Recursos Humanos
Dimas Costa	Diretor Comercial

### RELAÇÕES COM INVESTIDORES

#### Superintendência de Relações com Investidores

Telefones: (31) 3506-5024 – 3506-5028

Fax: (31) 3506-5025 - 3506-5026

#### Endereço eletrônico

Site: [www.cemig.com.br](http://www.cemig.com.br)

E-Mail: [ri@cemig.com.br](mailto:ri@cemig.com.br)



## SUMÁRIO

BALANÇOS PATRIMONIAIS .....	2
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS .....	4
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES .....	5
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA .....	7
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO .....	9
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	10
1. CONTEXTO OPERACIONAL .....	10
2. BASE DE PREPARAÇÃO .....	17
3. PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO .....	27
4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES .....	28
5. SEGMENTOS OPERACIONAIS .....	38
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	41
7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS .....	41
8. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS E TRANSPORTE DE ENERGIA .....	42
9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS .....	43
10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR .....	43
11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL .....	44
12. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS .....	46
13. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO .....	46
14. INVESTIMENTOS .....	50
15. IMOBILIZADO .....	69
16. INTANGÍVEIS .....	72
17. FORNECEDORES .....	73
18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES .....	73
19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES .....	74
20. ENCARGOS REGULATÓRIOS .....	80
21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO .....	80
22. PROVISÕES .....	85
23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS .....	92
24. RECEITA .....	94
25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS .....	97
26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS .....	99
27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS .....	99
28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS .....	102
29. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO .....	110
30. SEGUROS .....	112
31. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS .....	113
32. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA .....	113
33. EVENTOS SUBSEQUENTES .....	114



## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

### ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado	Controladora	
		31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
<b>CIRCULANTE</b>				
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	427.827	361.252	283.703
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	7	424.046	273.885	1.898.751
Consumidores e Revendedores	8	724.939	676.851	970.079
Concessionários - Transporte de Energia	8	36.690	36.690	37.942
Ativo Financeiro da Concessão	13	332.763	13.233	13.233
Tributos Compensáveis	9	55.493	55.486	41.502
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	10	176.464	176.464	77.029
Dividendos a Receber		11.893	34.566	8.472
Estoques		4.401	4.401	4.631
Prêmio Repactuação Risco Hidrológico		16.618	16.618	13.097
Adiantamento a Fornecedores	27	-	-	86.941
Créditos junto à Eletrobrás	20	48.379	48.379	-
Outros Créditos		90.658	100.950	81.239
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>2.350.171</b>	<b>1.798.775</b>	<b>3.516.619</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	7	13.038	8.268	18.053
Tributos Compensáveis	9	14.870	14.870	23.797
Depósitos Vinculados a Litígios	12	229.294	229.294	221.129
Transações com Partes Relacionadas		74.630	74.630	1.709
Prêmio Repactuação Risco Hidrológico		46.305	46.305	50.209
Adiantamento a Fornecedores	27	229.053	229.053	60.000
Outros Créditos	4	273.950	273.898	325.983
Ativo Financeiro da Concessão	13	4.755.137	2.820.902	2.034.632
Investimentos	14	5.291.892	7.773.818	5.752.448
Imobilizado	15	3.170.152	3.168.380	3.307.676
Intangíveis	16	35.752	35.752	36.109
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>14.134.073</b>	<b>14.675.170</b>	<b>11.831.745</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>16.484.244</b>	<b>16.473.945</b>	<b>15.348.364</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



## BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

### PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado	Controladora	
		31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
<b>CIRCULANTE</b>				
Empréstimos e Financiamentos	19	1.410.782	1.410.782	2.129.984
Debêntures	19	1.845.411	1.853.013	701.495
Fornecedores	17	377.038	372.704	331.823
Imposto de Renda e Contribuição Social		6.072	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	18	136.777	132.863	133.870
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		605.000	605.000	718.137
Salários e Encargos Sociais		52.557	52.554	50.549
Encargos Regulatórios	20	69.955	67.377	56.019
Participação dos Empregados e Administradores Resultado		3.306	3.306	26.774
Obrigações Pós-Emprego	21	45.377	45.377	38.048
Concessões a Pagar		2.977	2.977	2.811
Venda Antecipada de Energia Elétrica	8	181.200	181.200	-
Outras Obrigações		89.448	88.146	70.285
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>4.825.900</b>	<b>4.815.299</b>	<b>4.259.795</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
Empréstimos e Financiamentos	19	752.930	752.930	892.438
Debêntures	19	4.624.548	4.626.860	4.015.155
Provisões	22	105.296	105.296	77.710
Obrigações Pós-Emprego	21	861.084	861.084	683.422
Impostos, Taxas e Contribuições	18	101.233	101.233	101.233
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11a	286.174	285.529	378.000
Encargos Regulatórios	20	128.068	126.742	90.000
Concessões a Pagar		19.026	19.026	18.578
Instrumentos Financeiros – Opções de Venda	14	196.173	196.173	147.614
Outras Obrigações		618	579	607
<b>TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>7.075.150</b>	<b>7.075.452</b>	<b>6.404.757</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>11.901.050</b>	<b>11.890.751</b>	<b>10.664.552</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Capital Social	23	1.837.710	1.837.710	1.837.710
Reservas de Lucros		2.474.659	2.474.659	2.485.879
Ajustes de Avaliação Patrimonial		270.825	270.825	360.223
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>4.583.194</b>	<b>4.583.194</b>	<b>4.683.812</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>16.484.244</b>	<b>16.473.945</b>	<b>15.348.364</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais, exceto o resultado por ação)

	Nota	Consolidado	Controladora	
		31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
<b>RECEITA</b>	24	<b>6.808.975</b>	<b>6.494.761</b>	<b>7.377.198</b>
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>				
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	25			
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(317.994)	(296.951)	(293.484)
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(3.052.167)	(3.052.165)	(2.601.484)
		(3.370.161)	(3.349.116)	(2.894.968)
<b>CUSTO</b>	25			
Pessoal e Administradores		(322.128)	(317.341)	(272.723)
Materiais		(10.818)	(10.181)	(12.498)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia		(40)	(40)	(83.723)
Serviços de Terceiros		(100.907)	(94.023)	(112.927)
Depreciação e Amortização		(177.286)	(177.286)	(243.695)
Provisões (Reversões) Operacionais		(44.444)	(44.444)	11.684
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão		(53.824)	(53.824)	(146.030)
Outros Custos Operacionais		(6.058)	(6.009)	(9.634)
		(715.505)	(703.148)	(869.546)
<b>CUSTO TOTAL</b>		<b>(4.085.666)</b>	<b>(4.052.264)</b>	<b>(3.764.514)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>2.723.309</b>	<b>2.442.497</b>	<b>3.612.684</b>
<b>DESPESA OPERACIONAL</b>	25			
Recuperação Despesas com Vendas		134	134	458
Despesas Gerais e Administrativas		(141.374)	(141.374)	(164.079)
Outras Despesas Operacionais		(166.099)	(165.933)	(205.494)
		(307.339)	(307.173)	(369.115)
Resultado de Equivalência Patrimonial		(447.714)	(170.934)	16.735
Resultado de Valor Justo em Reorganização Societária	14	-	-	729.442
Ajuste referente a desvalorização em Investimentos	14	(762.691)	(762.691)	-
<b>Resultado Operacional Antes do Resultado Financeiro e Impostos</b>		<b>1.205.565</b>	<b>1.201.699</b>	<b>3.989.746</b>
Receitas Financeiras	26	181.518	171.338	204.741
Despesas Financeiras	26	(1.324.170)	(1.324.137)	(990.235)
<b>Resultado antes dos Impostos</b>		<b>62.913</b>	<b>48.900</b>	<b>3.204.252</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	11b	(37.551)	(24.183)	(751.334)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11b	44.506	45.151	(136.645)
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>69.868</b>	<b>69.868</b>	<b>2.316.273</b>
<b>Resultado Básico e Diluído por Ação</b>		<b>0,0241</b>	<b>0,0241</b>	<b>0,7996</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
<b>RESULTADO DO PERÍODO</b>	<b>69.868</b>	<b>69.868</b>	<b>2.316.273</b>
<b>Itens que não serão reclassificados para a Demonstração de Resultado</b>			
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	(91.857)	(91.857)	(83.856)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	19.420	19.420	14.433
	(72.437)	(72.437)	(69.423)
<b>Itens que poderão ser reclassificados para a Demonstração de Resultado</b>			
Ajuste de conversão de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada e controlada em conjunto	(90)	(90)	90
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO</b>	<b>(2.659)</b>	<b>(2.659)</b>	<b>2.246.940</b>
<b>Lucro atribuível aos acionistas da Companhia</b>	<b>(2.659)</b>	<b>(2.659)</b>	<b>2.246.940</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



## -DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais, exceto dividendos e juros sobre capital próprio por ação)

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total do Patrimônio Líquido
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014</b>	<b>1.700.000</b>	<b>1.309.293</b>	<b>477.317</b>	-	<b>3.486.610</b>
Resultado do período				2.316.273	2.316.273
<b>Outros resultados abrangentes</b>					
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	(83.856)	-	(83.856)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	-	-	14.433	-	14.433
Ajuste de conversão de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	-	-	90	-	90
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(69.333)</b>	<b>2.316.273</b>	<b>2.246.940</b>
Dividendos Intermediários Estatutários (R\$0,1519 p/ação)	-	-	-	(440.000)	(440.000)
Dividendos Estatutários (R\$0,1906 p/ação)	-	-	-	(552.041)	(552.041)
Aumento de capital	137.710	-	-	-	137.710
Juros s/ Capital Próprio (R\$0,0675 p/ação)	-	-	-	(195.407)	(195.407)
<b>Constituição de Reservas</b>					
Reserva Legal	-	115.814	-	(115.814)	-
Reserva de Incentivos Fiscais - SUDENE	-	20.696	-	(20.696)	-
Retenção de Lucros	-	1.040.076	-	(1.040.076)	-
<b>Realização de Reservas</b>					
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	(47.761)	47.761	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015</b>	<b>1.837.710</b>	<b>2.485.879</b>	<b>360.223</b>	-	<b>4.683.812</b>
Resultado do Exercício	-	-	-	69.868	69.868
<b>Outros resultados abrangentes</b>					
Ajuste de passivo atuarial - remensuração de obrigações de planos de benefícios definidos, líquida de impostos	-	-	(91.857)	-	(91.857)
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	-	-	19.420	-	19.420
Ajuste de conversão de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	-	-	(90)	-	(90)
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(72.527)</b>	<b>69.868</b>	<b>(2.659)</b>
Parcela Dividendos Obrigatórios não Distribuída – Reversão de Provisão	-	202.041	-	-	202.041
Juros s/ Capital Próprio (R\$0,0287 p/ação)	-	-	-	(83.246)	(83.246)
Dividendos Estatutários (R\$0,748 p/ação)	-	(216.754)	-	-	(216.754)
<b>Constituição de Reservas</b>					
Reserva Legal	-	3.493	-	(3.493)	-
<b>Realização de Reservas</b>					
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	(16.871)	16.871	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016</b>	<b>1.837.710</b>	<b>2.474.659</b>	<b>270.825</b>	-	<b>4.583.194</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Resultado do Exercício	69.868	69.868	69.868	2.316.273
Ajustes por:				
Depreciação e Amortização	182.785	182.785	182.785	252.897
Baixas Líquidas de Imobilizado/Intangível/Financeiro	12.130	12.130	12.130	27.727
Provisão para Perdas em Investimentos	762.691	762.691	762.691	-
Equivalência Patrimonial	447.714	170.934	170.934	(16.735)
Juros e Variações Monetárias	131.576	315.839	315.839	862.362
Imposto de Renda e Contribuição Social	(6.955)	(20.968)	(20.968)	887.979
Receita referente a atualização no valor indenizável de ativos	-	-	-	(100.528)
Resultado de Valor Justo em Reorganização Societária	-	-	-	(729.442)
Provisões para Perdas Operacionais	97.765	97.765	97.765	106.444
Obrigações Pós-Emprego	100.252	100.252	100.252	60.049
	<b>1.797.826</b>	<b>1.691.296</b>	<b>1.691.296</b>	<b>3.667.026</b>
<b>(Aumento) Redução de Ativos</b>				
Consumidores e Revendedores	245.275	293.363	293.363	(302.510)
Tributos Compensáveis	(5.064)	(5.057)	(5.057)	45.639
Imposto de Renda e Contribuição Social a Compensar	(99.435)	(99.435)	(99.435)	32.470
Transporte de Energia	1.252	1.252	1.252	(287)
Depósito Judiciais	2.718	2.718	2.718	(7.233)
Dividendos Recebidos	126.543	169.613	169.613	133.953
Ativo Financeiro	(1.940.907)	(2.126.432)	(2.126.432)	10.250
Adiantamento a Fornecedores	(118.824)	(118.824)	(118.824)	(130.217)
Outros	60.196	49.956	49.956	(92.842)
	<b>(1.728.246)</b>	<b>(1.832.846)</b>	<b>(1.832.846)</b>	<b>(310.777)</b>
<b>Aumento (Redução) de Passivos</b>				
Fornecedores	45.215	40.881	40.881	22.036
Tributos e Contribuição Social	2.907	(1.007)	(1.007)	48.710
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	111.882	113.750	113.750	(105.854)
Salários e Contribuições Sociais	2.008	2.005	2.005	6.286
Encargos Regulatórios	52.004	48.100	48.100	41.792
Obrigações Pós-Emprego	(54.438)	(54.438)	(54.438)	(47.232)
Participação nos Lucros	(23.468)	(23.468)	(23.468)	1.893
Concessões a pagar	(51.583)	(51.583)	(51.583)	234
Venda Antecipada de Energia Elétrica	181.200	181.200	181.200	-
Outros	(55.039)	(56.380)	(56.380)	29.379
	<b>210.688</b>	<b>199.060</b>	<b>199.060</b>	<b>(2.756)</b>
Caixa Gerado nas Operações	<b>280.268</b>	<b>57.510</b>	<b>57.510</b>	<b>3.353.493</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(143.361)	(137.933)	(137.933)	(683.124)
Juros Pagos	(1.116.060)	(1.116.060)	(1.116.060)	(773.691)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(979.153)</b>	<b>(1.196.483)</b>	<b>(1.196.483)</b>	<b>1.896.678</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Em Investimentos	(856.131)	(871.993)	(871.993)	(180.525)
Aquisição de Investimentos	-	-	-	(309.684)
No Imobilizado	(48.934)	(47.162)	(47.162)	(76.968)
No Intangível	(4.394)	(4.394)	(4.394)	(5.324)
No Ativo Financeiro	-	-	-	(146.030)
Em Títulos e Valores Mobiliários	1.452.618	1.617.463	1.617.463	(1.305.767)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>543.159</b>	<b>693.914</b>	<b>693.914</b>	<b>(2.024.298)</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



	Consolidado	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
Empréstimos Obtidos	3.382.451	3.382.451	3.113.449
Juros Sobre Capital Próprio e Dividendos	(211.096)	(211.096)	(469.311)
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(2.591.237)	(2.591.237)	(2.550.422)
Aumento de Capital	-	-	27.058
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>580.118</b>	<b>580.118</b>	<b>120.774</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>144.124</b>	<b>77.549</b>	<b>(6.846)</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>			
No início do exercício	283.703	283.703	290.549
No fim do exercício	427.827	361.252	283.703
	<b>144.124</b>	<b>77.549</b>	<b>(6.846)</b>

Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



## DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora			
	31/12/2016		31/12/2016		31/12/2015	
<b>RECEITAS</b>						
Venda de Energia e Serviços	7.475.726		7.138.678		8.636.605	
Receita de Construção	53.824		53.824		146.030	
Investimentos em Imobilizado	38.603		38.603		79.620	
Receita de Indenização da Transmissão	751.101		751.101		100.528	
Ajuste para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa	134		134		458	
Outras receitas	1.237		1.237		180	
	<u>8.320.625</u>		<u>7.983.577</u>		<u>8.963.421</u>	
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>						
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(3.348.145)		(3.348.142)		(2.793.025)	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(347.389)		(326.348)		(315.520)	
Serviços de Terceiros	(137.120)		(130.236)		(227.348)	
Materiais	(104.670)		(104.034)		(157.784)	
Matéria prima e insumos para Produção de Energia	(44)		(44)		(90.327)	
Concessão Onerosa	(2.889)		(2.889)			
Outros Custos Operacionais	(141.741)		(141.576)		(166.253)	
	<u>(4.081.998)</u>		<u>(4.053.269)</u>		<u>(3.750.257)</u>	
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>4.238.627</b>		<b>3.930.308</b>		<b>5.213.164</b>	
<b>RETENÇÕES</b>						
Depreciação e Amortização	(182.785)		(182.785)		(252.897)	
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b>	<b>4.055.842</b>		<b>3.747.523</b>		<b>4.960.267</b>	
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>						
Resultado de Equivalência Patrimonial	(447.714)		(170.934)		16.735	
Receita de valor justo em operação societária	-		-		729.442	
Ajuste referente a desvalorização em Investimentos	(762.691)		(762.691)		-	
Receitas Financeiras	181.518		171.338		204.741	
	<u>(1.028.887)</u>		<u>(762.287)</u>		<u>950.918</u>	
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>3.026.955</b>		<b>2.985.236</b>		<b>5.911.185</b>	
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		<b>%</b>		<b>%</b>		
<b>Empregados</b>	<b>414.232</b>	<b>13,69</b>	<b>409.445</b>	<b>13,72</b>	<b>356.796</b>	<b>6,04</b>
Remuneração direta	256.038	8,46	251.251	8,42	270.992	4,58
Benefícios	114.021	3,77	114.021	3,82	70.012	1,19
FGTS	20.848	0,69	20.848	0,70	15.792	0,27
Programas de Desligamento de Empregados	23.325	0,77	23.325	0,78	-	-
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>1.189.205</b>	<b>39,28</b>	<b>1.152.319</b>	<b>38,60</b>	<b>2.227.579</b>	<b>37,68</b>
Federais	633.310	20,92	596.461	19,98	1.656.799	28,03
Estaduais	553.378	18,28	553.341	18,54	568.769	9,62
Municipais	2.517	0,08	2.517	0,08	2.011	0,03
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>1.353.650</b>	<b>44,72</b>	<b>1.353.604</b>	<b>45,34</b>	<b>1.010.537</b>	<b>17,09</b>
Juros	1.324.170	43,75	1.324.137	44,35	990.235	16,75
Aluguéis	29.480	0,97	29.467	0,99	20.302	0,34
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>69.868</b>	<b>2,31</b>	<b>69.868</b>	<b>2,34</b>	<b>2.316.273</b>	<b>39,19</b>
Juros Sobre Capital Próprio	69.868	2,31	69.868	2,34	195.407	3,31
Dividendos	-	-	-	-	992.041	16,78
Lucros Retidos	-	-	-	-	1.128.825	19,10
	<u>3.026.955</u>	<u>100,00</u>	<u>2.985.236</u>	<u>100,00</u>	<u>5.911.185</u>	<u>100,00</u>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Companhia” ou “Cemig Geração e Transmissão”) é uma Sociedade Anônima de Capital Aberto, subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”), constituída em 8 de setembro de 2004 e com início das suas operações a partir de 1º de janeiro de 2005, como resultado do processo de desmembramento das atividades da Cemig. Suas ações não são negociadas em bolsa de valores. A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG.

A Companhia tem por objeto social: (i) estudar, planejar, projetar, construir, operar e explorar Sistemas de Geração, Transmissão e Comercialização de energia elétrica e serviços correlatos que lhe tenham sido, ou venham a ser, concedidos, por qualquer título de direito ou a empresas das quais mantenha o controle acionário; (ii) desenvolver atividades nos diferentes campos de energia, em qualquer de suas fontes, com vistas à exploração econômica e comercial; (iii) prestar serviço de consultoria, dentro de sua área de atuação, a empresas no Brasil e no exterior e (iv) exercer atividades direta ou indiretamente relacionadas ao seu objeto social.

A Companhia possui participação em 63 Usinas, sendo 58 Usinas Hidrelétricas, 3 Eólicas, 1 Termelétrica e 1 solar e Linhas de Transmissão pertencentes, na maior parte, à Rede Básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão, com capacidade instalada de 7.776 MW (informações não auditadas pelos auditores independentes).

A Companhia assumiu um valor significativo de dívida para financiar os gastos de capital necessários para cumprir os objetivos de crescimento de longo prazo. Em 31 de dezembro de 2016, o passivo circulante consolidado da Companhia excedeu o ativo circulante consolidado em R\$2.476 milhões. Em 31 de dezembro de 2016, os empréstimos e financiamentos e debêntures, de curto prazo, da CEMIG GT totalizaram R\$1.411 milhões e R\$1.845 milhões, com vencimento no primeiro, segundo, terceiro e quarto trimestres de 2017, nos montantes de R\$606 milhões, R\$838 milhões, R\$553 milhões e R\$1.259 milhões, respectivamente.



O volume substancial de dívida da Cemig GT poderia afetar, negativamente, os negócios, a condição financeira e o resultado das operações. De forma mais específica, a Cemig GT está sujeita a determinadas restrições sobre a sua capacidade de captar recursos de terceiros, o que pode impedi-la de celebrar novos contratos para o financiamento das suas operações, ou para o refinanciamento das obrigações existentes, e que pode afetar adversamente seus negócios, resultados operacionais e situação financeira, conforme segue.:

- Com relação aos empréstimos de terceiros: (i) na condição de empresa estatal, a CEMIG GT está sujeita a regras e limites relacionados ao nível de crédito aplicável ao setor público, inclusive as regras estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN e pelo Banco Central do Brasil (BACEN); e (ii) uma vez que a Companhia opera no setor elétrico, a empresa está sujeita às regras e aos limites estabelecidos pela Aneel que abordam o endividamento de empresas do setor elétrico. Adicionalmente, (iii) as empresas estatais podem usar os recursos provenientes das transações com bancos comerciais apenas para refinarçar obrigações financeiras, ou em transações garantidas por duplicatas.
- Outra regra em vigor é a exigência de aprovação de determinadas operações financeiras internacionais pelo Tesouro Nacional (que faz parte do Ministério da Fazenda) e pelo Banco Central antes da sua execução; essa aprovação é normalmente concedida se o objetivo da operação for financiar a importação de mercadorias ou rolar a dívida estrangeira apenas. O objetivo dessas regras é impor limites sobre a capacidade de endividamento da Companhia.
- A Cemig GT está sujeita às cláusulas restritivas constantes dos seus contratos de empréstimos e financiamentos e debêntures. Em caso de descumprimento de uma obrigação nos termos do contrato de financiamento, a Cemig deverá reforçar as garantias do financiamento, sob pena de vencimento antecipado do contrato. Qualquer evento de inadimplemento nos nossos instrumentos financeiros poderia levar os credores a fazer com que todos os valores relacionados àquela dívida se tornem imediatamente devidos. O vencimento antecipado das dívidas poderia ter efeito adverso relevante sobre a situação financeira da Companhia, e poderia também resultar na ativação das cláusulas de *cross-default* em outros instrumentos financeiros. Em caso de inadimplemento, os fluxos de caixa da Companhia poderiam ser insuficientes para liquidar completamente a dívida ou para cumprir o serviço dessas dívidas.
- As agências de classificação de risco de crédito atribuem uma nota ao Brasil, à Companhia e aos seus títulos da dívida a nível Brasil e também atribuem uma nota à Companhia a nível global. Se houver rebaixamento das notas devido a qualquer fator externo, ao desempenho operacional ou ao alto nível da dívida, o custo do capital poderá aumentar.



Para fins de amortização dos vencimentos programados da dívida, a Cemig GT deverá captar valores significativos de capital de terceiros através de uma ampla variedade de fontes de financiamento. Para fins de cumprimento do serviço da dívida da Companhia após atingir nossas metas de investimentos, a Cemig GT dependeu, e pode continuar a depender, de uma combinação de fluxos de caixa gerados pelas atividades operacionais, reduções nas nossas linhas de crédito disponíveis, saldo do nosso caixa e aplicações financeiras e contratação de dívidas adicionais.

A Cemig GT possui diversas iniciativas para aumentar a liquidez através da celebração de novos contratos de financiamento ou refinanciamento das obrigações existentes e possível alienação de ativos que não fazem parte da atividade-fim.

Apesar da Cemig GT estar com alavancagem significativa, a empresa espera que os saldos de caixa corrente, a liquidez da linha de crédito rotativo, o caixa gerado pelas iniciativas descritas acima, e o fluxo de caixa das atividades operacionais sejam suficientes para atender o capital de giro, os investimentos, o serviço da dívida, e outras necessidades de caixa do próximo exercício. A Administração acredita que seus planos serão bem-sucedidos.

Se, por qualquer razão, a Cemig GT apresentar dificuldades em obter financiamentos, isto poderia comprometer suas condições para realizar investimentos nos montantes necessários para manter o atual nível de investimentos ou seus objetivos de longo prazo e poderia comprometer suas condições de pagamento no prazo das obrigações financeiras de principal e juros junto aos seus credores, considerando que o fluxo de caixa advindo das suas operações seria insuficiente para cobrir o seu programa de investimentos e todo o seu serviço da dívida. Uma redução no programa de investimentos ou a venda de ativos poderia afetar de forma significativa o resultado das suas operações.

A Companhia possui participação societária nas seguintes Controladas, Controladas em conjunto e Coligada (informações em MW não auditadas pelos auditores independentes):

- Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, por meio da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A Usina iniciou as operações em 2009;
- Baguari Energia S.A. (“Baguari Energia”) (Controlada em conjunto) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de sua participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia – 49,00% e Neoenergia – 51,00%), localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, Estado de Minas Gerais.



- Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Central Eólica Praias de Parajuru”) (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio de Usina Eólica, localizada no município de Beberibe, no Estado do Ceará.
- Central Eólica Praias do Morgado S.A. (“Central Eólica Praias do Morgado”) (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio de Usina Eólica, localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará.
- Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Central Eólica Volta do Rio”) (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio da Usina Eólica localizada no município de Acaraú, no Estado do Ceará.
- Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Hidrelétrica Pipoca”) (Controlada em conjunto) - Produção independente de energia elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais.
- Madeira Energia S.A. (“Madeira”) (Coligada) – Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio por meio da seguinte Sociedade, por ela, controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia;
- Lightger S.A. (“Light Ger”) (Controlada em conjunto) - Produção independente de Energia Elétrica , mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages no município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro;
- Renova Energia S.A. (“Renova”) (Controlada em conjunto) – Sociedade de capital aberto, atua no desenvolvimento, implantação e operação de projetos de geração de energia de fontes renováveis - eólica, pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”) e solar, e na comercialização de energia a atividades relacionadas;
- Retiro Baixo Energética S.A. (“RBE”) (Controlada em conjunto) - A RBE é titular da concessão de exploração da Usina Hidrelétrica de Retiro Baixo, localizada no rio Paraopeba, na bacia do rio São Francisco, entre os municípios de Curvelo e Pompeu, Estado de Minas Gerais. A usina possui potência instalada de 83,7 MW e energia assegurada de 38,5 MW médios;



- Aliança Norte Energia Participações S.A. (“Aliança Norte”) (Controlada em conjunto) Sociedade de Propósito Específico (SPE), constituída pela Cemig Geração e Transmissão, que detém 49,9% de participação, e a Vale S.A, que detém os 50,1% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9%, na participação da Norte Energia S.A. (“NESA”), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (“UHE Belo Monte”), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. A primeira turbina da usina de Belo Monte entrou em operação em 20 de abril de 2016 e a segunda turbina entrou em operação em 16 de julho de 2016.
  
- Amazônia Energia Participações S.A (“Amazônia Energia”) (Controlada em conjunto) – Sociedade de Propósito Específico (SPE), criada pela Cemig Geração e Transmissão, que detém 74,50% de participação, e a Light, que detém os 25,50% restantes, com a finalidade de aquisição de participação de 9,77% na participação da Norte Energia S.A. (“NESA”), empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (“UHE Belo Monte”), no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará. A primeira turbina da usina de Belo Monte entrou em operação em 20 de abril de 2016 e a segunda turbina entrou em operação em 16 de julho de 2016.
  
- Aliança Geração de Energia S.A. (“Aliança”) (Controlada em conjunto) - sociedade por ações de capital fechado, criada pela Cemig GT e Vale S.A. para se tornar uma plataforma de consolidação de ativos de geração detidos pelas partes em consórcios de geração, e investimentos em futuros projetos de geração elétrica. As duas partes subscreveram suas ações na empresa, na forma de suas participações nos seguintes ativos de geração: Porto Estrela, Igarapava, Funil, Capim Branco I e II, Aimorés e Candonga. Com esses ativos a companhia tem uma capacidade instalada de geração hidrelétrica em operação de 1.158 MW (652 MW médios), entre outros projetos de geração. Vale e Cemig GT, detêm 55% e 45% do capital total, respectivamente.
  
- Cemig Geração Três Marias S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A., tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Três Marias, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Companhia possui 396 MW de potência instalada e 239 MW médios de Garantia Física. Para o ano de 2016, pela prestação do serviço de geração. Para o ano de 2016, pela prestação do serviço de geração, exclusivamente na parcela da garantia física destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, a Companhia será remunerada em regime de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência da UHE Três Marias, por meio da Receita Anual De Geração – RAG, expressa em reais por ano. A partir de 2017, cerca de 30% da garantia física da empresa será comercializada no ACL (Ambiente de Contratação Livre).



- Cemig Geração Salto Grande S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A., tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Salto Grande, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Companhia possui 102 MW de potência instalada e 75 MW médios de Garantia Física. Para o ano de 2016, pela prestação do serviço de geração, exclusivamente na parcela da garantia física destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, a Companhia será remunerada em regime de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência da UHE Salto Grande, por meio da Receita Anual De Geração – RAG, expressa em reais por ano. A partir de 2017, cerca de 30% da garantia física da empresa será comercializada no ACL (Ambiente de Contratação Livre).
  
- Cemig Geração Camargos S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A., tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Camargos, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Companhia possui 46 MW de potência instalada e 21 MW médios de Garantia Física. Para o ano de 2016, pela prestação do serviço de geração, exclusivamente na parcela da garantia física destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, a Companhia será remunerada em regime de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência da UHE Camargos, por meio da Receita Anual De Geração – RAG, expressa em reais por ano. A partir de 2017, cerca de 30% da garantia física da empresa será comercializada no ACL (Ambiente de Contratação Livre).
  
- Cemig Geração Itutinga S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A., tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração da Usina de Itutinga, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Companhia possui 52 MW de potência instalada e 28 MW médios de Garantia Física. Para o ano de 2016, pela prestação do serviço de geração, exclusivamente na parcela da garantia física destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, a Companhia será remunerada em regime de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência da UHE Itutinga, por meio da Receita Anual De Geração – RAG, expressa em reais por ano. A partir de 2017, cerca de 30% da garantia física da empresa será comercializada no ACL (Ambiente de Contratação Livre).



- Cemig Geração Leste S.A, sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A., tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Leste (PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti) possui 35,16 MW de potência instalada e 18,64 MW médios de Garantia Física. Para o ano de 2016, pela prestação do serviço de geração, exclusivamente na parcela da garantia física destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, a Companhia será remunerada em regime de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência das PCHs Dona Rita, Sinceridade, Neblina, Ervália, Tronqueiras e Peti, por meio da Receita Anual De Geração – RAG, expressa em reais por ano. A partir de 2017, cerca de 30% da garantia física da empresa será comercializada no ACL (Ambiente de Contratação Livre).
  
- Cemig Geração Oeste S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A., tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Oeste (PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins) possui 28,90 MW de potência instalada e 11,21 MW médios de Garantia Física Para o ano de 2016, pela prestação do serviço de geração, exclusivamente na parcela da garantia física destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, a Companhia será remunerada em regime de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência das PCHs Gafanhoto, Cajuru e Martins, por meio da Receita Anual de Geração – RAG, expressa em reais por ano. A partir de 2017, cerca de 30% da garantia física da empresa será comercializado no ACL (Ambiente de Contratação Livre).
  
- Cemig Geração Sul S.A - sociedade anônima, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A., tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica, como de concessionária de serviços públicos, mediante a exploração das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, bem como o exercício de atividade de comercialização de energia elétrica no mercado livre de negociação. A Cemig Geração Sul (PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau) possui 39,53 MW de potência instalada e 27,42 MW médios de Garantia Física. Para o ano de 2016, pela prestação do serviço de geração, exclusivamente na parcela da garantia física destinada ao Ambiente de Contratação Regulada – ACR, a Companhia será remunerada em regime de Cotas de Garantia Física de Energia e de Potência das PCHs Coronel Domiciano, Marmelos, Joasal, Paciência e Piau, por meio da Receita Anual De Geração – RAG, expressa em reais por ano. A partir de 2017, cerca de 30% da garantia física da empresa será comercializada no ACL (Ambiente de Contratação Livre).



Controladas e Controladas em Conjunto em fase pré-operacional:

- Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”) (Controlada em conjunto) – Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães; Senhora do Porto; e Jacaré, localizadas no Município de Dores de Guanhães; e Fortuna II, localizada no Município de Virginópolis. Todas no Estado de Minas Gerais. As obras civis encontram-se 97% concluídas e não há previsão para o início da geração comercial;
- Cemig Baguari Energia S.A. (“Cemig Baguari”) (Controlada) – Produção e a comercialização de energia elétrica em Regime de produção independente em futuros Empreendimentos;

Mais detalhes ver nota explicativa nº 14.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

### 2.1 Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 11 de abril de 2017, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

### 2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- os ativos financeiros mantidos para negociação mensurados pelo valor justo;



- os ativos financeiros da concessão mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalente ao valor justo.

### **2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

### **2.4 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Ajuste Para Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa;
- Nota 11 – Imposto de Renda e Contribuição Social;
- Nota 13 – Ativos Financeiros da concessão;
- Nota 14 – Investimentos;
- Nota 15 – Imobilizado;
- Nota 16 – Intangíveis;
- Nota 15 – Depreciação;
- Nota 16 – Amortização;
- Nota 21 – Obrigações Pós-Emprego;
- Nota 22 – Provisões;
- Nota 24 – Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica; e
- Notas 28 e 29 – Instrumentos Financeiros Derivativos e Mensuração pelo Valor Justo.



## 2.5 Normas, interpretações e modificações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016

As seguintes normas e alterações de normas entraram em vigor no exercício de 2016:

- As alterações à IFRS 7/CPC 40 (R1) fornecem orientações adicionais para esclarecer se um contrato de serviços constitui envolvimento contínuo em um ativo transferido para fins das divulgações necessárias com relação a ativos transferidos;
- As alterações à IAS 19/CPC 33 (R1) esclarecem que a taxa utilizada para desconto de obrigações de benefício pós-aposentadoria deve ser determinada com base nos rendimentos de mercado no final do período de reporte com relação a títulos corporativos de alta qualidade.
- As alterações à IFRS 5/CPC 31 introduzem orientações específicas com relação a quando uma entidade reclassifica um ativo (ou grupo de alienação) de “mantido para venda” para “mantido para distribuição para titulares” (ou vice-versa).
- Alterações à IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) – Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis.
- Alterações à IAS 1/CPC 26 (R1) – Iniciativa de Divulgação – oferecem orientações com relação à aplicação do conceito de materialidade na prática;
- Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3), IFRS 12/CPC 45 e IAS 28/ CPC 18 (R2) – Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação – esclarecem que a isenção de preparar demonstrações financeiras consolidadas é aplicável para uma entidade controladora que seja a controlada de uma entidade de investimento, mesmo que a entidade de investimento avalie todas as suas controladas ao valor justo de acordo com a IFRS 10.
- Alterações à IFRS 11/CPC 19 (R2) – Acordo contratual conjunto – fornecem instruções de como contabilizar a aquisição de um negócio em conjunto que constitua um “negócio”, conforme a definição dada pela IFRS 3/CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios.

A aplicação dessas alterações não teve impacto relevante sobre as divulgações ou os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas da Companhia.



## 2.6 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas com possíveis impactos para a Companhia

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- Alterações ao IAS 12/CPC 32 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas;
- Iniciativa de Divulgação (Alterações ao IAS 7) - altera o IAS 7/CPC 03 (R2) Demonstração dos Fluxos de Caixa Para esclarecer que as entidades devem fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2017.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- Alterações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e IAS 28/CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture – tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture.
- IFRS 9/CPC 48 – Instrumentos Financeiros – estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo. Em relação ao impairment de ativos financeiros, o IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38.
- IFRS 15/ CPC 47 – Receitas de Contratos com clientes – em maio de 2014, a IFRS 15 foi emitida e estabeleceu um modelo com base em princípios para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. A IFRS 15 substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

- IFRS 16 – Arrendamento mercantil – com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, inclusive os atualmente classificados como arrendamentos operacionais.



O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados a determinadas normas apresentadas acima, com data de adoção para 2018 e 2019. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia ainda está avaliando os efeitos da aplicação dessas novas normas e alterações de normas existentes sobre os valores e divulgações apresentados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

## 2.7 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

### a) Instrumentos Financeiros

*Passivos financeiros referentes a opções de venda* – as opções de venda de cotas do Fip Melbourne e Fip Malbec (“PUT SAAG”) foram mensurados pelo valor justo mediante a utilização do método Black-Scholes-Merton (BSM). Até o terceiro trimestre de 2016, as opções eram calculadas utilizando-se o método de fluxo de caixa descontado tendo adotado, à partir do quarto trimestre 2016, o método BSM. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo dessas opções tendo como referência o preço das respectivas opções de venda obtidas pelo modelo BSM avaliadas na data de fechamento das demonstrações financeiras do exercício findo em 2016.

*Capital Social* – Os direitos de dividendos mínimos estabelecidos para as ações preferenciais estão descritos na Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Financeiras.

*Instrumentos financeiros disponíveis para venda* – Desde 31 de dezembro de 2012, encontram-se nesta categoria os ativos financeiros das concessões de transmissão e distribuição que foram abarcados pela Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Demonstrações Financeiras. A Companhia reconhece um Ativo Financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, ou sob a direção do poder concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestados.



*Empréstimos e recebíveis* – Os empréstimos e recebíveis abrangem Equivalentes de Caixa, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativos Financeiros da Concessão não abarcados pela Lei nº 12.783, depósitos vinculados a litígios e Revendedores – Transações com Energia Livre.

Caixa e Equivalentes de Caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

b) Consumidores e Revendedores, Concessionários - Transporte de Energia e Revendedores – Transações com Energia Livre

As contas a receber de Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia – são registradas inicialmente pelo valor faturado e não faturado, e mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

O Ajuste Para Perdas em Crédito de Liquidação Duvidosa, é registrada com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia são: (i) consumidores com valores significantes, uma análise é feita do saldo a receber levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais.

Para os grandes consumidores é feita uma análise individual dos devedores e das iniciativas em andamento para recebimento dos créditos.

c) Investimentos

Os investimentos da Companhia incluem o ativo intangível de concessão identificado nas aquisições, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

d) Ativos Vinculados à Concessão

*Atividade de transmissão* – Para as novas concessões de transmissão, outorgadas após o ano 2000, os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando da sua apuração e registra-se uma Receita de Construção baseado no estágio de conclusão da obra realizada, incluindo os impostos incidentes sobre a receita e eventual margem de lucro.



Uma vez que os contratos de transmissão determinam que os concessionários possuem um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente, ou em nome, do poder concedente, para as novas concessões de transmissão, a companhia registra um ativo financeiro, durante o período da construção das linhas, a receita de transmissão a ser recebida durante todo o período da concessão, a valor justo.

Dos valores faturados de Receita Anual Permitida (“RAP”), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é utilizada para a baixa do ativo financeiro.

As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, esse novo fluxo de caixa é incorporado ao saldo do ativo financeiro.

Em função da aceitação dos termos de renovação das concessões de transmissão antigas, conforme descrito em mais detalhes na Nota Explicativa nº 4, a maior parte dos ativos de transmissão das concessões antigas serão objeto de indenização pelo Poder Concedente, sendo baixados em 31 de dezembro de 2012 e constituído um contas a receber correspondente à indenização estimada a ser recebida.

e) Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis compreendem os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados ao ativo intangível em curso e consórcios durante o período de construção.

Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não estão vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos desses empréstimos.

Para os Ativos Intangíveis vinculados à concessão, são adotados os procedimentos mencionados no item “ativos vinculados à concessão” acima.

f) Imobilizado

A depreciação e a amortização são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL, que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica.

As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na



Nota Explicativa nº 15 das Demonstrações Financeiras.

Os ativos não depreciados até o final da concessão serão revertidos para o Poder Concedente com a indenização dessa parcela não depreciada.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados às imobilizações em curso e consórcios durante o período de construção.

Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não estão vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos desses empréstimos.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há indenização no final da concessão, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro do período da concessão.

g) Redução ao valor recuperável

Ao avaliar a perda de valor recuperável a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

h) Benefícios a Empregados

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano. Nos exercícios apresentados, as despesas relacionadas à dívida pactuada com o Fundo de Pensão foram registradas no resultado financeiro, por representarem juros e variação monetária. As demais despesas com o Fundo de Pensão foram registradas como despesas operacionais.

*Benefícios de curto prazo a empregados* – A Participação nos Lucros prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica Participação dos Empregados e Administradores no Resultado.





i) Imposto de Renda e Contribuição Social

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

j) Receita Operacional

De forma geral, para os negócios da Companhia no setor elétrico, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de mercadorias ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente, de acordo com o reembolso definido pelo contrato de concessão.

Para as concessões de transmissão antigas, a base de remuneração regulatória de ativos é referência para a remuneração e indenização dos saldos não depreciados até o final da concessão, outorgadas antes do ano 2000, é registrado no resultado mensalmente o valor justo da operação e manutenção das linhas de transmissão e a remuneração do ativo financeiro.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

k) Receitas e Despesas Financeiras

As Receitas Financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica, juros sobre ativos financeiros da concessão e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As Despesas Financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.



### l) Informação por Segmento

Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos e as despesas da sede.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de Ativo Financeiro da Concessão, Intangível, Imobilizado, e Ativos Intangíveis que não ágio.

### m) Determinação do ajuste a valor presente

A Companhia aplicou o ajuste a valor presente sobre determinados contratos de concessão onerosa. Foram utilizadas taxas de desconto compatíveis com o custo de captação de recursos em operações com o mesmo prazo na data das operações, sendo de 12,50% e 5,10% (PCH's e UHE's).

## 3. PRINCÍPIOS DA CONSOLIDAÇÃO

A partir de 1º de junho de 2016, a Companhia passou a apresentar as suas Demonstrações Contábeis Consolidadas com a inclusão das suas subsidiárias integrais constituídas, conforme segue:

Sociedades Controladas	Forma de Avaliação	31/12/2016
		Participação Direta (%)
Cemig Baguari	Consolidação	100,00
Cemig Geração Três Marias S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Salto Grande S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Itutinga S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Camargos S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Sul S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Leste S.A.	Consolidação	100,00
Cemig Geração Oeste S.A.	Consolidação	100,00

As Demonstrações Financeiras de controladas são incluídas nas Demonstrações Financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. Os ativos, passivos e resultados das controladas foram consolidados com base no método de consolidação integral. As políticas contábeis das controladas e controladas em conjunto são alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.



As informações financeiras de controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

As datas das Demonstrações Financeiras das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para cálculo de consolidação e equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.

#### 4. DAS CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES

A Cemig Geração e Transmissão, incluindo as participações em consórcio e as controladas integrais, detêm junto à ANEEL, as concessões e autorizações:

	Localização	Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
<b>GERAÇÃO</b>			
<b>Usinas Hidrelétricas</b>			
São Simão (1)	Rio Paranaíba	01/1965	01/2015
Emborcação	Rio Paranaíba	07/1975	07/2025
Nova Ponte	Rio Araguari	07/1975	07/2025
Jaguara (1)	Rio Grande	08/1963	08/2013
Miranda (1)	Rio Araguari	12/1986	12/2016
Três Marias	Rio São Francisco	01/2015	01/2045
Volta Grande	Rio Grande	02/1967	02/2017
Irapé	Rio Jequitinhonha	01/1999	02/2035
Aimorés (1)	Rio Doce	07/2000	12/2035
Salto Grande	Rio Santo Antônio	01/2015	01/2045
Funil (1)	Rio Grande	10/1964	12/2035
Queimado	Rio Preto	11/1997	01/2033
Itutinga	Rio Grande	01/2015	01/2045
Camargos	Rio Grande	01/2015	01/2045
Porto Estrela (1)	Rio Santo Antônio	05/1997	07/2032
Igarapava (1)	Rio Grande	05/1995	12/2028
Piau	Rio Piau / Pinho	01/2015	01/2045
Gafanhoto	Rio Pará	01/2015	01/2045
UHE Baguari	Rio Doce	08/2006	08/2041
Outras	Diversas	Diversas	Diversas
<b>Usinas Termelétricas</b>			
Igarapé	Juatuba - MG	01/2001	08/2024

(1) Não foi considerada a prorrogação da concessão conforme previsto no Contrato de Concessão. Vide detalhes nesta nota

#### Concessões de Geração

No negócio de geração, a Companhia vende energia através de leilões para as distribuidoras atenderem às demandas de seu mercado cativo e vende energia a consumidores livres no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”). No ACL, a energia é negociada através das concessionárias de geração, Pequenas Centrais Hidrelétricas (“PCH”), auto geradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento tenha sido iniciado após julho de 1995.



Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao mercado regulado após o período de cinco anos da comunicação desta intenção ao distribuidor de sua região. Esta comunicação prévia procura assegurar à distribuidora um período necessário para comprar energia adicional para suprir a reentrada de consumidores livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas, diferentemente do que ocorre com geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

### Leilão de Concessões de Geração de Energia Elétrica

Em novembro de 2015 a Cemig GT participou do Leilão 12/2015, sendo a vencedora do Lote D, que contemplava 18 usinas, conforme quadro demonstrativo abaixo, o que inclui 5 usinas cuja concessão era anteriormente pertencente à Furnas S.A.

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Garantia Física (MWmed)
UHE Três Marias	Jan/2045	396,00	239,00
UHE Salto Grande	Jan/2045	102,00	75,00
UHE Itutinga	Jan/2045	52,00	28,00
UHE Camargos	Jan/2045	46,00	21,00
PCH Piaú	Jan/2045	18,01	13,53
PCH Gafanhoto	Jan/2045	14,00	6,68
PCH Peti	Jan/2045	9,40	6,18
PCH Tronqueiras	Jan/2045	8,50	3,39
PCH Joasal	Jan/2045	8,40	5,20
PCH Martins	Jan/2045	7,70	1,84
PCH Cajuru	Jan/2045	7,20	2,69
PCH Paciência	Jan/2045	4,08	2,36
PCH Marmelos	Jan/2045	4,00	2,74
PCH Coronel Domiciano (1)	Jan/2045	5,04	3,59
PCH Dona Rita (1)	Jan/2045	2,41	1,03
PCH Ervália (1)	Jan/2045	6,97	3,03
PCH Neblina (1)	Jan/2045	6,47	4,66
PCH Sinceridade (1)	Jan/2045	1,42	0,35
		<b>699,60</b>	<b>420,27</b>

1) Usinas cuja concessão era anteriormente pertencente a Furnas.

As informações referentes à capacidade instalada, Garantia Física e outras informações operacionais, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos auditores independentes". Mais informações na nota explicativa nº 13.

### **Renovação das concessões das Usinas Hidrelétricas de Jaguará, São Simão e Miranda**

A Companhia entende que tem direito à renovação das concessões com base nos termos originais dos Contratos de Concessão e encontra-se atualmente em discussão judicial da questão.

#### Usina Hidrelétrica de Jaguará ("Usina Jaguará")

Conforme previsto no Contrato de Concessão da Usina Jaguará, a Companhia requereu a renovação da concessão, sendo que o Ministério das Minas e Energia ("MME") indeferiu o requerimento da Companhia por entender que a solicitação foi feita de forma intempestiva em relação aos prazos definidos na Lei nº 12.783/13.



Em 20 de junho de 2013, a Cemig GT obteve liminar no Mandado de Segurança nº 20.432/2013 interposto junto ao Superior Tribunal de Justiça (“STJ”), contra ato do MME que não analisou o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina Jaguará (424MW, com 336 MW de energia firme), previsto para expirar em 28 de agosto de 2013. A liminar foi deferida pelo Ministro Relator Sérgio Kukina para assegurar que a Cemig GT permanecesse à frente da concessão da Usina Jaguará até o julgamento final da ação. No dia 23 de agosto de 2013 o ministro Sérgio Kukina julgou prejudicado este Mandado de Segurança.

Em 30 de agosto de 2013, a Cemig GT obteve liminar, publicada no dia 03 de setembro de 2013, no novo Mandado de Segurança interposto no STJ, contra decisão do MME que, por meio do Despacho publicado em 23 de agosto de 2013, indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo da concessão da Usina Jaguará, nos termos de seu Contrato de Concessão. A referida liminar assegura que a Cemig GT permanecerá no controle da Usina Jaguará, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento do processo.

Em 24 de junho de 2015, foi concluído o julgamento do Mandado de Segurança que havia sido impetrado pela Cemig GT. Conforme manifestação dos Ministros que compõem a 1ª Seção do STJ, foram indeferidos os pedidos feitos pela Cemig GT por 6 votos a 2.

Em 22 de setembro de 2015, a Cemig GT ajuizou nova ação cautelar, perante o Supremo Tribunal Federal (“STF”), para manter a titularidade da concessão da usina de Jaguará, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão.

No dia 03 de novembro de 2015 o Ministro Relator do STF publicou Despacho, por meio do qual solicitou às partes manifestação acerca do interesse na realização de audiência de conciliação, diante da complexidade e relevância na discussão do objeto da Ação Cautelar, tendo a Cemig protocolizado sua manifestação de interesse no dia 04 de novembro de 2015.

Em 21 de dezembro de 2015, o Ministro Dias Toffoli, Relator deste processo, deferiu o pedido liminar realizado pela Companhia para que sejam suspensos os efeitos do julgamento da 1ª Seção do STJ, mantendo a Cemig GT na titularidade da concessão da UHE Jaguará, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão, até deliberação em sentido contrário do STF. Em 01 de fevereiro de 2016 foi publicada decisão deferindo a requerida liminar.

No dia 15 de fevereiro de 2016 foi publicado Acórdão no STJ contendo a decisão da 1ª Seção daquele Tribunal, que denegou a segurança e julgou prejudicado o agravo regimental.



Em 22 de fevereiro de 2016, no âmbito do STF, foi proferido despacho pelo Ministro Relator, adiando a continuidade da Audiência de Conciliação entre a Cemig GT e a União, aguardando as partes, neste momento, novo despacho para designação de nova data para a continuidade da aludida audiência de conciliação iniciada em 15 de dezembro de 2015.

Em 01 de março de 2016 a Companhia interpôs recurso ordinário ao STJ contra o Acórdão publicado em 15 de fevereiro de 2016, sendo que em 11 de abril de 2016, a Ministra Vice-Presidente do STJ proferiu decisão admitindo o processamento do referido recurso ordinário e determinando o encaminhamento dos autos ao STF.

Em 21 de março de 2017, o STF revogou a liminar na qual a Cemig GT requer, até julgamento definitivo de recurso ordinário pelo STF, a suspensão dos efeitos do julgamento da 1ª Seção do STF, cuja decisão denegou a ordem para manter a Cemig GT na titularidade da concessão da Usina de Jaguará sob as bases iniciais do Contrato de Concessão 007/97. Os autos foram enviados à Procuradoria Geral da República (PGR), para manifestação.

Em 29 de março de 2017, a Cemig GT interpôs Agravo Interno contra a decisão que revogou a liminar, requerendo juízo de retratação, de modo a conhecer e prover recurso especial.

Em 31 de dezembro de 2016, o ativo, no valor contábil de R\$40.678, encontra-se registrado no ativo imobilizado e a Companhia reconheceu, em 2016, as receitas de vendas de energia e custos operacionais desta usina, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo durante este período.

#### Usina Hidrelétrica de São Simão (“Usina São Simão”)

Em 03 de junho de 2014, a Companhia protocolou pedido de prorrogação da concessão da Usina São Simão uma vez que entende que o respectivo Contrato de Concessão não se submete às novas regras editadas pela MP 579 (convertida em Lei nº 12.783/2013).

Em 05 de agosto de 2014, a Diretoria da ANEEL decidiu recomendar ao Ministério de Minas e Energia (“MME”) que seja negada a renovação da Concessão da Usina São Simão.

Em 29 de agosto de 2014, o Ministro de Estado de Minas e Energia resolveu indeferir o requerimento de prorrogação do prazo de concessão da Usina São Simão, baseado no Parecer nº 559/2014/CONJURMME/CGU/AGU.

Em 10 de setembro de 2014, a Cemig GT protocolou Recurso Hierárquico perante o MME requerendo que o Ministro de Estado de Minas e Energia reconsidere sua decisão e defira o pleito da Companhia apenas com base no Contrato de Concessão, e, sucessivamente, que o recurso seja encaminhado à Presidência da República, para que



emita decisão favorável ao pleito da Companhia nos mesmos termos. Este recurso ainda se encontra pendente de apreciação no MME.

Não obstante, em 15 de dezembro de 2014, a Cemig GT impetrou o Mandado de Segurança nº 21.465/2014, perante o Superior Tribunal de Justiça (“STJ”), com pedido de medida liminar, contra ato ilegal e violador de direito líquido e certo da impetrante, praticado pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado de Minas e Energia, no intuito de obter a prorrogação do prazo de concessão da Usina São Simão com base no Contrato de Concessão.

Em 17 de dezembro de 2014, o Ministro Mauro Campbell deferiu liminar (publicada em 19 de dezembro de 2014) para que a Cemig GT permanecesse no controle da usina, explorando o serviço público a ela concedido, até o julgamento definitivo do Mandado de Segurança referente à Usina Jaguará, ou, até reexame do pleito ora deferido.

Tendo sido concluído o julgamento do Mandado de Segurança referente à Usina Jaguará pela denegação da segurança, o Ministro Relator revogou a liminar concedida nos autos do Mandado de Segurança referente à Usina São Simão, cuja decisão foi publicada no dia 30 de junho de 2015.

No dia 03 de julho de 2015, a Companhia interpôs Agravo Regimental para que seja exercido o juízo de retratação da decisão agravada pelo Ministro Relator, ou, caso assim não entenda, que seja submetido referido recurso à apreciação da Egrégia 1ª Seção do STJ, para que seja concedida liminar preservando-se a Companhia na titularidade da concessão da Usina São Simão, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão.

No dia 10 de julho de 2015, a Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético oficiou a Cemig GT para se manifestar acerca do interesse da Companhia em permanecer à frente da Usina São Simão, sob as novas bases da Lei nº 12.783/13, até assunção pelo vencedor de nova licitação a ser promovida, tendo em vista a revogação da liminar.

Diante desse fato novo, no dia 22 de julho de 2015, a Cemig GT peticionou ao Exmo. Sr. Ministro Presidente do STJ requerendo o pedido de retratação formulado no bojo do Agravo Regimental, de forma que, reconsiderando a decisão agravada, seja concedida medida liminar, para manter a Companhia na titularidade da concessão da Usina São Simão, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão, até que seja julgado definitivamente este Mandado de Segurança, ou, subsidiariamente, que, ao menos, seja atribuído efeito suspensivo ao Agravo Regimental.

No dia 20 de agosto de 2015, foi informado que o MME tomaria as providências para designar a Cemig GT como prestadora do serviço de geração de energia elétrica por meio da Usina São Simão, em regime de cotas, ao argumento de que a revogação da liminar concedida nos autos do Mandado de Segurança possui força executória imediata.





Como resposta, a Cemig GT manifestou interesse em permanecer responsável pela Prestação do Serviço de geração de energia elétrica da Usina São Simão, mas ressaltou que há dúvidas quanto à modalidade e a segurança jurídica desta prestação de serviços, uma vez que a matéria ainda se encontra pendente de decisões judicial e administrativa.

O MME, por meio da Portaria nº 432/2015, publicada no dia 15 de setembro de 2015, designou a Cemig GT como responsável pela prestação do serviço de geração de energia elétrica, por meio da Usina São Simão, em regime de quotas (sendo responsável pela operação e manutenção da usina, sem, no entanto, ter direito a sua produção de energia, que será alocada aos leilões de energia assegurada) até a assunção do concessionário vencedor da licitação.

Deve ser ressaltado que no âmbito judicial, a Cemig GT impetrou novo Mandado de Segurança em face do Exmo. Ministro do STJ Mauro Campbell Marques, com o fim de anular o ato coator, fazendo prevalecer a medida liminar que autorizou a impetrante, a permanecer à frente da concessão da Usina São Simão sob as bases iniciais do contrato, até que o Mandado de Segurança referente à Usina São Simão seja definitivamente julgado ou, subsidiariamente, até que seja apreciado o mérito do Agravo Regimental.

Em 8 de setembro de 2015, foi publicada decisão do Ministro Relator (Ministro Herman Benjamin) indeferindo o pedido de liminar pleiteado pela Companhia.

Ainda no dia 8 de setembro de 2015 foi interposto Agravo Regimental contra a decisão do Ministro Herman Benjamin que indeferiu o pedido de liminar formulado. Durante a Sessão da Corte Especial do STJ, realizada no dia 4 de novembro de 2015, foi, por unanimidade, negado provimento ao Agravo Regimental, nos termos do voto do Ministro Relator.

No dia 25 de novembro de 2015, o Agravo Regimental interposto pela Cemig GT contra a decisão que cassou a liminar, no auto MS nº 21.465/DF, foi, por unanimidade, indeferido pela 1ª Seção do STJ, tendo sido publicado o referido Acórdão no dia 01 de dezembro de 2015, restando pendente o julgamento de mérito deste Mandado de Segurança.

Em 06 de março de 2017, o Superior Tribunal de Justiça concedeu liminar para manter a Cemig GT na titularidade da concessão da usina hidrelétrica de São Simão nas bases iniciais do Contrato de Concessão nº 007/1997, até a conclusão do julgamento do mandado de segurança impetrado pela Companhia.

Em 28 de março de 2017, foi revogada a medida liminar na qual a Cemig GT requer, perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), a anulação da decisão do Ministério de Minas e Energia (MME), que indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo de concessão da UHE São Simão, nos termos de seu Contrato de Concessão 007/97.



Considerando a situação atual da discussão judicial, a Companhia:

- Reconheceu, até a data de 15 de setembro de 2015, as receitas de vendas de energia e custos operacionais desta usina, em conformidade com as práticas contábeis vigentes, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo até esta data;
- Considerando os requerimentos da Portaria 432/2015, a partir de 16 de setembro de 2015, cessou o reconhecimento das despesas de depreciação da Usina São Simão, e passou a reconhecer as receitas referentes a prestação de serviços de operação e manutenção da referida usina, de acordo com o regime de quotas;
- Transferiu, em 16 de setembro de 2015 o montante de R\$219.869 do seu ativo imobilizado para a rubrica de “Outros ativos de longo prazo”, considerando que ainda está em discussão judicial. Este ativo, com base nos termos do contrato de concessão, é considerado como recuperável por montante superior ao registrado.

#### Concessão da UHE Miranda

No dia 10 de junho de 2016, a Cemig Geração e Transmissão protocolou requerimento na Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL visando a prorrogação, por 20 anos, do prazo da concessão da Usina Hidrelétrica Miranda (UHE Miranda). Em 12 de julho de 2016, a ANEEL, acolhendo o voto do diretor relator no processo, José Jurhosa Junior, decidiu pelo encaminhamento do processo *“ao Ministério de Minas e Energia – MME com a recomendação de não conhecer do pedido formulado pela Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT, com vistas à prorrogação do prazo de vigência da concessão da Usina Hidrelétrica Miranda, por ter sido formulado fora do prazo estipulado pela Lei 12.783/2013”*.

A Cemig Geração e Transmissão S.A. (Cemig GT) protocolou, junto ao Poder Concedente, pedido de prorrogação do prazo de concessão da UHE Miranda com base no Contrato de Concessão nº 007/1997, usina que teve o termo final de concessão em 23 de dezembro de 2016.

Considerando que esse pedido não foi aceito pelo Ministério de Minas e Energia (MME), a Cemig GT entrou com um pedido de liminar no Superior Tribunal de Justiça (STJ). A liminar foi concedida em 22 de dezembro de 2016, mantendo o controle da UHE Miranda com a empresa, nas bases iniciais do Contrato de Concessão nº 007/1997, até a conclusão do julgamento do mandado de segurança impetrado pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016, o ativo, no valor contábil de R\$756.099, encontra-se registrado no ativo imobilizado e a Companhia reconheceu, em 2016, as receitas de vendas de energia e custos operacionais desta usina, tendo em vista que permaneceu no controle do ativo durante este período.



### Processo Administrativo – Fato Relevante em 21 de fevereiro de 2017

De forma subsidiária ao pedido de prorrogação por 20 anos da concessão das UHE's de Jaguará, São Simão e Miranda, a Companhia requereu a instauração de processo administrativo para os efeitos do § 1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013, em benefício da Cemig GT.

Esse dispositivo legal, incluído pela Lei nº 13.360, de 17 de novembro de 2016, faculta à União outorgar contrato de concessão de geração de energia elétrica pelo prazo de 30 anos associado à transferência do controle da pessoa jurídica prestadora deste serviço (no caso, uma das subsidiárias da Cemig GT), sob controle direto ou indireto de Estado, do Distrito Federal ou de Município, desde que:

I - a licitação, na modalidade leilão ou concorrência, seja realizada pelo controlador até 28 de fevereiro de 2018;

II - a transferência de controle seja realizada até 30 de junho de 2018.

O pedido subsidiário se fundamentou, em síntese, no espírito conciliador e de cooperação que deve reger a relação entre concessionário e poder concedente e a busca constante de alternativas que apresentem, sempre, a melhor solução para os consumidores, para o país e para os acionistas da Companhia, dentre eles, o povo mineiro.

Assim, caso o Ministério entenda por manter seu posicionamento e mantidas todas as decisões que determinaram a prevalência da Lei nº 12.783/2013 em detrimento do disposto na Segunda Subcláusula da Cláusula Quarta do Contrato CEMIG nº 007/1997, a CEMIG GT solicitou, em benefício de uma das subsidiárias, a aplicação da regra constante do disposto no §1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013.

Salientou-se, por oportuno, que a simples apresentação do Requerimento Subsidiário não importa, por certo, renúncia da Cemig GT ao direito da Companhia discutido nas ações judiciais que move em face da União, ou seja, ao direito à garantia da prorrogação das concessões previsto na Cláusula Quarta do Contrato de Concessão nº 007/1997.

A Companhia protocolizou, na mesma data, junto ao MME resposta sobre questionamento acerca do interesse em permanecer como prestadora do serviço de geração de energia após o termo final da concessão da UHE Volta Grande, que ocorreu em 23 de fevereiro de 2017. Nesta resposta, e em requerimento próprio, a Companhia manifestou seu interesse em permanecer responsável pela Prestação do Serviço de geração de energia elétrica desta UHE, bem como requereu a instauração de processo administrativo para os efeitos do § 1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013, também em benefício de uma das subsidiárias da Cemig GT prestadora de serviço.



A Administração da Companhia permanece confiante em seu direito com relação às usinas de Jaguara, São Simão e Miranda, amparada em cláusula contratual, na legislação em vigor, e em pareceres emitidos por juristas de renome. A possibilidade de êxito nas discussões judiciais foi considerada possível, pelos assessores legais internos e externos da Companhia.

### **Concessões de Transmissão**

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kv, denominada Rede Básica.

Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

Para as novas concessões de transmissão, outorgadas após o ano 2000, a parcela dos ativos que não será amortizada durante a concessão é registrada como um Ativo Financeiro, pois existe um direito incondicional de receber caixa ou outro Ativo Financeiro diretamente do poder concedente ao final da vigência do contrato.

As concessões de transmissão antigas, outorgadas antes do ano 2000, foram renovadas partir de 1º de janeiro de 2013 em conformidade com a Lei 12.783/13, onde os ativos são pertencentes ao Poder Concedente e a Companhia tem direito a receita, a partir de 2013, pela operação e manutenção desses ativos.



## Concessões Onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Companhia se comprometeu a efetuar pagamentos à ANEEL, ao longo do prazo de vigência do contrato, como compensação pela exploração. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como seguem:

Empreendimento	Percentual de Participação %	Valor Nominal em 2016	Valor Presente em 2016	Período de Amortização	Índice de Atualização
Irapé	100,00	34.634	14.398	03/2006 a 02/2035	IGPM
Queimado (Consórcio)	82,50	8.785	3.963	01/2004 a 12/2032	IGPM
PCH Salto Morais	100,00	109	100	06/2013 a 07/2020	IPCA
PCH Rio de Pedras	100,00	681	564	06/2013 a 09/2024	IPCA
Diversas PCH's (*)	100,00	3.667	2.978	06/2013 a 08/2025	IPCA

(\*) Luiz Dias, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, em função do entendimento que representam um ativo intangível relacionado ao direito de exploração, são registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

As parcelas pagas ao poder concedente em 2016, o valor presente e o valor nominal das parcelas a serem pagas no período de 12 meses são como seguem:

Empreendimento	Percentual de Participação %	Parcelas Pagas em 2016	Valor Presente das parcelas a serem pagas em 12 meses	Valor Nominal das parcelas a serem pagas em 12 meses
Irapé	100,00	1.790	1.784	1.893
Queimado (Consórcio)	82,50	507	423	544
PCH Salto Morais	100,00	30	30	30
PCH Rio de Pedras	100,00	87	85	87
Diversas PCH's (*)	100,00	422	412	423

(\*) Luiz Dias, Poço Fundo, São Bernardo, Xicão.

As taxas utilizadas pela Companhia para desconto a valor presente de seus passivos, de 12,50% e 5,10% (PCH's e UHE's), representam as taxas médias de captação de recursos em condições usuais na data do registro de cada concessão.

## 5. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig Geração e Transmissão refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração e transmissão de energia elétrica.

Os segmentos mencionados acima refletem a gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.



Os custos e despesas operacionais referentes ao exercício de 2016 e 2015 estão apresentados nas tabelas a seguir:

DESCRIÇÃO	31 de dezembro de 2016		
	Geração	Transmissão	Total
<b>ATIVO</b>	<b>13.886.675</b>	<b>2.597.569</b>	<b>16.484.244</b>
INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS EM CONJUNTO	5.301.639	-	5.301.639
ADIÇÕES AO SEGMENTO	909.459	-	909.459
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	2.216.888	53.823	2.270.711
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>5.696.122</b>	<b>1.112.853</b>	<b>6.808.975</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(3.052.167)	-	(3.052.167)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(317.658)	(336)	(317.994)
	<b>(3.369.825)</b>	<b>(336)</b>	<b>(3.370.161)</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Pessoal	(267.980)	(111.070)	(379.050)
Participação dos Empregados no Resultado	(647)	(208)	(855)
Obrigações Pós Emprego	(54.387)	(22.647)	(77.034)
Materiais	(10.329)	(2.845)	(13.174)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(40)	-	(40)
Serviços de Terceiros	(110.196)	(30.354)	(140.550)
Depreciação e Amortização	(182.785)	-	(182.785)
Provisões	(87.792)	(9.973)	(97.765)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	-	(53.824)	(53.824)
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos	(64.817)	(12.950)	(77.767)
	<b>(778.973)</b>	<b>(243.871)</b>	<b>(1.022.844)</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS TOTAIS</b>	<b>(4.148.798)</b>	<b>(244.207)</b>	<b>(4.393.005)</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	(447.714)	-	(447.714)
Ajuste para Perdas por desvalorização em Investimentos	(762.691)	-	(762.691)
<b>Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro</b>	<b>421.777</b>	<b>910.608</b>	<b>1.332.385</b>
Receitas Financeiras	174.636	6.882	181.518
Despesas Financeiras	(1.320.175)	(3.995)	(1.324.170)
<b>Resultado antes do IR e CSLL</b>	<b>(808.620)</b>	<b>871.533</b>	<b>62.913</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	2.195	4.760	6.955
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(806.425)</b>	<b>876.293</b>	<b>69.868</b>



DESCRIÇÃO	31 de dezembro de 2015		
	Geração	Transmissão	Total
<b>ATIVO</b>	<b>12.891.287</b>	<b>2.457.077</b>	<b>15.348.364</b>
INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS EM CONJUNTO	5.752.448	-	5.752.448
ADIÇÕES AO SEGMENTO	572.501	-	572.501
ADIÇÕES AO ATIVO FINANCEIRO	-	146.030	146.030
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>6.858.527</b>	<b>518.671</b>	<b>7.377.198</b>
<b>CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA</b>			
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(2.601.484)	-	(2.601.484)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(293.179)	(305)	(293.484)
	<b>(2.894.663)</b>	<b>(305)</b>	<b>(2.894.968)</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Pessoal	(221.615)	(113.230)	(334.845)
Participação dos Empregados no Resultado	(23.264)	(12.119)	(35.383)
Obrigações Pós Emprego	(21.275)	(9.664)	(30.939)
Materiais	(10.620)	(4.969)	(15.589)
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	(83.723)	-	(83.723)
Serviços de Terceiros	(122.588)	(36.844)	(159.432)
Depreciação e Amortização	(252.897)	-	(252.897)
Provisões	(108.726)	2.283	(106.443)
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	-	(146.030)	(146.030)
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos	(57.397)	(15.983)	(73.380)
	<b>(902.105)</b>	<b>(336.556)</b>	<b>(1.238.661)</b>
<b>CUSTOS E DESPESAS TOTAIS</b>	<b>(3.796.768)</b>	<b>(336.861)</b>	<b>(4.133.629)</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial	16.735	-	16.735
Resultado de Valor Justo em Operação Societária	729.442	-	729.442
<b>Resultado Operac. antes do Resultado Financeiro</b>	<b>3.807.936</b>	<b>181.810</b>	<b>3.989.746</b>
Receitas Financeiras	182.849	21.892	204.741
Despesas Financeiras	(983.360)	(6.875)	(990.235)
<b>Resultado antes do IR e CSLL</b>	<b>3.007.425</b>	<b>196.827</b>	<b>3.204.252</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(816.875)	(71.104)	(887.979)
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.190.550</b>	<b>125.723</b>	<b>2.316.273</b>



## 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Contas Bancárias	2.862	2.811	1.556
Aplicações Financeiras:			
Certificados de Depósitos Bancários	269.538	259.869	230.849
Overnight	155.427	98.572	51.298
	<b>424.965</b>	<b>358.441</b>	<b>282.147</b>
	<b>427.827</b>	<b>361.252</b>	<b>283.703</b>

Os Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 75% a 106% conforme operação.

As operações de *overnight* consistem em aplicações com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada em aproximadamente 13,64% a.a..

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na Nota Explicativa nº 28 das Demonstrações Financeiras.

## 7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Certificados de depósitos bancários	26.967	21.931	1.629.271
Letras Financeiras – Bancos	311.814	197.752	187.565
Letras Financeiras do Tesouro	81.063	51.410	36.754
Debêntures	16.892	10.713	63.039
Outros	348	347	175
	<b>437.084</b>	<b>282.153</b>	<b>1.916.804</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>424.046</b>	<b>273.885</b>	<b>1.898.751</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>13.038</b>	<b>8.268</b>	<b>18.053</b>

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 100,5% a 111%, em 2016 (75% a 105% em 2015), conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig GT possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 112,7% do CDI em 2016 (105% a 116,7% em 2015).



As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 113% do CDI em 2016 (105,4% a 113% em 2015).

A classificação destes títulos e valores mobiliários de acordo com as categorias previstas na norma contábil está apresentada na Nota Explicativa nº 28 das Demonstrações Financeiras.

## 8. CONSUMIDORES, REVENDEDORES E CONCESSIONÁRIOS E TRANSPORTE DE ENERGIA

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total		
				Consolidado	Controladora	
				31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Industrial	250.233	44.373	43.087	337.693	337.693	358.468
Comércio, Serviços e Outras	24.010	1.293	14	25.317	25.317	6.973
Suprimento a Outras Concessionárias	344.028	14.787	6.652	365.467	317.379	99.215
Concessionários – Transp. de Energia	36.219	307	164	36.690	36.690	37.942
Câmara Comerc. En. Elétrica CCEE	51	352	168	571	571	509.667
Perdas em Créditos de Liq. Duvidosa	-	-	(4.109)	(4.109)	(4.109)	(4.244)
	<b>654.541</b>	<b>61.112</b>	<b>45.976</b>	<b>761.629</b>	<b>713.541</b>	<b>1.008.021</b>
<b>Ativo Circulante</b>				<b>761.629</b>	<b>713.541</b>	<b>1.008.021</b>

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionada a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº 28 das Demonstrações Financeiras.

A movimentação do ajuste para perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	5.057
Reversões de perdas	-	(813)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	4.244
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	4.244
Saldo inicial para fins de consolidação	4.244	-
Reversões de perdas	(135)	(135)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.109	4.109

### Venda Antecipada de Energia Elétrica

A Cemig GT realizou operação, com grande cliente, de antecipação de venda de energia tendo recebido o valor de R\$181.200, antecipadamente, referente à



quantidade de energia contratada para o período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

## 9. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
<b>Circulante</b>			
ICMS a Recuperar	43.575	43.569	32.087
PASEP	695	695	874
COFINS	3.356	3.356	4.132
Outros	7.867	7.866	4.409
	<b>55.493</b>	<b>55.486</b>	<b>41.502</b>
<b>Não Circulante</b>			
ICMS a Recuperar	13.869	13.869	18.215
PASEP	172	172	981
COFINS	829	829	4.601
	<b>14.870</b>	<b>14.870</b>	<b>23.797</b>
	<b>70.363</b>	<b>70.356</b>	<b>65.299</b>

Os créditos de PIS-PASEP e COFINS são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, que podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de ICMS a Recuperar, registrados no Ativo Não Circulante, são decorrentes de aquisições de Ativo Imobilizado e Intangível, e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o Não Circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados após dezembro de 2017.

## 10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – DIPJ de anos anteriores e a antecipações em 2016 que serão compensadas com Tributos Federais a pagar apurados para o ano de 2017 e registrados na rubrica de Impostos de Renda e Contribuições Sociais no Passivo Circulante.

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
<b>Circulante</b>			
Imposto de Renda	118.500	118.500	71.294
Contribuição Social	57.964	57.964	5.735
	<b>176.464</b>	<b>176.464</b>	<b>77.029</b>



## 11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia possui créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25%, e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9%, referentes aos efeitos de diferenças temporárias relacionadas ao seguintes itens:

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ativos Fiscais Diferidos</b>			
Obrigações Pós-Emprego	247.771	247.771	182.983
Perdas em Créditos de Liquidação Duvidosa	1.397	1.397	1.443
Provisões	361.814	361.814	76.610
Tributos com Exigibilidade Suspensa	25.308	25.308	25.308
Concessão Onerosa	8.262	8.262	9.000
Outros	1.734	1.734	9.734
	<b>646.286</b>	<b>646.286</b>	<b>305.078</b>
<b>Passivos Fiscais Diferidos</b>			
Custo Atribuído	(245.214)	(245.214)	(253.906)
Ganho na Indenização sobre Ativos de Transmissão	(516.895)	(516.895)	(261.521)
Custo de Aquisição de Participações Societárias	(145.572)	(145.572)	(154.177)
Outros	(24.779)	(24.134)	(13.474)
	<b>(932.460)</b>	<b>(931.815)</b>	<b>(683.078)</b>
<b>Total do Passivo Líquido Apresentado no Balanço Patrimonial</b>	<b>(286.174)</b>	<b>(285.529)</b>	<b>(378.000)</b>

A movimentação do Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos é como segue:

	Consolidado	Controladora
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	-	<b>(378.000)</b>
Saldo Inicial Para Fins de Consolidação	(378.000)	-
Efeitos Alocados às Demonstrações de Resultados Abrangentes	47.320	47.320
Efeitos alocados às Demonstrações de Resultados	44.506	45.151
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>(286.174)</b>	<b>(285.529)</b>

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 11 de abril de 2017, aprovou o estudo técnico elaborado pela Diretoria de Finanças, Participações e de Relações com Investidores referente à projeção de lucratividade futura. O referido estudo foi também submetido a exame do Conselho Fiscal em 11 de abril de 2017.

Conforme as estimativas da Companhia, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do ativo fiscal diferido existente em 31 de dezembro de 2016, conforme abaixo:



2017	99.289
2018	98.167
2019	98.167
2020	98.167
2021	123.476
2022	25.804
2023	25.804
2024	25.804
2025	25.804
2026	25.804
	<b>646.286</b>

## b) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social:

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva apresentada na Demonstração de Resultado é como segue:

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
<b>Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>62.913</b>	<b>48.900</b>	<b>3.204.252</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(21.390)	(16.626)	(1.089.446)
Efeitos Fiscais Incidentes sobre:			
Juros sobre o Capital Próprio	102.000	102.000	66.438
Incentivos Fiscais	477	477	41.216
Resultado de Equivalência Patrimonial	(143.618)	(49.512)	12.862
Ganho na formação da Aliança Geração	-	-	86.662
Multas Indedutíveis	(574)	(574)	(291)
Contribuições e Doações Indedutíveis	(522)	(522)	(5.255)
Diferença de Base de cálculo - Lucro Presumido X Lucro real	84.857	-	-
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(584)	(584)	(161)
Outros	(13.691)	(13.691)	(4)
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Efetiva</b>	<b>6.955</b>	<b>(20.968)</b>	<b>(887.979)</b>
Imposto Corrente	(37.551)	(24.183)	(751.334)
Imposto Diferido	44.506	45.151	(136.645)
	<b>6.955</b>	<b>20.968</b>	<b>(887.979)</b>
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>11,05%</b>	<b>42,88%</b>	<b>27,71%</b>

### Incentivos Fiscais – Sudene

A Receita Federal do Brasil através do Despacho Decisório 1352 DRF/BHE de 21 de julho de 2014 reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir de 2014. O valor da Reserva de Incentivos Fiscais em 31 de dezembro de 2016 é de R\$44.870.



## 12. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao PASEP/COFINS – referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP e COFINS.

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Trabalhistas	57.192	57.192	61.555
Fiscais			
Imposto de Renda sobre Juros sobre Capital Próprio (JCP)	8.310	8.310	8.310
PASEP/COFINS (1)	101.233	101.233	101.233
Outros	51.666	51.666	40.527
	<b>161.209</b>	<b>161.209</b>	<b>150.070</b>
Outros			
Bloqueio Judicial	120	120	514
Regulatórios	3.213	3.213	2.790
Outros	7.560	7.560	6.200
	<b>10.893</b>	<b>10.893</b>	<b>9.504</b>
	<b>229.294</b>	<b>229.294</b>	<b>221.129</b>

(1) Os saldos de depósitos judiciais referentes à exclusão do ICMS da base de cálculo do PASEP/COFINS possuem provisão correspondente em Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 18.

## 13. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO

### Indenização a Receber - Transmissão

Os contratos de concessão de transmissão da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRC 12), que trata de contabilização dos contratos de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização pelo Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão.

A Resolução Normativa ANEEL nº 589, de 10 de dezembro de 2013, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) das instalações de transmissão, para fins de indenização.

Em 16 de agosto de 2016 a ANEEL, através do Despacho nº 2.181, homologou o valor de R\$892.050, na data base de dezembro de 2012, correspondente à parcela dos ativos reversíveis ainda não amortizados para fins de indenização a Cemig GT.

Em 22 de abril de 2016 o Ministério de Minas e Energia – MME publicou a Portaria MME nº 120 definindo o prazo e a forma para pagamento do valor remanescente da indenização.



A Portaria determinou que os valores homologados pela ANEEL passem a compor a Base de Remuneração Regulatória e que o custo de capital seja adicionado às respectivas Receitas Anuais Permitidas (“RAP”).

As parcelas de remuneração e depreciação não pagas desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário de 2017 deverão ser atualizadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA e remuneradas pelo custo do capital próprio, real, do segmento de transmissão definido pela ANEEL nas metodologias de Revisão Tarifária Periódica das Receitas das Concessionárias Existentes, atualmente 10,44% ao ano, a ser pago pelo prazo de 8 anos com ressarcimento pela RAP.

A Portaria ainda depende de definições, por isso em 14 de outubro de 2016 foi aberta a Audiência Pública nº 068/2016 para obter subsídios para o aprimoramento da regulamentação do cálculo do custo de capital a ser adicionado à RAP das concessionárias de transmissão.

Considerando que a Portaria nº 120 prevê que custo de capital será composto por parcelas de Remuneração e Depreciação (QRR) a Companhia, com base nas melhores informações disponíveis, procedeu os ajustes necessários apurando os seguintes valores como indenização:

Base de Remuneração Regulatória - BRR - Despacho nº 2.181/2016	1.177.488
Valor da Indenização já recebido	(285.438)
<b>Valor Líquido dos Bens para Fins de Indenização</b>	<b>892.050</b>
Atualização Portaria MME nº 120/16 - IPCA/Custo Capital Próprio - Período 01/2013 a 12/2016	913.180
<b>Total Indenização</b>	<b>1.805.230</b>

### Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa

Para os novos ativos de melhorias e reforços implantados pelas concessionárias de transmissão, a ANEEL calcula parcela adicional de Receita Anual Permitida – RAP, conforme metodologia definida nos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET.

De acordo o PRORET, a receita estabelecida nas Resoluções é devida às transmissoras a partir da data da entrada em operação comercial do empreendimento. No período entre revisões as receitas associadas às melhorias e aos reforços têm caráter provisório, sendo redefinidas no processo de revisão subsequente à entrada em operação comercial do empreendimento, com efeitos retroativos à data de entrada em operação comercial do reforço ou melhoria.



## Indenização a Receber - Geração

Em julho de 2015, ocorreu o término do Contrato de Concessão nº 007/97 para diversas usinas operadas pela Companhia. A partir do término da concessão, a Companhia passou a ter direito a indenização dos ativos ainda não depreciados/amortizados, conforme previsto no contrato de concessão mencionado. Os saldos contábeis correspondentes a esses ativos, incluindo o Custo Atribuído (“*Deemed Cost*”), foram transferidos do Imobilizado para o Ativo Financeiro na data do término da concessão e montam R\$546.624.

Central Geradora	Data de vencimento das concessões	Capacidade instalada (MW)	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Histórico em 31/12/2016	Saldo líquido dos ativos com base no Custo Atribuído em 31/12/2016
UHE Três Marias	jul/15	396	71.694	413.450
UHE Salto Grande	jul/15	102	10.835	39.379
UHE Itutinga	jul/15	52	3.671	6.589
UHE Camargos	jul/15	46	7.818	23.095
PCH Piau	jul/15	18,01	1.531	9.005
PCH Gafanhoto	jul/15	14	1.232	10.262
PCH Peti	jul/15	9,4	1.346	7.871
Dona Rita	set/13	2,41	534	534
PCH Tronqueiras	jul/15	8,5	1.908	12.323
PCH Joasal	jul/15	8,4	1.379	7.622
PCH Martins	jul/15	7,7	2.132	4.041
PCH Cajuru	jul/15	7,2	3.576	4.252
PCH Paciência	jul/15	4,08	728	3.936
PCH Marmelos	jul/15	4	616	4.265
		<b>679,70</b>	<b>109.000</b>	<b>546.624</b>

Conforme previsto na Resolução Normativa ANEEL 615/2014, os laudos de indenização dos ativos a serem indenizáveis foram entregues à ANEEL em dezembro de 2015. A administração entende, com base nas discussões e avaliações em curso, que o valor registrado refere-se à melhor estimativa de indenização considerando as informações disponíveis até a data base das Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2016.

Do término do contrato de concessão e até 04 de janeiro de 2016, as usinas passaram a ser operadas pela Companhia em regime de cotas, com remuneração por tarifa apenas para cobrir custos de operação e manutenção dos ativos. A partir de 05 de janeiro de 2016 as usinas passaram a ser operadas em conformidade aos termos do Leilão vencido pela Cemig GT em 25 de novembro de 2015 (“Leilão 12/2015”), conforme descrito a seguir:

### Bonificação pela outorga – leilão 12/2015

Devido à Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei nº 12.783/2013, 14 usinas da Cemig GT (Cajuru, Camargos, Gafanhoto, Itutinga, Joasal, Marmelos, Martins, Paciência, Peti, Piau, Salto Grande, Três Marias e Tronqueiras), além de Jaguará, São Simão e Miranda, tiveram suas concessões condicionadas à aceitação de tarifas pré-definidas e indenização dos investimentos ainda não amortizados para cada usina. A Cemig GT, à época, não aceitou os termos de renovação.



Em novembro de 2015 a Cemig GT participou do Leilão 12/2015, sendo a vencedora do Lote D, que contemplava 18 usinas, o que inclui 5 usinas cuja concessão era anteriormente pertencente à Furnas S.A.

A assinatura do contrato dessas usinas permite a exploração da concessão pelos próximos 30 anos e a energia será toda comercializada no Ambiente de Contratação Regulada – (“ACR”) no Sistema de Cota de Garantia Física – (“CGF” ou “regime de cotas” em 2016 e a partir de 2017 na proporção de 70% da energia no ACR e 30% no ambiente livre (ACL).

A bonificação pela outorga por 30 anos de concessão das 18 usinas hidrelétricas foi de R\$2.216.353, sendo que 65% foram pagos em 04 de janeiro de 2016 e o valor restante de R\$775.724, correspondente a 35%, foi pago em 1º de julho de 2016, no montante de R\$827.921, atualizado pela taxa SELIC. O contrato foi assinado pela Cemig GT em 05 de janeiro de 2016, no Ministério de Minas e Energia.

Em junho de 2016 os Contratos de Concessão nº 08 ao 16/2016, referentes ao Leilão vencido pela Cemig GT em 25 de novembro de 2015, tiveram as suas titularidades transferidas para as respectivas Sociedades de Propósitos Específicos –SPE, subsidiárias integrais da Cemig GT, conforme demonstrado a seguir:

	Saldos Transferidos em 31/05/2016	Atualização	Recebimento	Saldo em 31/12/2016
Cemig Geração Três Marias S.A.	1.260.400	191.681	(168.884)	1.283.197
Cemig Geração Salto Grande S.A.	395.523	60.377	(53.261)	402.639
Cemig Geração Itutinga S.A.	147.662	24.886	(22.644)	149.904
Cemig Geração Camargos S.A.	110.746	18.558	(16.857)	112.447
Cemig Geração Sul S.A.	144.603	25.668	(23.718)	146.553
Cemig Geração Leste S.A.	98.301	19.024	(18.010)	99.315
Cemig Geração Oeste S.A.	59.118	11.539	(10.947)	59.710
<b>Total</b>	<b>2.216.353</b>	<b>351.733</b>	<b>(314.321)</b>	<b>2.253.765</b>

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Transmissão - Indenização a Receber	1.805.230	1.805.230	1.054.129
Transmissão – Ativos Remunerados por tarifa	482.281	482.281	447.312
Geração – indenização a receber	546.624	546.624	546.424
Geração – Bonificação de outorga	2.253.765	-	-
	<b>5.087.900</b>	<b>2.834.135</b>	<b>2.047.865</b>
<b>Circulante</b>	<b>332.763</b>	<b>13.233</b>	<b>13.233</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>4.755.137</b>	<b>2.820.902</b>	<b>2.034.632</b>



A movimentação dos ativos financeiros é como segue:

	Consolidado			Controladora		
	Geração	Transmissão	Total	Geração	Transmissão	Total
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2015</b>	-	-	-	-	<b>1.272.986</b>	<b>1.272.986</b>
Adição	-	-	-	-	146.030	146.030
Atualização Financeira	-	-	-	-	100.529	100.528
Recebimentos	-	-	-	-	(10.250)	(10.250)
Indenização Usinas não renovadas	-	-	-	546.424	-	546.424
Transferências Imobilizado X Financeiro X Intangível	-	-	-	-	(2.035)	(2.035)
Baixas	-	-	-	-	(5.819)	(5.818)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	-	-	-	<b>546.424</b>	<b>1.501.441</b>	<b>2.047.865</b>
Saldo Inicial Para Fins de Consolidação	546.424	1.501.441	2.047.865	-	-	-
Adição	534	53.823	54.357	534	53.823	54.357
Adição - Bonificação Outorga	2.216.353	-	2.216.353	2.216.353	-	2.216.353
Atualização Financeira	351.733	751.101	1.102.834	167.470	751.101	918.571
Recebimentos	(314.321)	(15.482)	(329.803)	(128.796)	(15.482)	(144.278)
Baixas	-	(2.943)	(2.943)	-	(2.943)	(2.943)
Transferências Imobilizado X Financeiro X Intangível	(334)	(429)	(763)	(334)	(429)	(763)
Transferência da Bonificação de Outorga para as SPE's	-	-	-	(2.255.027)	-	(2.255.027)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>2.800.389</b>	<b>2.287.511</b>	<b>5.087.900</b>	<b>546.624</b>	<b>2.287.511</b>	<b>2.834.135</b>

## 14. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto. As informações abaixo foram apresentadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Hidrelétrica Cachoeirão	50.411	50.411	40.844
Guanhães Energia	-	-	18.444
Hidrelétrica Pipoca	31.809	31.809	26.237
Madeira Energia (usina de Santo Antônio)	643.890	643.890	675.983
FIP Melbourne (usina de Santo Antônio)	677.182	677.182	703.403
Lightger	41.543	41.543	37.455
Baguari Energia	162.106	162.106	187.227
Central Eólica Praias Parajuru	63.307	63.307	63.045
Central Eólica Volta do Rio	81.228	81.228	85.101
Central Eólica Praias de Morgado	59.586	59.586	62.071
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	527.498	527.498	354.284
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	781.022	781.022	495.768
Aliança Geração	1.319.055	1.319.055	1.327.246
Retiro Baixo	161.848	161.848	147.905
Renova	688.625	688.625	1.527.435
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	2.782	2.782	-
Cemig Baguari	-	55	-
Cemig Geração Três Marias S.A.	-	1.399.282	-
Cemig Geração Salto Grande S.A.	-	440.148	-
Cemig Geração Itutinga S.A.	-	167.962	-
Cemig Geração Camargos S.A.	-	125.995	-
Cemig Geração Sul S.A.	-	165.133	-
Cemig Geração Leste S.A.	-	113.976	-
Cemig Geração Oeste S.A.	-	69.375	-
<b>Total do Investimento</b>	<b>5.291.892</b>	<b>7.773.818</b>	<b>5.752.448</b>
Guanhães – passivo a descoberto de controlada em conjunto	(59.071)	(59.071)	-
<b>Total</b>	<b>5.232.821</b>	<b>7.714.747</b>	<b>5.752.448</b>



### a) Direito de exploração da atividade regulada

No processo de alocação do preço de aquisição das Controladas em Conjunto, foi identificado, basicamente, o ativo intangível referente ao direito de exploração da atividade regulada. Este ativo está apresentado em conjunto com o valor histórico dos investimentos na tabela acima. A amortização destes ativos ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões de forma linear.

	Controladora 31/12/2014	Adição	Amortização	Controladora 31/12/2015	Amortização	Baixa	Controladora e Consolidado 31/12/2016
Renova	848.226	-	(42.768)	805.458	(42.767)	(762.691)	-
Retiro Baixo	31.906	-	(1.200)	30.706	(1.181)	-	29.525
Central Eólica Praias de Parajuru	22.395	-	(1.527)	20.868	(1.527)	-	19.341
Central Eólica Volta do Rio	15.828	-	(1.010)	14.818	(1.011)	-	13.807
Central Eólica Praias de Morgado	31.517	-	(2.056)	29.461	(2.055)	-	27.406
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	169.252	-	(5.956)	163.296	(5.956)	-	157.340
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	-	59.968	(1.479)	58.489	(1.971)	-	56.518
	<b>1.119.124</b>	<b>59.968</b>	<b>(55.996)</b>	<b>1.123.096</b>	<b>(56.468)</b>	<b>(762.691)</b>	<b>303.937</b>

### b) A movimentação dos investimentos em controladas em conjunto é a seguinte:

Controladora	31/12/2015	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos Provisões	Resultado Abrangente	Outros	31/12/2016
Hidrelétrica Cachoeirão	40.844	11.122	-	(1.555)	-	-	50.411
Guanhães Energia (1)	18.444	(102.108)	24.593	-	-	59.071	-
Hidrelétrica Pipoca	26.237	5.571	-	-	-	1	31.809
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	675.983	(71.093)	39.000	-	-	-	643.890
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	703.403	(63.755)	40.214	-	-	(2.680)	677.182
Baguari Energia (2)	187.227	41.037	-	(14.118)	-	(52.040)	162.106
Central Eólica Praias Parajuru	63.045	287	-	(25)	-	-	63.307
Central Eólica Volta do Rio	85.101	(3.838)	-	(35)	-	-	81.228
Central Eólica Praias de Morgado	62.071	(2.440)	-	(45)	-	-	59.586
Lightger	37.455	4.088	-	-	-	-	41.543
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	495.768	(6.659)	291.913	-	-	-	781.022
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	354.284	(6.551)	179.765	-	-	-	527.498
Aliança Geração	1.327.246	103.849	-	(112.040)	-	-	1.319.055
Retiro Baixo	147.905	16.089	-	(2.146)	-	-	161.848
Renova (3)	1.527.435	(373.313)	277.864	-	19.330	(762.691)	688.625
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	-	-	2.782	-	-	-	2.782
Cemig Baguari	-	(24)	79	-	-	-	55
Cemig Ger.Três Marias S.A.	-	141.455	1.291.423	(33.596)	-	-	1.399.282
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	-	45.745	405.268	(10.865)	-	-	440.148
Cemig Ger. Itutinga S.A.	-	21.840	151.309	(5.187)	-	-	167.962
Cemig Geração Camargos S.A.	-	16.388	113.499	(3.892)	-	-	125.995
Cemig Geração Sul S.A.	-	22.277	148.147	(5.291)	-	-	165.133
Cemig Geração Leste S.A.	-	17.583	100.569	(4.176)	-	-	113.976
Cemig Geração Oeste S.A.	-	11.516	60.595	(2.736)	-	-	69.375
<b>Total do Investimento</b>	<b>5.752.448</b>	<b>(170.934)</b>	<b>3.127.020</b>	<b>(195.707)</b>	<b>19.330</b>	<b>(758.339)</b>	<b>7.773.818</b>
Guanhães – passivo a descoberto de controlada em conjunto	-	-	-	-	-	(59.071)	(59.071)
<b>Total</b>	<b>5.752.448</b>	<b>(170.934)</b>	<b>3.127.020</b>	<b>(195.707)</b>	<b>19.330</b>	<b>(817.410)</b>	<b>7.714.747</b>

(1) Transferência para passivo a descoberto;



(2) O montante de R\$52.040 refere-se à redução de capital;

(3) O montante de R\$762.691 refere-se ao ajuste para baixa do ativo intangível de concessão em função de dificuldades financeiras da Renova

Consolidado	31/12/2015	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos Provisão	Resultado Abrangente	Outros	31/12/2016
Hidrelétrica Cachoeirão	40.844	11.122	-	(1.555)	-	-	50.411
Guanhães Energia	18.444	(102.108)	24.593	-	-	59.071	-
Hidrelétrica Pipoca	26.237	5.571	-	-	-	1	31.809
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	675.983	(71.093)	39.000	-	-	-	643.890
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	703.403	(63.755)	40.214	-	-	(2.680)	677.182
Baguari Energia (1)	187.227	41.037	-	(14.118)	-	(52.040)	162.106
Central Eólica Praias Parajuru	63.045	287	-	(25)	-	-	63.307
Central Eólica Volta do Rio	85.101	(3.838)	-	(35)	-	-	81.228
Central Eólica Praias de Morgado	62.071	(2.440)	-	(45)	-	-	59.586
Lightger	37.455	4.088	-	-	-	-	41.543
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	495.768	(6.659)	291.913	-	-	-	781.022
Aliança Norte (Usina de Belo Monte)	354.284	(6.551)	179.765	-	-	-	527.498
Aliança Geração	1.327.246	103.849	-	(112.040)	-	-	1.319.055
Retiro Baixo	147.905	16.089	-	(2.146)	-	-	161.848
Renova (2)	1.527.435	(373.313)	277.864	-	19.330	(762.691)	688.625
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	-	-	2.782	-	-	-	2.782
<b>Total do Investimento</b>	<b>5.752.448</b>	<b>(447.714)</b>	<b>856.131</b>	<b>(129.964)</b>	<b>19.330</b>	<b>(758.339)</b>	<b>5.291.892</b>
Guanhães – passivo a descoberto de controlada em conjunto	-	-	-	-	-	(59.071)	(59.071)
<b>Total</b>	<b>5.752.448</b>	<b>(447.714)</b>	<b>856.131</b>	<b>(129.964)</b>	<b>19.330</b>	<b>(817.410)</b>	<b>5.232.821</b>

(1) O montante de R\$52.040 refere-se à redução de capital;

(2) O montante de R\$762.691 refere-se ao ajuste para baixa do ativo intangível de concessão em função de dificuldades financeiras da Renova

	31/12/2014	Equivalência Patrimonial	Aportes/Aquisições	Dividendos	Resultado Abrangente	outros	31/12/2015
Hidrelétrica Cachoeirão	34.296	6.548	-	-	-	-	40.844
Guanhães Energia	67.428	(48.984)	-	-	-	-	18.444
Hidrelétrica Pipoca	28.807	2.497	-	(5.067)	-	-	26.237
Madeira Energia (Usina de Santo Antônio)	674.183	1.800	-	-	-	-	675.983
FIP Melbourne (Usina de Santo Antônio)	707.910	(4.507)	-	-	-	-	703.403
Baguari Energia	193.351	11.527	-	(17.651)	-	-	187.227
Central Eólica Praias Parajuru	61.999	1.848	-	(868)	-	66	63.045
Central Eólica Volta do Rio	84.023	1.728	-	(650)	-	-	85.101
Central Eólica Praias de Morgado	62.332	313	-	(574)	-	-	62.071
Lightger	38.900	(1.447)	-	-	-	2	37.455
Amazônia Energia (Usina Belo Monte)	394.238	(18.593)	120.123	-	-	-	495.768
Aliança Geração	3.323	107.233	581.114	(93.866)	-	729.442	1.327.246
Aliança Norte (Usina Belo Monte)	-	(13.058)	367.342	-	-	-	354.284
Retiro Baixo	149.944	(4.783)	2.744	-	-	-	147.905
Renova	1.538.299	(25.387)	-	-	14.523	-	1.527.435
	<b>4.039.033</b>	<b>16.735</b>	<b>1.071.323</b>	<b>(118.676)</b>	<b>14.523</b>	<b>729.510</b>	<b>5.752.448</b>



c) As principais informações sobre as controladas e controladas em conjunto estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia:

Sociedades	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro 2016			Em 31 de dezembro de 2015		
		Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Participação (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido
Hidrelétrica Cachoeirão	35.000.000	49,00	35.000	102.880	49,00	35.000	83.355
Guanhães Energia	137.608.000	49,00	185.647	-	49,00	137.608	37.641
Hidrelétrica Pipoca	41.360.000	49,00	41.360	64.916	49,00	41.360	53.545
Madeira Energia (1) (Usina de Santo Antônio)	9.730.201.137	18,13	10.151.952	6.418.617	18,05	9.761.952	7.642.027
Baguari Energia (2)	26.157.300.278	69,39	186.573	247.662	69,39	261.573	269.827
Central Eólica Praias de Parajuru (1)	70.560.000	49,00	70.560	88.897	49,00	70.560	128.663
Central Eólica Volta do Rio (1)	117.230.000	49,00	117.230	136.886	49,00	117.230	173.676
Central Eólica Praias de Morgado (1)	52.960.000	49,00	52.960	65.128	49,00	52.960	126.676
Lightger	79.078.937	49,00	79.232	84.781	49,00	79.232	76.439
Aliança Norte (1) (Usina de Belo Monte)	34.715.961.339	49,00	1.014.111	1.076.527	49,00	647.166	723.029
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte) (2)	1.039.491.023	74,50	1.115.739	1.048.351	74,50	723.409	665.460
Aliança Geração (1)	1.291.582.500	45,00	1.291.488	1.972.519	45,00	1.291.450	2.949.436
Retiro Baixo (1)	222.850.000	49,90	222.850	263.680	49,90	222.850	296.403
Renova (1)	360.815.313	34,15	2.856.255	1.955.598	27,37	2.526.253	5.580.690
Usina Hidrelétrica Itaocara S.A.	5.677.000	49,00	5.677	5.677	-	-	-
Cemig Baguari	1.000	100,00	1	55	-	-	-
Cemig Ger.Três Marias S.A.	1.291.423.369	100,00	1.291.423	1.410.411	-	-	-
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	405.267.607	100,00	405.268	443.914	-	-	-
Cemig Ger. Itutinga S.A.	151.309.332	100,00	151.309	169.812	-	-	-
Cemig Geração Camargos S.A.	113.499.102	100,00	113.499	127.320	-	-	-
Cemig Geração Sul S.A.	148.146.505	100,00	148.147	167.155	-	-	-
Cemig Geração Leste S.A.	100.568.929	100,00	100.569	115.795	-	-	-
Cemig Geração Oeste S.A.	60.595.484	100,00	60.595	70.137	-	-	-

(1) Patrimônio Líquido incluindo o ativo intangível referente ao direito de exploração de atividade regulada. Devido ao aumento da participação na Renova, houve uma perda de R\$2.300 em virtude desta empresa ter tido prejuízos ao longo do ano de 2016;

(2) Controle compartilhado por acordo de acionistas.

Sociedades	Janeiro a dezembro de 2016		Janeiro a dezembro de 2015	
	Dividendos	Lucro (Prejuízo)	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Hidrelétrica Cachoeirão	3.173	22.698	-	13.363
Guanhães Energia	-	(208.384)	-	(99.968)
Hidrelétrica Pipoca	-	11.370	10.341	5.096
Madeira Energia (1) (Usina de Santo Antônio)	-	(617.200)	-	(14.997)
Baguari Energia	20.346	59.140	25.437	16.662
Central Eólica Praias de Parajuru (1)	51	3.489	1.771	3.771
Central Eólica Volta do Rio (1)	71	(6.775)	1.326	3.527
Central Eólica Praias de Morgado (1)	92	(1.719)	1.171	639
Lightger	-	8.343	-	(2.951)
Aliança Geração (1)	248.978	292.688	208.589	(24.957)
Aliança Norte (1) (Usina de Belo Monte)	-	(9.314)	-	238.296
Amazônia Energia (Usina de Belo Monte)	-	(8.938)	-	(26.649)
Retiro Baixo (1)	4.301	17.200	-	(9.585)
Renova (1)	-	(1.101.472)	-	(92.755)
Cemig Baguari	-	(24)	-	-
Cemig Ger.Três Marias S.A.	33.596	141.455	-	-
Cemig Ger.Salto Grande S.A.	10.865	45.745	-	-
Cemig Ger. Itutinga S.A.	5.187	21.840	-	-
Cemig Geração Camargos S.A.	3.892	16.388	-	-
Cemig Geração Sul S.A.	5.291	22.277	-	-
Cemig Geração Leste S.A.	4.176	17.583	-	-
Cemig Geração Oeste S.A.	2.736	11.516	-	-

(1) Resultado do exercício incluindo o ativo intangível referente ao direito de exploração de atividade regulada.



Em 31 de dezembro de 2016, o passivo circulante de algumas controladas indiretas em conjunto estavam superior ao ativo circulante, conforme segue detalhes dos saldos mais relevantes:

Guanhães Energia: Isso ocorreu principalmente em função da emissão da 2ª série da 6ª nota promissória com vencimento de curto prazo. A Administração da Guanhães Energia tem obtido recursos a partir do mercado financeiro e recursos dos acionistas, destinando-os, principalmente, à administração de seu caixa para capital de giro, investimentos e compromissos financeiros.

Renova Energia: No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Renova Energia incorreu em prejuízo de R\$1.101.472 e os passivos circulantes excederam o total dos ativos circulantes no montante de R\$3.211.041 (consolidado). Além disso, a Renova Energia tem apresentado geração operacional negativa de caixa. Os principais motivos para esse cenário são: i) operações de compra de energia para honrar os compromissos relacionados ao atraso da entrada em operação de determinados parques eólicos; ii) investimentos relevantes que estão sendo alocados na construção dos parques do complexo eólico Alto Sertão III; iii) atraso na liberação do financiamento de longo prazo com o BNDES; iv) o não atingimento de determinados indicadores de covenants e a não obtenção da anuência dos credores em 2016 fez com que determinados financiamentos de longo prazo fossem reclassificados para o circulante; e iv) perdas decorrentes da operação com a Terraform.

A Administração da Renova Energia vem executando diversas ações com o objetivo de reequilibrar sua estrutura de liquidez e de geração de caixa. Entre estas ações, estão a venda de determinados ativos, a redução da estrutura administrativa e operacional, com redução dos custos administrativos, empenho dos acionistas no suporte financeiro, contratação de financiamento de longo prazo junto ao BNDES, adiantamento de determinados projetos para equalização do fluxo de caixa, pedido de anuência aos credores, que possibilitará a reclassificação da dívida para o passivo não circulante que garanta a sua liquidez. A Administração da Renova Energia entende que, com o sucesso das medidas acima, será possível retomar o equilíbrio econômico, financeiro e de liquidez da Renova Energia.

Madeira Energia (“MESA”): O excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$1.611.061, decorre, principalmente, da conta “Fornecedores”, “Outros Passivos”, “Empréstimos e financiamentos” e “Provisão para contingências”. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a MESA conta com a decisão favorável da ANEEL para reverter no passivo a conta FID (Fator Disponibilidade) e liberação de recursos da conta reserva do serviço da dívida que serão substituídos por fiança bancária, com a geração operacional de caixa e, se necessário, com aportes de recursos a serem efetuados pelos acionistas.

Aliança Geração: Isso ocorreu principalmente em função das operações de crédito com vencimento em curto prazo. A Administração da Aliança Geração vem conduzindo



ações para o alongamento com o objetivo de melhorar a sua estrutura financeira e de capital de giro.

Os saldos integrais das controladas em conjunto em 2016 e 2015, são como segue:

Em 31 de dezembro de 2016	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia	Hidrelétrica Pipoca
<b>Ativo</b>					
Circulante	43.367	45.076	15.923	1.519.965	20.175
Caixa e Equivalentes de Caixa	39.620	11.110	1.185	57.975	17.311
Não circulante	86.131	219.998	65.142	23.557.118	97.855
<b>Total do ativo</b>	<b>129.498</b>	<b>265.074</b>	<b>81.065</b>	<b>25.077.083</b>	<b>118.030</b>
<b>Passivo</b>					
Circulante	10.038	12.225	190.672	3.131.026	8.150
Fornecedor	1.660	6.212	261	661.726	67
Não circulante	16.580	5.187	10.946	15.527.440	44.964
Patrimônio Líquido	102.880	247.662	(120.553)	6.418.617	64.916
<b>Total do passivo</b>	<b>129.498</b>	<b>265.074</b>	<b>81.065</b>	<b>25.077.083</b>	<b>118.030</b>
<b>Demonstração do Resultado</b>					
Receita líquida de vendas	33.469	64.985	-	2.802.554	24.714
Custo das vendas	(9.562)	(11.652)	-	(1844.691)	(6.164)
Depreciação	(2.658)	(8.808)	-	(673.009)	(3.081)
<b>Lucro bruto</b>	<b>23.907</b>	<b>53.333</b>	<b>-</b>	<b>957.863</b>	<b>18.550</b>
Despesas gerais e administrativas	(134)	(1.160)	-	(145.908)	(2.067)
Receita Financeira	4.183	14.765	261	146.200	1.845
Despesa Financeira	(2.672)	(681)	(208.645)	(1.551.719)	(5.503)
<b>Resultado operacional</b>	<b>25.284</b>	<b>66.257</b>	<b>(208.384)</b>	<b>(593.564)</b>	<b>12.825</b>
Imposto de renda e contribuição social	(2.586)	(7.117)	-	(23.636)	(1.455)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>22.698</b>	<b>59.140</b>	<b>(208.384)</b>	<b>(617.200)</b>	<b>11.370</b>
<b>Resultado Abrangente do Período</b>					
Resultado Líquido do Exercício	22.698	59.140	(208.384)	(617.200)	11.370
<b>Resultado Abrangente do Período</b>	<b>22.698</b>	<b>59.140</b>	<b>(208.384)</b>	<b>(617.200)</b>	<b>11.370</b>



Em 31 de dezembro de 2016	Central Eólica de Parajuru	Central Eólica de Morgado	Central Eólica de Volta do Rio	Lightger	Amazônia Energia
<b>Ativo</b>					
Circulante	38.546	23.976	36.630	34.912	77
Caixa e Equivalentes de Caixa	17.748	17.385	26.568	31.817	51
Não circulante	127.585	142.499	244.961	152.301	1.048.369
<b>Total do ativo</b>	<b>166.131</b>	<b>166.475</b>	<b>281.591</b>	<b>187.213</b>	<b>1.048.446</b>
<b>Passivo</b>					
Circulante	19.137	27.248	36.761	16.019	95
Fornecedor	804	526	801	5.611	-
Não circulante	58.097	74.099	107.944	86.413	-
Patrimônio Líquido	88.897	65.128	136.886	84.781	1.048.351
<b>Total do passivo</b>	<b>166.131</b>	<b>166.475</b>	<b>281.591</b>	<b>187.213</b>	<b>1.048.446</b>
<b>Demonstração do Resultado</b>					
Receita líquida de vendas	27.276	22.268	28.617	35.600	-
Custos Operacionais	(16.794)	(16.997)	(26.981)	(16.884)	-
Depreciação	(9.505)	(9.997)	(16.820)	(10.510)	-
Lucro bruto	10.482	5.271	1.636	18.716	-
Despesas gerais e administrativas	(797)	(877)	(2.016)	(1.619)	(1.435)
Receita Financeira	2.790	2.659	4.618	3.489	20
Despesa Financeira	(7.217)	(9.668)	(14.062)	(9.931)	(7.523)
<b>Resultado operacional</b>	<b>5.258</b>	<b>(2.615)</b>	<b>(9.824)</b>	<b>10.655</b>	<b>(8.938)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(1.769)	896	3.049	(2.312)	-
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>3.489</b>	<b>(1.719)</b>	<b>(6.775)</b>	<b>8.343</b>	<b>(8.938)</b>
<b>Resultado Abrangente do Período</b>					
Resultado Líquido do Exercício	3.489	(1.719)	(6.775)	8.343	(8.938)
<b>Resultado Abrangente do Período</b>	<b>3.489</b>	<b>(1.719)</b>	<b>(6.775)</b>	<b>8.343</b>	<b>(8.938)</b>



Em 31 de dezembro de 2016	Renova	Retiro Baixo	Aliança Geração	Aliança Norte
<b>Ativo</b>				
Circulante	135.860	30.220	388.100	1.853
Caixa e Equivalentes de Caixa	35.786	19.222	146.601	1.812
Não circulante	5.765.276	376.648	2.511.543	1.075.009
<b>Total do ativo</b>	<b>5.901.136</b>	<b>406.868</b>	<b>2.899.643</b>	<b>1.076.862</b>
<b>Passivo</b>				
Circulante	3.346.901	24.743	592.394	335
Fornecedor	546.911	745	100.640	96
Não circulante	598.637	118.445	334.730	-
Patrimônio Líquido	1.955.598	263.680	1.972.519	1.076.527
<b>Total do passivo</b>	<b>5.901.136</b>	<b>406.868</b>	<b>2.899.643</b>	<b>1.076.862</b>
<b>Demonstração do Resultado</b>				
Receita líquida de vendas	483.137	61.985	803.732	-
Custos Operacionais	(453.613)	(29.225)	(313.518)	-
Depreciação	(93.459)	(9.406)	(124.704)	-
Lucro bruto	29.524	32.760	490.214	-
Despesas gerais e administrativas	(40.558)	-	(57.976)	(2.554)
Redução ao valor recuperável de ativo imobilizado	(281.030)	-	-	-
Ajuste para perdas em investimentos	(455.427)	-	-	-
Receita Financeira	16.170	1.922	46.252	182
Despesa Financeira	(423.784)	(14.802)	(58.588)	(6.942)
<b>Resultado operacional</b>	<b>(1.155.105)</b>	<b>19.880</b>	<b>419.902</b>	<b>(9.314)</b>
Imposto de renda e contribuição social	53.633	(2.680)	(127.214)	-
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>(1.101.472)</b>	<b>17.200</b>	<b>292.688</b>	<b>(9.314)</b>
<b>Resultado Abrangente do Período</b>	<b>(182.011)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Resultado Líquido do Exercício	(1.101.472)	17.200	292.688	(9.314)
<b>Resultado Abrangente do Período</b>	<b>(1.283.483)</b>	<b>17.200</b>	<b>292.688</b>	<b>(9.314)</b>



Em 31 de dezembro de 2015	Hidrelétrica Cachoeirão	Baguari Energia	Guanhães Energia	Madeira Energia	Hidrelétrica Pipoca
<b>Ativo</b>					
Circulante	27.957	71.640	2.019	1.608.219	13.199
Caixa e Equivalentes de Caixa	22.777	9.443	1.468	299.963	116
Não circulante	88.764	220.273	247.608	23.753.692	100.940
<b>Total do ativo</b>	<b>116.721</b>	<b>291.913</b>	<b>249.627</b>	<b>25.361.911</b>	<b>114.139</b>
<b>Passivo</b>					
Circulante	10.012	15.918	211.986	2.151.457	10.020
Fornecedor	1.723	5.886	304	976.217	149
Não circulante	23.354	6.168	-	15.568.427	50.574
Patrimônio Líquido	83.355	269.827	37.641	7.642.027	53.545
<b>Total do passivo</b>	<b>116.721</b>	<b>291.913</b>	<b>249.627</b>	<b>25.361.911</b>	<b>114.139</b>
<b>Demonstração do Resultado</b>					
Receita líquida de vendas	29.928	59.220	-	2.604.869	22.020
Custo das vendas	(14.416)	(45.948)	-	(1.102.473)	(11.306)
Depreciação	(2.654)	(8.809)	-	(471.020)	(3.093)
<b>Lucro bruto</b>	<b>15.512</b>	<b>13.272</b>	<b>-</b>	<b>1.502.396</b>	<b>10.714</b>
Despesas gerais e administrativas	-	(286)	(86.240)	(816.096)	(1.047)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(200)</b>	<b>8.838</b>	<b>(13.728)</b>	<b>(966.941)</b>	<b>(3.203)</b>
Receita Financeira	2.698	9.554	284	949.834	1.858
Despesa Financeira	(2.898)	(716)	(14.012)	(1.916.775)	(5.061)
<b>Resultado operacional</b>	<b>15.312</b>	<b>21.824</b>	<b>(99.968)</b>	<b>(280.641)</b>	<b>6.464</b>
Imposto de renda e contribuição social	(1.949)	(5.162)	-	265.644	(1.368)
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>13.363</b>	<b>16.662</b>	<b>(99.968)</b>	<b>(14.997)</b>	<b>5.096</b>
<b>Resultado Abrangente do Período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Resultado Líquido do Exercício	13.363	16.662	(99.968)	(14.997)	5.096
<b>Resultado Abrangente do Período</b>	<b>13.363</b>	<b>16.662</b>	<b>(99.968)</b>	<b>(14.997)</b>	<b>5.096</b>



Em 31 de dezembro de 2015	Central Eólica de Parajuru	Central Eólica de Morgado	Central Eólica de Volta do Rio	Lightger	Amazônia Energia
<b>Ativo</b>					
Circulante	21.416	30.664	46.420	23.254	463
Caixa e Equivalentes de Caixa	12.088	11.858	19.863	13.962	453
Não circulante	191.978	209.755	289.351	160.944	665.090
<b>Total do ativo</b>	<b>213.394</b>	<b>240.419</b>	<b>335.771</b>	<b>184.198</b>	<b>665.553</b>
<b>Passivo</b>					
Circulante	18.113	28.165	35.735	14.456	93
Fornecedor	347	412	858	4.144	93
Não circulante	66.618	85.578	126.360	93.303	-
Patrimônio Líquido	128.663	126.676	173.676	76.439	665.460
<b>Total do passivo</b>	<b>213.394</b>	<b>240.419</b>	<b>335.771</b>	<b>184.198</b>	<b>665.553</b>
<b>Demonstração do Resultado</b>					
Receita líquida de vendas	31.060	33.815	46.597	32.468	-
Custos Operacionais	(16.515)	(18.257)	(27.162)	(25.215)	-
Depreciação	(9.508)	(9.985)	(16.817)	(10.490)	-
Lucro bruto	14.545	15.558	19.435	7.253	-
Despesas gerais e administrativas	(4.142)	(5.715)	(2.962)	(2.012)	(1.523)
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(5.366)</b>	<b>(7.706)</b>	<b>(10.647)</b>	<b>(6.505)</b>	<b>(23.434)</b>
Receita Financeira	1.704	1.674	2.797	1.949	34
Despesa Financeira	(7.070)	(9.380)	(13.444)	(8.454)	(23.468)
<b>Resultado operacional</b>	<b>5.037</b>	<b>2.137</b>	<b>5.826</b>	<b>(1.264)</b>	<b>(24.957)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(1.266)	(1.498)	(2.299)	(1.687)	-
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>3.771</b>	<b>639</b>	<b>3.527</b>	<b>(2.951)</b>	<b>(24.957)</b>
<b>Resultado Abrangente do Período</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Resultado Líquido do Exercício	3.771	639	3.527	(2.951)	(24.957)
<b>Resultado Abrangente do Período</b>	<b>3.771</b>	<b>639</b>	<b>3.527</b>	<b>(2.951)</b>	<b>(24.957)</b>



Em 31 de dezembro de 2015	Renova	Retiro Baixo	Aliança Geração	Aliança Norte
<b>Ativo</b>				
Circulante	550.630	9.546	242.623	586
Caixa e Equivalentes de Caixa	66.147	924	69.764	586
Não circulante	8.425.606	443.893	3.093.682	725.956
<b>Total do ativo</b>	<b>8.976.236</b>	<b>453.439</b>	<b>3.336.305</b>	<b>726.542</b>
<b>Passivo</b>				
Circulante	1.497.006	25.353	112.720	17
Fornecedor	570.006	5.845	-	17
Não circulante	1.898.539	131.683	274.149	3.496
Patrimônio Líquido	5.580.691	296.403	2.949.436	723.029
<b>Total do passivo</b>	<b>8.976.236</b>	<b>453.439</b>	<b>3.336.305</b>	<b>726.542</b>
<b>Demonstração do Resultado</b>				
Receita líquida de vendas	457.615	53.450	797.097	-
Custos Operacionais	(4.699)	(40.529)	(442.546)	-
Depreciação	(4.399)	(8.513)	(68.688)	-
Lucro bruto	452.916	12.921	354.551	-
Despesas gerais e administrativas	-	(11.136)	(68.041)	-
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(355.176)</b>	<b>(13.124)</b>	<b>(18.395)</b>	<b>(26.649)</b>
Receita Financeira	40.600	1.039	9.164	6
Despesa Financeira	(395.776)	(14.163)	(27.559)	(26.655)
<b>Resultado operacional</b>	<b>97.740</b>	<b>(11.339)</b>	<b>268.115</b>	<b>(26.649)</b>
Imposto de renda e contribuição social	(190.495)	1.754	(29.819)	-
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>(92.755)</b>	<b>(9.585)</b>	<b>238.296</b>	<b>(26.649)</b>
<b>Resultado Abrangente do Período</b>	<b>53.062</b>	-	-	-
Resultado Líquido do Exercício	(92.755)	(9.585)	238.296	(26.649)
<b>Resultado Abrangente do Período</b>	<b>(39.693)</b>	<b>(9.585)</b>	<b>238.296</b>	<b>(26.649)</b>

### Investimento na usina de Santo Antônio através da Madeira Energia S.A. ("MESA") e do FIP Melbourne

A Madeira Energia S.A. ("MESA") e sua controlada Santo Antônio Energia S.A. ("SAESA") estão incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto de construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio. O ativo imobilizado e intangível constituídos pelos referidos gastos totalizava, em 31 de dezembro de 2016, R\$22.440.401 (consolidado), os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos por meio das receitas futuras geradas a partir de janeiro de 2017, quando entraram em operação todas as unidades geradoras da entidade.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos.



### *Procedimento de arbitragem*

Em 2014, a SAAG Investimentos S.A. (SAAG) e a Cemig GT iniciaram procedimento arbitral sigiloso na Câmara de Arbitragem do Mercado questionando: (a) aumento de capital aprovado na MESA parcialmente destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio (“CCSA”), no valor de aproximadamente R\$750 milhões, com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos, e (b) contra o ajuste para redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*) promovido pela Diretoria da MESA, no valor de R\$750 milhões, referente a determinados créditos da MESA contra o CCSA, com fundamento em que tais créditos, por força de disposição contratual expressa, são devidos em sua totalidade. Essa constituição do *impairment* contribuiu para a apresentação de Capital Circulante Líquido pela MESA em 31 de dezembro de 2016, conforme já descrito anteriormente.

A SAAG e Cemig GT obtiveram ação cautelar, onde foi suspenso o prazo para exercício por esses acionistas do direito de preferência para subscrição e integralização de sua parcela proporcional do aumento de capital da MESA, no valor de R\$174,7 milhões, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas da MESA, realizada em 21 de outubro de 2014. Foram também suspensos todos os efeitos das deliberações relativamente à SAAG e Cemig GT e às suas participações em MESA, inclusive no que diz respeito à diluição e às penalidades previstas no Acordo de Acionistas da MESA.

Em 2016, a sentença da Câmara de Arbitragem do Mercado reconheceu integralmente o direito da Cemig e da SAAG e determinou a anulação dos atos impugnados. SAAG e CEMIG estão em vias de adotar medidas para implementar a decisão mencionada.

### **Opção de Venda de Cotas do FIP Malbec e FIP Melbourne**

No cálculo do valor justo da opção com base no modelo BSM as seguintes variáveis são contempladas: preço de exercício da opção; preço de fechamento do ativo objeto na data de 31 de dezembro de 2016; taxa de juros livre de risco; volatilidade do preço do ativo objeto; e o tempo até o vencimento da opção.



Foram assinados, entre a Cemig GT e as entidades de previdência complementar, que participam da estrutura de investimentos da SAAG, (estrutura composta por FIP Melbourne, Parma Participações S.A. e FIP Malbec, em conjunto “Estrutura de Investimento”), Contratos de Outorga de Opção de Venda de Cotas dos Fundos que compõe a Estrutura de Investimento (“Opções de Venda”), que poderão ser exercidas, a critério das entidades de previdência complementar, no 84º mês a partir de junho de 2014. O preço de exercício das Opções de Venda será correspondente ao valor investido por cada entidade de previdência complementar na Estrutura de Investimento, atualizado *pro rata temporis*, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido da taxa de 7% ao ano, deduzidos os dividendos e juros sobre capital pagos pela SAAG às entidades de previdência complementar. Esta opção foi considerada instrumento derivativo que deve estar contabilizada pelo seu valor justo através dos resultados.

No quarto trimestre de 2016 a Companhia alterou a metodologia utilizada na mensuração do valor justo da opção de venda da SAAG, passando a adotar o modelo BSM em detrimento do modelo de fluxo de caixa descontado decrescido do preço de exercício da opção de venda. Essa modificação ocorre em linha com as melhores práticas do mercado, uma vez que a metodologia de Black-Scholes-Merton não só calcula a diferença entre o preço de exercício da opção e o valor da ação, trazidos à valor presente, mas também incorpora um importante componente aleatório que pondera esses valores.

Partimos da hipótese de que os dispêndios futuros do FIP Malbec e FIP Melbourne são imateriais, de modo que as opções são avaliadas como se participações diretas na MESA o fossem. Contudo, nem SAAG e nem MESA são negociadas em bolsa de valores, de forma que algumas adaptações são necessárias para cálculo do preço do ativo objeto e de sua volatilidade para aplicação do modelo BSM. O preço de fechamento da ação da MESA em 31 de dezembro de 2016 é auferido via *Free Cash Flow to Equity* (FCFE), com sua equivalência em participação indireta detidas pelos FIP’s. A volatilidade, por sua vez, é mensurada como uma média da volatilidade histórica (hipótese de que a série da diferença dos retornos capitalizados em tempo contínuo segue uma distribuição normal) de empresas comparáveis do setor de geração de energia elétrica com ações negociadas na Bovespa.

Com base nos estudos realizados, encontra-se registrado nas Demonstrações Financeiras da Companhia um passivo no valor de R\$196.173, referente à diferença entre o valor justo estimado para os ativos em relação ao preço de exercício.



A movimentação do valor das opções é como segue:

	Consolidado	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	29.029
Ajuste a Valor Justo	-	118.585
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>-</b>	<b>147.614</b>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	147.614
Saldo Inicial para fins de consolidação	147.614	-
Ajuste a Valor Justo	48.559	48.559
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>196.173</b>	<b>196.173</b>

A Companhia efetuou uma análise de sensibilidade do preço de exercício da opção variando a taxa de juros livre de risco e a volatilidade, mantendo-se todas as demais variáveis do modelo constantes. Nesse contexto, utilizou-se cenários de taxa de juros livre de risco de 6,6% a 16,4% ao ano e volatilidade entre 15% e 63,2% ao ano, resultando em estimativas de preço mínimo e máximo da opção de venda de R\$126.307 e R\$321.181, respectivamente.

#### Investimento na usina de Belo Monte através da Amazônia Energia e Aliança Norte

A Amazônia Energia e a Aliança Norte são acionistas da Norte Energia S.A. (“NESA”), sociedade titular da concessão de uso de bem público para exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, localizada no Estado do Pará e administrar essa participação.

A participação indireta da Cemig GT na NESA, através das controladas em conjunto mencionadas acima, é de 11,74%.

A NESA ainda dependerá de quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação para conclusão da usina, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras.

Em 7 de abril de 2015, a NESA obteve decisão liminar que determinou à ANEEL que, até a análise do pleito liminar formulado no processo de origem, que se abstenha de (a) aplicar à agravante quaisquer penalidades ou sanções em decorrência da não entrada em operação da UHE Belo Monte na data estabelecida no cronograma original do projeto incluindo aquelas previstas em Resolução Normativa da ANEEL e no Contrato de Concessão da UHE Belo Monte. O valor da perda estimada em Belo Monte até 31 de dezembro de 2016 é de R\$73.911.

Com base nessa liminar foram suspensos todos os registros e as provisões contábeis inerentes ao cumprimento das determinações do contrato de Concessão, porém a Aliança Norte Energia continua comprando a energia no mercado de curto prazo para evitar quaisquer penalidades futuras.

Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da Norte Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas.



Quaisquer alterações no cenário existente terão seus impactos refletidos nas Demonstrações Financeiras.

#### Resumo das conclusões da investigação independente

A Eletrobras - Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (“Eletrobras”) detém participação de 49,98% no capital social da NESA e contratou escritório de advocacia especializado para realizar uma investigação interna independente com o propósito de apurar eventuais irregularidades em empreendimentos em que possua participação societária, incluindo a NESA. Esse procedimento foi motivado por investigações que estavam sendo realizadas pelo Ministério Público sobre irregularidades envolvendo alguns dos empreiteiros e fornecedores em investimentos onde a Eletrobras era acionista, incluindo a NESA.

Os relatórios finais da investigação interna independente incluem certos achados com impactos estimados nas demonstrações financeiras da NESA, tendo sido determinado que certos contratos com alguns empreiteiros e fornecedores do projeto UHE Belo Monte contém impactos estimados de 1% do preço do contrato, mais algumas outras estimativas de montantes fixos determinados, para incluir subornos e atividades de manipulação de propostas consideradas de natureza ilícita.

Com base nas conclusões e resultados identificados pela investigação interna independente, a Administração da NESA avaliou o CPC27 – Ativo Imobilizado, correlacionado às Normas Internacionais de Contabilidade - IAS 16 – Ativo e Equipamentos e concluiu que, o montante de R\$183.000 atribuíveis a eventual superfaturamento devido a subornos e/ou para licitações fraudulentas e atividades consideradas de natureza ilícita, não deveriam ter sido incluídas no custo histórico de seus ativos, pois não seriam necessários para colocar os ativos na localização e condição necessária para seu funcionamento.

A Administração da NESA concluiu também ser impraticável identificar de forma precisa os períodos de demonstrações financeiras anteriores em que possam ter ocorrido o excesso de custos capitalizados, devido ao fato das informações disponibilizadas pela investigação interna independente não especificarem individualmente os contratos, os pagamentos e os períodos de divulgação em que possam ter ocorrido tais excessos. Ressalta-se adicionalmente que os alegados pagamentos indevidos não foram feitos pela NESA, mas por empreiteiros e fornecedores da UHE de Belo Monte, o que também impede a identificação dos valores e períodos precisos dos pagamentos.

Dessa forma, a NESA aplicou o procedimento previsto no IAS-8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro, ajustando os valores estimados de excessos de custos capitalizados, no montante de R\$183.000, referentes a pagamentos ilegais no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 devido à impraticabilidade da identificação dos ajustes por cada período anterior afetado.



Como consequência do ajuste registrado pela NESA, a Cemig GT reconheceu, em 31 de dezembro de 2015, um ajuste no montante de R\$ 21.390, na conta investimentos em contrapartida ao resultado com equivalência patrimonial, em atendimento às determinações do IAS-8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro.

### **Investimento na Renova**

#### *Contrato de opção*

Em 18 de setembro de 2015, foi celebrado um contrato de opção de venda em que, a partir de 31 de março de 2016, a Renova teria a opção de alienar para a SunEdison até 7 milhões das ações da TerraForm Global (“TerraForm”) recebidas pela Renova em decorrência do fechamento da primeira fase da operação de alienação e permuta de ativos.

O preço de venda das ações foi determinado em R\$50,48 ou US\$15,00 convertidos à taxa da data, a escolha da SunEdison. O contrato estabelece também opção de compra pela SunEdison das mesmas 7 milhões de ações da TerraForm com as mesmas características acima mencionadas.

A Renova informou ainda que notificou a SunEdison e a TerraForm Global sobre a sua intenção de exercer a opção de venda de 7 milhões de ações de emissão da TerraForm Global de sua titularidade, conforme previsto em contrato e conforme informado em Fato Relevante publicado pela Renova no dia 18 de setembro de 2015.

Em abril de 2016 houve estruturação de capital da empresa, que alterou a participação da Cemig GT na Companhia.

Em 21 de abril de 2016, a SunEdison pediu recuperação judicial nos Estados Unidos.

Em 1º de junho de 2016, findou-se o prazo para pagamento da opção pela SunEdison

A Renova precificou a opção considerando o modelo matemático de Black-Scholes-Merton e a expectativa futura da taxa de câmbio, bem como o risco de crédito.

A Renova precificou a opção considerando o modelo Black-Scholes-Merton e a expectativa futura da taxa de câmbio, bem como o risco de crédito.

A Renova reconheceu, em 2016, uma perda de R\$111.402, pela variação do valor justo da opção considerando o risco de crédito. Adicionalmente, reconheceu uma perda de R\$62.995 relativa à extinção da opção e entrou com processo arbitral requerendo, dentre outras demandas, indenização pelas perdas.



Os valores mencionados acima correspondem ao impacto integral nas Demonstrações Financeiras da Renova, sendo que o impacto para a Cemig GT foi proporcional a sua participação de 34,15% na investida, avaliada pelo método de equivalência patrimonial, no montante de R\$59.557.

#### *Investimento na Terraform – precificação das ações*

A Renova Energia possui investimentos em ações classe A (GLBL) da TerraForm (“Ações TERG”), designadas como ativos financeiros disponíveis para venda. A Renova Energia adota essa designação, pois a natureza do investimento não está compreendida em nenhuma das demais categorias de instrumentos financeiros (empréstimos, contas a receber, investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado). O ativo está classificado, na Renova Energia, como um ativo não circulante sob a rubrica de investimento e está registrado ao valor justo, baseado na cotação de preço de mercado em bolsa de valores (NASDAQ). De acordo com a política da Renova Energia, os ganhos e perdas decorrentes da variação da cotação das ações são registrados diretamente no patrimônio líquido na rubrica de outros resultados abrangentes. Considerando a volatilidade nas cotações das Ações TERG, a Renova Energia avalia trimestralmente se existem evidências objetivas de perda no valor recuperável desses ativos financeiros, ou seja, a administração da Renova Energia avalia se a queda no valor de mercado das Ações TERG deve ser considerada significativa ou prolongada. Esta avaliação, por sua vez, exige julgamento com base em política da Renova Energia, elaborada segundo práticas usadas no mercado nacional e internacional, e consiste na análise, instrumento por instrumento, baseada em informação quantitativa e qualitativa disponível no mercado a partir do momento que um instrumento demonstra uma queda igual ou superior a 20% no seu valor de mercado (“Queda Significativa”) ou a partir de uma queda inferior à Queda Significativa, porém superior à 5% do seu valor de mercado em comparação com seu custo de aquisição por mais de 12 meses (“Queda Prolongada”). Se uma Queda Significativa ou uma Queda Prolongada no valor de mercado do instrumento for apurada, a correspondente parcela acumulada classificada anteriormente em outros resultados abrangentes deve ser registrada no resultado do exercício a título de *impairment*.

As perdas por redução ao valor recuperável, anteriormente reconhecidas no resultado, não são revertidas por meio do resultado. Qualquer aumento no valor justo após uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecido em outros resultados abrangentes.

Em 2016 os ajustes negativos nos valores justos ocorridos no primeiro e no quarto trimestre no montante de R\$281.030 (R\$95.972 de impacto na Cemig) foram reconhecidos no resultado e o ajuste positivo de R\$99.019 (R\$33.815 de impacto na Cemig), referente ao segundo e terceiro trimestres, foi reconhecido em outros resultados abrangentes na Renova Energia.



### *Rescisão de contrato de compra e venda de ações*

Em 01 de abril de 2016, a Renova Energia S.A. (“Renova”) informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que o contrato de compra e venda de ações para a alienação dos ativos do projeto ESPRA (“Contrato ESPRA”) de titularidade da Renova para TerraForm Global, Inc. (“TerraForm Global”) foi rescindido. Dessa maneira, os ativos do projeto ESPRA, correspondentes a três pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) que comercializam energia no âmbito do Proinfa, com 41,8 MW de capacidade instalada, continuam na Renova e voltam a compor o portfólio de ativos operacionais da Renova. Em função do cancelamento, em 1 de abril de 2016, a TerraForm Global pagou à Renova uma multa no valor de R\$35.790 (R\$12.240 de impacto na Cemig).

O Contrato ESPRA estava contemplado na primeira fase da operação com a TerraForm Global e a SunEdison, Inc. (“SunEdison”) anunciada no dia 15 de julho de 2015.

### *Ajuste para redução ao valor recuperável de ativos*

A Renova realizou estudos para avaliar o saldo do Ativo Imobilizado em relação a geração esperada de benefícios econômicos desses ativos em 31 de dezembro de 2016 e efetuou um ajuste para redução ao valor recuperável de ativos, no valor de R\$264.246 (R\$90.240 de impacto na Cemig GT), reconhecido em rubrica específica no resultado do exercício de 2016. Esse resultado foi decorrente da projeção do fluxo de caixa desses ativos descontada em 31 de dezembro de 2016.

A Cemig tinha registrado em suas demonstrações financeiras o valor líquido de R\$762.691 referente mais valia das concessões, apurada quando dos aportes de capital na Renova. Em função dos estudos para avaliação da recuperabilidade dos valores registrados em relação ao fluxo de caixa descontado da investida, a Administração da Cemig GT entendeu ser necessário um ajuste integral do valor mencionado acima, com o efeito no resultado do exercício de 2016.

### **Investimento na Guanhães Energia S.A. – Ajuste para perdas por desvalorização**

Em função da análise do fluxo de caixa esperado para o investimento, a Guanhães Energia efetuou um ajuste para perdas por desvalorização no valor de R\$138.888. O impacto na Cemig GT foi uma despesa de R\$68.055, correspondente à sua participação de 49% na Guanhães, reconhecido no resultado por equivalência patrimonial.



## Constituição da Aliança Geração de Energia

Em função da constituição da Aliança Geração de Energia, a Companhia transferiu, em 31 de outubro de 2014, para essa nova empresa os saldos referentes as suas participações nos consórcios de geração de energia elétrica, bem como as participações da controlada Capim Branco Energia S.A., conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2015
<b>Ativo</b>	
Consórcio da Hidroelétrica de Aimorés	404.215
Consórcio da Usina Hidroelétrica de Funil	123.609
Consórcio da Usina Hidroelétrica de Igarapava	37.144
Consórcio UHE Porto Estrela	34.509
	<b>599.477</b>
<b>Passivo</b>	
Concessão Onerosa Porto Estrela – corrente	(15.654)
Concessão Onerosa Porto Estrela – não corrente	(134.071)
	<b>(149.725)</b>
<b>Acervo Líquido da Cemig GT</b>	<b>449.752</b>
<b>Acervo Líquido da Capim Branco</b>	<b>131.362</b>
	<b>581.114</b>

A Cemig GT reconheceu em suas Demonstrações Financeiras o ganho referente a avaliação ao valor justo do investimento na Aliança, excluindo os efeitos da avaliação ao valor justo dos ativos da Companhia que foram aportados na Aliança.

Dessa forma, segue abaixo demonstrativo dos efeitos da operação nas Demonstrações Financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2015:

	Cemig	Vale	Total
Valor justo dos ativos aportados na Aliança	1.866.981	2.331.177	4.198.158
Valor contábil dos ativos aportados na Aliança	581.114	1.276.668	1.857.782
Participação das empresas na Aliança	45%	55%	100%
Participação da Cemig avaliada pelo valor justo	1.889.171		
Valor contábil dos ativos aportados (Nota 12)	(581.114)		
Mais valia dos negócios aportados na Aliança (100%)	1.308.057		
Parcela da mais valia não reconhecida, referente a participação detida pela Companhia (45%)	(578.615)		
Ganho da transação registrado no resultado do exercício de 2015 (55% da mais valia)	729.442		

### Empresas de geração constituídas – lote D do Leilão 12/2015 vencido pela Companhia em 2015

Conforme descrito em maiores detalhes na nota explicativa nº 12, em função da Cemig GT ter vencido o lote D do leilão 12/2015, que contemplou 18 usinas, a Companhia transferiu, em junho de 2016, a titularidade das concessões dessas usinas para 7 novas SPEs de geração, subsidiárias integrais da Cemig GT, que passaram a ser consolidadas a partir do segundo trimestre de 2016.



## 15. IMOBILIZADO

A taxa de depreciação média anual é de 3,10% para o ano de 2016 (3,32% em 2015). As taxas anuais de depreciação são definidas por tipo de bem, conforme a Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015, sendo observadas também as determinações do Decreto 2003, de 10 de setembro de 1996.

	Consolidado 31/12/2016		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
<b>Em Serviço</b>	<b>10.755.092</b>	<b>(7.701.311)</b>	<b>3.053.781</b>
Terrenos	282.027	(7.572)	274.455
Reservatórios, Barragens e Adutoras	5.072.162	(3.482.159)	1.590.003
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.711.893	(1.342.445)	369.448
Máquinas e Equipamentos	3.646.916	(2.834.167)	812.749
Veículos	28.712	(24.487)	4.225
Móveis e Utensílios	13.382	(10.481)	2.901
<b>Em Curso</b>	<b>116.371</b>	<b>-</b>	<b>116.371</b>
Ativos em Formação	116.371	-	116.371
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>10.871.463</b>	<b>(7.701.311)</b>	<b>3.170.152</b>

	Controladora - 31/12/2016			Controladora - 31/12/2015		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido
<b>Em Serviço</b>	<b>10.755.092</b>	<b>(7.701.311)</b>	<b>3.053.781</b>	<b>9.413.768</b>	<b>(6.273.175)</b>	<b>3.140.593</b>
Terrenos	282.027	(7.572)	274.455	281.942	(7.878)	274.064
Reservatórios, Barragens e Adutoras	5.072.162	(3.482.159)	1.590.003	4.591.763	(2.941.333)	1.650.430
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.711.893	(1.342.445)	369.448	1.498.360	(1.113.318)	385.042
Máquinas e Equipamentos	3.646.916	(2.834.167)	812.749	2.999.470	(2.180.424)	819.046
Veículos	28.712	(24.487)	4.225	28.895	(20.820)	8.075
Móveis e Utensílios	13.382	(10.481)	2.901	13.338	(9.402)	3.936
<b>Em Curso</b>	<b>114.599</b>	<b>-</b>	<b>114.599</b>	<b>167.083</b>	<b>-</b>	<b>167.083</b>
Ativos em Formação	114.599	-	114.599	167.083	-	167.083
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>10.869.691</b>	<b>(7.701.311)</b>	<b>3.168.380</b>	<b>9.580.851</b>	<b>(6.273.175)</b>	<b>3.307.676</b>

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Controladora 31/12/2015	Adição	Transferencia	Baixa	Depreciação	Consolidado 31/12/2016
<b>Em Serviço</b>	<b>3.140.593</b>	<b>-</b>	<b>88.921</b>	<b>(331)</b>	<b>(178.034)</b>	<b>3.051.149</b>
Terrenos	274.064	-	91	(6)	306	274.455
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.650.430	-	29.483	-	(89.910)	1.590.003
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	385.042	-	5.042	-	(20.636)	369.448
Máquinas e Equipamentos	819.046	-	56.540	(266)	(65.203)	810.117
Veículos	8.075	-	(1.517)	(58)	(2.275)	4.225
Móveis e Utensílios	3.936	-	(718)	(1)	(316)	2.901



Em Curso	167.083	48.934	(88.158)	(8.856)	-	119.003
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>3.307.676</b>	<b>48.934</b>	<b>763</b>	<b>(9.187)</b>	<b>(178.034)</b>	<b>3.170.152</b>

Controladora	31/12/2015	Adição	Transferencia	Baixa	Depreciação	31/12/2016
<b>Em Serviço</b>	<b>3.140.593</b>	-	<b>88.921</b>	<b>(331)</b>	<b>(178.034)</b>	<b>3.051.149</b>
Terrenos	274.064	-	91	(6)	306	274.455
Reservatórios, Barragens e Adutoras	1.650.430	-	29.483	-	(89.910)	1.590.003
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	385.042	-	5.042	-	(20.636)	369.448
Máquinas e Equipamentos	819.046	-	56.540	(266)	(65.203)	810.117
Veículos	8.075	-	(1.517)	(58)	(2.275)	4.225
Móveis e Utensílios	3.936	-	(718)	(1)	(316)	2.901
<b>Em Curso</b>	<b>167.083</b>	<b>47.162</b>	<b>(88.158)</b>	<b>(8.856)</b>	-	<b>117.231</b>
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>3.307.676</b>	<b>47.162</b>	<b>763</b>	<b>(9.187)</b>	<b>(178.034)</b>	<b>3.168.380</b>

Controladora	31/12/2014	Adição	Capitalização/ Transferencia	Aporte na Aliança Geração de Energia	Indenização Usinas não Renovadas (*)	Transferência para Outros Ativos LP	Baixa	Depreciação	31/12/2015
<b>Em Serviço</b>	<b>4.648.019</b>	<b>39.240</b>	<b>90.383</b>	<b>(628.319)</b>	<b>(544.580)</b>	<b>(200.570)</b>	<b>(16.335)</b>	<b>(247.245)</b>	<b>3.140.593</b>
Terrenos	366.690	1.366	(5.039)	(40.796)	(16.277)	(16.575)	(11.982)	(3.323)	274.064
Reservatórios, Barragens Adutoras	2.053.045	19.070	7.517	(163.123)	(45.819)	(101.988)	-	(118.272)	1.650.430
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	551.777	3.829	5.185	(115.659)	(16.633)	(12.953)	(718)	(29.786)	385.042
Máquinas e Equipamentos	1.663.675	14.969	79.935	(308.207)	(465.851)	(69.054)	(3.635)	(92.786)	819.046
Veículos	9.234	-	2.000	(335)	-	-	-	(2.824)	8.075
Móveis e Utensílios	3.598	6	785	(199)	-	-	-	(254)	3.936
<b>Em Curso</b>	<b>201.619</b>	<b>79.492</b>	<b>(85.643)</b>	<b>(3.077)</b>	<b>(1.801)</b>	<b>(19.299)</b>	<b>(4.208)</b>	-	<b>167.083</b>
<b>Imobilizado Líquido</b>	<b>4.849.638</b>	<b>118.732</b>	<b>4.740</b>	<b>(631.396)</b>	<b>(546.381)</b>	<b>(219.869)</b>	<b>(20.543)</b>	<b>(247.245)</b>	<b>3.307.676</b>

(\*) Mais detalhes ver nota explicativa 13 das Demonstrações Financeiras.

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus Ativos Imobilizados. Os contratos de concessão de geração preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia. A Administração acredita que a indenização destes ativos será superior ao seu custo histórico, depreciado pelas respectivas vidas úteis.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do Ativo Imobilizado.



De forma geral, a depreciação dos itens do ativo imobilizado é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica e refletem a vida útil estimada dos bens. O valor residual dos ativos é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelos ativos ainda não totalmente depreciados. Nos casos em que não há ou existe incerteza relacionada à indenização no final da concessão, como geração térmica e geração hidráulica em regime de produção independente, não é reconhecido qualquer valor residual e são ajustadas as taxas de depreciação para que todos os ativos sejam depreciados dentro da concessão.

A Companhia transferiu para o Ativo Realizável a Longo Prazo os saldos contábeis remanescentes das usinas que tiveram o seu vencimento em julho de 2015 e que deverão ser objeto de indenização pelo poder Concedente. Mais informações nas notas explicativas nºs 13 e 16.

### Consórcios

A Companhia participa no consórcio de geração de energia elétrica de Queimado, onde não foi constituída empresa com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado e Intangível. A parcela da Companhia no consórcio é registrada e controlada individualmente nas respectivas naturezas de ativo Imobilizado e Intangível apresentadas. Os investimentos acumulados no consórcio, que tem a participação de 17,50% da Companhia Energética de Brasília, são como segue:

Controladora e Consolidado	Participação na energia gerada (%)	Taxa Média Anual de Depreciação (%)	31/12/2016	31/12/2015
<b>Em serviço</b>				
Usina de Queimado	82,5	3,73	217.061	212.784
Depreciação acumulada			(90.524)	(74.248)
<b>Total em operação</b>			<b>126.537</b>	<b>138.536</b>
<b>Em curso</b>				
Usina de Queimado	82,5	-	233	3.894
<b>Total em construção</b>			<b>233</b>	<b>3.894</b>



## 16. INTANGÍVEIS

A taxa de amortização média anual é de 12,08%, considerando as taxas determinadas na legislação do setor.

	Consolidado e Controladora 31/12/2016			Controladora 31/12/2015		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
<b>Em Serviço</b>	<b>88.214</b>	<b>(61.682)</b>	<b>26.532</b>	<b>85.111</b>	<b>(57.277)</b>	<b>27.834</b>
Servidão	11.451	(1.315)	10.136	11.451	(1.315)	10.136
Concessão Onerosa	19.169	(10.572)	8.597	19.169	(9.894)	9.275
Outros	57.594	(49.795)	7.799	54.491	(46.068)	8.423
<b>Em Curso</b>	<b>9.220</b>	<b>-</b>	<b>9.220</b>	<b>8.275</b>	<b>-</b>	<b>8.275</b>
Ativos em formação	9.220	-	9.220	8.275	-	8.275
<b>Intangível Líquido</b>	<b>97.434</b>	<b>(61.682)</b>	<b>35.752</b>	<b>93.386</b>	<b>(57.277)</b>	<b>36.109</b>

A movimentação do Ativo Intangível é como segue:

	Controladora 31/12/2015	Consolidado 31/12/2015	Saldo inicial para fins de consolidação	Adição	Capitalização / Transferência	Amortização	Consolidado e Controlador a 31/12/2016
<b>Em Serviço</b>	<b>27.834</b>	<b>-</b>	<b>27.834</b>	<b>-</b>	<b>3.449</b>	<b>(4.751)</b>	<b>26.532</b>
Servidão	10.136	-	10.136	-	-	-	10.136
Concessão Onerosa	9.275	-	9.275	-	-	(678)	8.597
Outros	8.423	-	8.423	-	3.449	(4.073)	7.799
<b>Em Curso</b>	<b>8.275</b>	<b>-</b>	<b>8.275</b>	<b>4.394</b>	<b>(3.449)</b>	<b>-</b>	<b>9.220</b>
Ativos em formação	8.275	-	8.275	4.394	(3.449)	-	9.220
<b>Total</b>	<b>36.109</b>	<b>-</b>	<b>36.109</b>	<b>4.394</b>	<b>-</b>	<b>(4.751)</b>	<b>35.752</b>

Controladora	31/12/2014	Adição	Aporte na Empresa Aliança Geração de Energia	Baixa	Indenização Usinas não Renovadas	Amortização	Capitalização/ Transferência	31/12/2015
<b>Em Serviço</b>	<b>40.461</b>	<b>3.874</b>	<b>(13.719)</b>	<b>-</b>	<b>(43)</b>	<b>(5.652)</b>	<b>2.913</b>	<b>27.834</b>
Servidão	11.510	54	(1.202)	-	(43)	(205)	22	10.136
Concessão Onerosa	19.892	3.820	(12.517)	-	-	(1.920)	-	9.275
Outros	9.059	-	-	-	-	(3.527)	2.891	8.423
<b>Em Curso</b>	<b>9.935</b>	<b>5.324</b>	<b>-</b>	<b>(1.366)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(5.618)</b>	<b>8.275</b>
Ativos em formação	9.935	5.324	-	(1.366)	-	-	(5.618)	8.275
<b>Total</b>	<b>50.396</b>	<b>9.198</b>	<b>(13.719)</b>	<b>(1.366)</b>	<b>(43)</b>	<b>(5.652)</b>	<b>(2.705)</b>	<b>36.109</b>



Os ativos intangíveis Servidão, Concessão Onerosa e Outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL, que representam o padrão de consumo destes direitos. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

## 17. FORNECEDORES

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Suprimento e Transporte de Energia Elétrica	328.341	327.034	260.221
Materiais e Serviços	48.697	45.670	71.602
	<b>377.038</b>	<b>372.704</b>	<b>331.823</b>
<b>Circulante</b>	<b>377.038</b>	<b>372.704</b>	<b>331.823</b>

## 18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

### Impostos, Taxas e Contribuições

As obrigações de PASEP/COFINS da Cemig Geração e Transmissão registradas no passivo não circulante referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia obteve liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente as contribuições.

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
<b>Circulante</b>			
ICMS	46.156	46.150	45.047
PASEP	6.100	5.617	7.959
COFINS	28.241	26.007	37.369
INSS	5.699	4.644	4.556
ISSQN	1.564	1.489	1.408
Outros	49.017	48.956	37.531
	<b>136.777</b>	<b>132.863</b>	<b>133.870</b>
<b>Não Circulante</b>			
PASEP	18.058	18.058	18.058
COFINS	83.175	83.175	83.175
	<b>101.233</b>	<b>101.233</b>	<b>101.233</b>
	<b>238.010</b>	<b>234.096</b>	<b>235.103</b>

O Imposto de Renda e Contribuição Social Não Circulante é divulgado na Nota Explicativa nº 11 destas Demonstrações Financeiras.



## 19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Consolidado 31/12/2016		
				Circulante	Não Circulante	Total
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>						
KFW	2018	1,78%	Euro	3.619	3.797	7.416
<b>Dívida em Moeda Estrangeira</b>				<b>3.619</b>	<b>3.797</b>	<b>7.416</b>
<b>MOEDA NACIONAL</b>						
Banco do Brasil S.A.	2018	112,00% do CDI	R\$	284.748	270.000	554.748
Nota Promissória – 7ª emissão	2017	128,00% do CDI	R\$	667.143	-	667.143
BNDES	2026	TJLP + 2,34%	R\$	7.892	65.497	73.389
Nota Promissória – 6ª emissão	2016	120,00% do CDI	R\$	-	-	-
Banco da Amazônia	2018	CDI + 1,90%	R\$	2.097	119.504	121.601
FINEP	2018	TJLP + 5% e TJLP + 8%	R\$	3.153	2.351	5.504
Banco do Brasil S.A.	2017	108,00% do CDI	R\$	150.683	-	150.683
Banco do Brasil S.A.	2018	132,90% do CDI	R\$	291.447	291.596	583.043
Consórcio Pipoca (2)	2018	IPCA	R\$	-	185	185
<b>Dívida em Moeda Nacional</b>				<b>1.407.163</b>	<b>749.133</b>	<b>2.156.296</b>
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>				<b>1.410.782</b>	<b>752.930</b>	<b>2.163.712</b>
<b>DEBÊNTURES</b>						
Debêntures (1) – 1ª série – 3ª Emissão	2017	CDI + 0,90%	R\$	543.208	-	543.208
Debêntures (1) – 2ª série – 3ª Emissão	2019	IPCA + 6,00%	R\$	14.657	278.464	293.121
Debêntures (1) – 3ª série – 3ª Emissão	2022	IPCA + 6,20%	R\$	50.734	932.772	983.506
Debêntures (1) – 1ª série – 4ª Emissão	2016	CDI + 0,85%	R\$	-	-	-
Debêntures (1) – 1ª série – 5ª Emissão	2018	CDI + 1,70%	R\$	711.295	700.000	1.411.295
Debêntures (1) – 1ª série – 6ª Emissão	2018	CDI + 1,60%	R\$	552.557	485.416	1.037.973
Debêntures (1) – 2ª série – 6ª Emissão	2020	IPCA + 8,07%	R\$	1.063	30.054	31.117
Debêntures (1) – 1ª série – 7ª Emissão	2021	140,00% do CDI	R\$	(7.322)	2.204.163	2.196.841
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia (3)				(20.781)	(6.321)	(27.102)
<b>Total de Debêntures</b>				<b>1.845.411</b>	<b>4.624.548</b>	<b>6.469.959</b>
<b>Total Geral – Consolidado e Controladora</b>				<b>3.256.193</b>	<b>5.377.478</b>	<b>8.633.671</b>

(1) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

(2) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.

(3) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos pela própria Companhia. Mais informações e características do fundo vide Nota Explicativa nº 27.



Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Moedas	Controladora 31/12/2016			Controlador a 31/12/2015
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
<b>MOEDA ESTRANGEIRA</b>							
KFW	2018	1,78%	Euro	3.619	3.797	7.416	11.627
<b>Dívida em Moeda Estrangeira</b>				<b>3.619</b>	<b>3.797</b>	<b>7.416</b>	<b>11.627</b>
<b>MOEDA NACIONAL</b>							
Banco do Brasil S.A.	2018	112,00% do CDI	R\$	284.748	270.000	554.748	924.666
Nota Promissória – 7ª emissão	2017	128,00% do CDI	R\$	667.143	-	667.143	-
BNDES	2026	TJLP + 2,34%	R\$	7.892	65.497	73.389	81.339
Nota Promissória – 6ª emissão	2016	120,00% do CDI	R\$	-	-	-	1.440.907
Banco da Amazônia	2018	CDI + 1,90%	R\$	2.097	119.504	121.601	121.172
FINEP	2018	TJLP + 5% e TJLP + 8%	R\$	3.153	2.351	5.504	8.650
Banco do Brasil S.A.	2017	108,00% do CDI	R\$	150.683	-	150.683	433.876
Banco do Brasil S.A.	2018	132,90% do CDI	R\$	291.447	291.596	583.043	-
Consórcio Pipoca (2)	2018	IPCA	R\$	-	185	185	185
<b>Dívida em Moeda Nacional</b>				<b>1.407.163</b>	<b>749.133</b>	<b>2.156.296</b>	<b>3.010.795</b>
<b>Total de Empréstimos e Financiamentos</b>				<b>1.410.782</b>	<b>752.930</b>	<b>2.163.712</b>	<b>3.022.422</b>
<b>Debêntures</b>							
Debêntures (1) – 1ª série – 3ª Emissão	2017	CDI + 0,90%	R\$	543.208	-	543.208	539.943
Debêntures (1) – 2ª série – 3ª Emissão	2019	IPCA + 6,00%	R\$	14.657	278.464	293.121	274.893
Debêntures (1) – 3ª série – 3ª Emissão	2022	IPCA + 6,20%	R\$	50.734	932.772	983.506	922.329
Debêntures (1) – 1ª série – 4ª Emissão	2016	CDI + 0,85%	R\$	-	-	-	501.398
Debêntures (1) – 1ª série – 5ª Emissão	2018	CDI + 1,70%	R\$	711.295	700.000	1.411.295	1.411.646
Debêntures (1) – 1ª série – 6ª Emissão	2018	CDI + 1,60%	R\$	552.557	485.416	1.037.973	1.037.256
Debêntures (1) – 2ª série – 6ª Emissão	2020	IPCA + 8,07%	R\$	1.063	30.054	31.117	29.185
Debêntures (1) – 1ª série – 7ª Emissão	2021	140,00% do CDI	R\$	(7.322)	2.204.163	2.196.841	-
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia (3)				(13.179)	(4.009)	(17.188)	-
<b>Total de Debêntures</b>				<b>1.853.013</b>	<b>4.626.860</b>	<b>6.479.873</b>	<b>4.716.650</b>
<b>Total Geral – Consolidado e Controladora</b>				<b>3.263.795</b>	<b>5.379.790</b>	<b>8.643.585</b>	<b>7.739.072</b>

(1) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural.

(2) Crédito para integralização do capital social da Hidrelétrica Pipoca S.A.

(3) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos pela própria Companhia. Mais informações e características do fundo vide Nota Explicativa nº 27.

A composição consolidada dos empréstimos, financiamentos e debêntures, por moeda e indexador, com a respectiva amortização é como segue:

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024 em diante	Total
<b>Indexadores</b>									
IPCA (1)	66.454	139.347	154.239	322.876	307.827	317.186	-	-	1.307.929
CDI (2)	3.175.075	1.911.786	717.501	717.440	717.631	-	-	-	7.239.433
TJLP (3)	11.045	9.982	7.631	7.631	7.631	7.631	7.631	19.711	78.893
Euro	3.619	3.797	-	-	-	-	-	-	7.416
<b>Total</b>	<b>3.256.193</b>	<b>2.064.912</b>	<b>879.371</b>	<b>1.047.947</b>	<b>1.033.089</b>	<b>324.817</b>	<b>7.631</b>	<b>19.711</b>	<b>8.633.671</b>

(1) Índice Preço ao Consumidor Amplo – IPCA

(2) Certificado Depósito Interbancário – CDI

(3) Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP



As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram as seguintes variações:

Moeda	Variação % Acumulada em 2016	Variação % Acumulada em 2015	Indexador	Variação % Acumulada em 2016	Variação % Acumulada em 2015
Euro	(19,10)	31,71	IPCA	6,29	10,67
			CDI	14,06	13,23



A movimentação dos Empréstimos e Financiamentos é como segue:

	Consolidado	Controladora
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	-	<b>7.739.072</b>
<b>Saldo Inicial Para Fins de Consolidação</b>	<b>7.739.072</b>	-
Financiamentos Obtidos	3.461.965	3.461.965
Custos de Captação	(79.514)	(79.514)
<b>Financiamentos Obtidos líquidos dos Custos de Captação</b>	<b>3.382.451</b>	<b>3.382.451</b>
Varição Monetária e Cambial	73.509	73.509
Encargos Financeiros Provisonados	1.173.038	1.173.038
Encargos Financeiros Pagos	(1.116.060)	(1.116.060)
Amortização de Financiamentos	(2.591.237)	(2.591.237)
<b>Subtotal</b>	<b>8.660.773</b>	<b>8.660.773</b>
(-) FIC Pampulha - títulos emitidos pela própria Companhia	(27.102)	(17.188)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>8.633.671</b>	<b>8.643.585</b>

	Controladora
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>7.036.700</b>
Empréstimos Obtidos	3.160.000
Custos de Captação	(46.551)
<b>Financiamentos Obtidos líquidos dos Custos de Captação</b>	<b>3.113.449</b>
Varição Monetária e Cambial	117.855
Encargos Financeiros Provisonados	795.181
Encargos Financeiros Pagos	(773.691)
Amortização de Financiamentos	(2.550.422)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2015</b>	<b>7.739.072</b>

### Custos de empréstimos transferidos para investimentos

A Companhia não teve encargos de empréstimos e financiamentos vinculados a obras, transferidos para o Ativo Imobilizado no período de janeiro a dezembro de 2016.

### Captações de Recursos

As captações de recursos em 2016 estão demonstradas a seguir:

	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado
<b>Moeda Estrangeira</b>			
KFW	2018	1,78%	1.965
Nota Promissória – 7ª emissão	2017	128% do CDI	605.740
Debêntures 7ª emissão	2021	140% do CDI	2.195.200
Banco do Brasil	2018	132,90% do CDI	579.546
<b>Financiamentos Obtidos líquidos dos Custos de Captação</b>			<b>3.382.451</b>



### 7ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais

Em 01 de julho de 2016, a Cemig GT concluiu a sua 7ª emissão de notas promissórias comerciais, totalizando R\$620.000. Os recursos obtidos foram destinados ao pagamento da 2ª parcela da bonificação pela outorga de concessões de usinas hidrelétricas referentes ao Lote D do Leilão ANEEL 12/2015, bem como reforço de capital de giro da empresa. As notas promissórias têm prazo de 360 dias, com vencimento em 26 de junho de 2017, e pagam juros remuneratórios correspondentes a 128% da variação acumulada das taxas média dos Depósitos Interfinanceiros de um dia – DI, over extra grupo, que serão pagos na data de vencimento. Esta emissão possui aval de sua controladora, a Cemig.

### Emissão de Cédula de Crédito Bancário

A Cemig GT emitiu, em 24 de outubro de 2016, uma Cédula de Crédito Bancário em favor do Banco do Brasil, no valor total de R\$600 milhões de reais, com a finalidade de efetuar pagamento e/ou amortização de operações junto ao próprio Banco. Esse empréstimo possui taxa de juros de 132,90% do CDI a.a. e será pago em 4 parcelas semestrais, com vencimento final em outubro de 2018.

### 7ª Emissão de Debêntures

A Cemig GT realizou, em 29 de dezembro de 2016, sua 7ª emissão de Debêntures simples no valor de R\$2.240 milhões, em série única, com prazo de vigência de 5 anos. As debêntures irão contar com garantias reais e garantia adicional fidejussória. Os juros serão pagos, sem carência, mensalmente, à taxa de juros de 140% CDI a.a. até o 23º mês. A partir do 24º mês haverá pagamento do principal + juros e vencimento final em 29 de dezembro de 2021. Os recursos captados foram utilizados para o pagamento da 6ª Nota Promissória da Cemig GT e também para recomposição do caixa da Companhia.

### Garantias

Em 31 de dezembro de 2016 o saldo devedor dos empréstimos e financiamentos é garantido da seguinte forma:

	<b>Consolidado 31/12/2016</b>
Nota Promissória e Aval	6.423.911
Recebíveis	2.202.344
Sem Garantia	7.416
<b>TOTAL</b>	<b>8.633.671</b>



## Debêntures

As Debêntures de emissão da Companhia são do tipo “simples”, não conversíveis em ações e, em 31 de dezembro de 2016 possuem as seguintes características:

	Vencimentos	Tipo garantia	Encargos Financeiros Anuais	Saldo em 31/12/2016	Saldo em 31/12/2015
1ª Série – 3ª Emissão	2017	Quirografária	CDI + 0,90%	543.208	539.943
2ª Série – 3ª Emissão	2019	Quirografária	IPCA + 6,00%	293.121	274.893
3ª Série – 3ª Emissão	2022	Quirografária	IPCA + 6,20%	983.506	922.329
4ª Emissão	2016	Quirografária	CDI + 0,85%	-	501.398
5ª Emissão	2018	Quirografária	CDI + 1,70%	1.411.295	1.411.646
1ª Série – 6ª Emissão	2018	Quirografária	CDI*1,60%	1.037.973	1.037.256
2ª Série – 6ª Emissão	2020	Quirografária	IPCA + 8,07%	31.117	29.185
Debêntures (1) – 1ª série – 7ª Emissão	2021	Quirografária	140% do CDI	2.196.841	-
(-) Fic Pampulha				(27.102)	-
<b>TOTAL</b>				<b>6.469.959</b>	<b>4.716.650</b>

Para as Debêntures emitidas pela Companhia, não há cláusulas de repactuação e debêntures em tesouraria. Há cláusula de vencimento antecipado de qualquer obrigação pecuniária, decorrente de inadimplemento em obrigação de valor individual ou agregado, da Cemig GT ou sua controladora Cemig, superior a R\$50 milhões (“cross default”).

## Cláusulas Contratuais Restritivas – “Covenants”

A Companhia possui contratos com Cláusulas Restritivas (“Covenants”) atreladas a índices financeiros, conforme quadro a seguir:

Título	Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido Cemig GT	Índice Requerido Cemig (garantidora)	Exigibilidade de cumprimento
Financiamento – BNDES (1)	Patrimônio Líquido da Garantidora / Ativo Total da Garantidora	-	Manter índice de capitalização de no mínimo 30%	Anual
Cédula de Crédito Bancário – B. Brasil (2)	Dívida Líquida da Avalista / EBITDA da Avalista	-	Manter índice igual ou inferior a: 6,00 em 2016 5,26 em 2017 5,00 em 2018	Trimestral, a partir de dezembro de 2016
7ª emissão de debêntures (3)	Dívida Líquida / (Ebitda + Dividendos Recebidos)	Manter índice igual ou inferior a: 5,5 em 2017 5,0 em 2018 4,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Manter índice igual ou inferior a: 4,5 em 2017 4,25 em 2018 3,5 em 2019 3,0 em 2020 2,5 em 2021	Semestral, a partir de junho de 2017

- (1) Caso não consiga atingir o índice requerido, a Companhia terá seis meses, contados do fim do exercício social em que o índice foi apurado, para: (i) constituir garantias reais que, segundo avaliação do BNDES, representem 130,00% do valor do saldo devedor do contrato; ou (ii) apresentar balancete, auditado por auditor cadastrado na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que indique o retorno do índice requerido;
- (2) Cédula de Crédito Bancário emitida em favor do Banco do Brasil, em outubro de 2016, no valor de R\$600 milhões. Se for acordado com outros credores covenants financeiros adicionais ou mais restritivos, eles serão automaticamente incorporados na CCB.
- (3) 7ª emissão de debêntures da Cemig GT, em dezembro de 2016, no montante de R\$2.240 milhões.

Em 31 de dezembro de 2016, todas as cláusulas restritivas, referentes a índices financeiros da Cemig GT e sua controladora, foram atendidas.



## 20. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ativo</b>			
Reserva Global de Reversão – RGR (1)	48.379	48.379	-
	<b>48.379</b>	<b>48.379</b>	-
<b>Passivo</b>			
Reserva Global de Reversão – RGR	-	-	11.942
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	22.316	20.535	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	7.838	7.838	5.205
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	1.469	1.251	1.641
Programa de Incentivo às Fontes Altern. de Energia Elétrica – PROINFA	7.720	7.721	6.550
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico - FNDCT	4.057	3.659	4.514
Pesquisa e Desenvolvimento	152.472	151.146	113.771
Pesquisa Expansão Sistema Energético	2.151	1.969	2.396
	<b>198.023</b>	<b>194.119</b>	<b>146.019</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>48.379</b>	<b>48.379</b>	-
<b>Passivo Circulante</b>	<b>69.955</b>	<b>67.377</b>	<b>56.019</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>128.068</b>	<b>126.742</b>	<b>90.000</b>

(1) A Cemig GT solicitou à Aneel a revisão dos valores pagos, em exercícios anteriores, referentes à RGR em função da base de cálculo utilizada na época para cálculo do encargo. Somente após a conclusão da Aneel, em 2016, que julgou procedente o pedido da Cemig GT, conforme Nota Técnica Aneel 162/2016, é que a Cemig GT reconheceu o direito de recuperar o valor de R\$119.264, a ser compensado com RGR a pagar.

## 21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

### Fundo de Pensão Forluz (Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados)

A Companhia é uma das patrocinadoras da Fundação Forluminas de Seguridade Social – Forluz, pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.



A Cemig Geração e Transmissão mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribui para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

### **Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Demonstrações Financeiras**

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 R1/IAS 19 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2016.

Foi reconhecida pela Companhia uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao Fundo de pensão no montante de R\$178.099 em 31 de dezembro de 2016 (R\$183.659 em 31 de dezembro de 2015). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela Companhia e está sendo amortizado até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price) e reajustadas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acrescido de 6% ao ano. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia mantém o registro integral da dívida, de forma específica, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

#### Informações atuariais

<b>2016</b>	<b>Plano de Pensão e Suplementação de Aposentados</b>	<b>Plano de Saúde</b>	<b>Plano Odontológico</b>	<b>Seguro de Vida</b>	<b>Total Consolidado</b>
Valor Presente das Obrigações	2.199.918	356.833	7.662	184.867	2.749.280
Valor Justo dos Ativos do Plano	(1.860.778)	-	-	-	(1.860.778)
<b>Passivo Líquido inicial</b>	<b>339.140</b>	<b>356.833</b>	<b>7.662</b>	<b>184.867</b>	<b>888.502</b>
Ajuste ao Teto de Ativo ( <i>Asset Ceiling</i> )	17.959	-	-	-	17.959
<b>Passivo Líquido no Balanço Patrimonial</b>	<b>357.099</b>	<b>356.833</b>	<b>7.662</b>	<b>184.867</b>	<b>906.461</b>



As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
<b>Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2014 (Controladora)</b>	<b>1.823.736</b>	<b>235.675</b>	<b>6.394</b>	<b>158.605</b>	<b>2.224.410</b>
Custo do Serviço Corrente	1.407	1.684	52	867	4.010
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	209.663	28.328	769	18.855	257.615
<b>Perdas (Ganhos) Atuariais:</b>					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	8.777	9.047	201	(16.812)	1.213
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	(192.736)	27.181	(150)	(28.696)	(194.401)
Decorrentes de ajustes com base na experiência	114.038	(6.858)	(584)	16.439	123.035
	(69.921)	29.370	(533)	(29.069)	(70.153)
Alterações no plano - Serviço Passado	-	-	-	(19.616)	(19.616)
Benefícios pagos	(161.247)	(17.405)	(509)	(2.943)	(182.104)
<b>Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2015 (Controladora)</b>	<b>1.803.638</b>	<b>277.652</b>	<b>6.173</b>	<b>126.699</b>	<b>2.214.162</b>
Custo do Serviço Corrente	1.703	1.907	43	586	4.239
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	227.226	36.478	811	16.538	281.053
<b>Perdas (Ganhos) Atuariais:</b>					
Decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	(273)	-	-	11	(262)
Decorrentes de mudanças nas premissas financeiras	287.894	80.961	1.791	39.841	410.487
Decorrentes de ajustes com base na experiência	58.049	(17.722)	(693)	3.945	43.579
	345.670	63.239	1.098	43.797	453.804
Benefícios pagos	(178.319)	(22.443)	(463)	(2.753)	(203.978)
<b>Obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2016 (Consolidado e Controladora)</b>	<b>2.199.918</b>	<b>356.833</b>	<b>7.662</b>	<b>184.867</b>	<b>2.749.280</b>

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria
<b>Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2014 (Controladora)</b>	<b>1.813.406</b>
Retorno real dos investimentos	(185.842)
Contribuições do Empregador	26.375
Benefícios pagos	(161.247)
<b>Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2015 (Controladora)</b>	<b>1.492.692</b>
Retorno real dos investimentos	517.626
Contribuições do Empregador	28.779
Benefícios pagos	(178.319)
<b>Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2016 (Consolidado e Controladora)</b>	<b>1.860.778</b>

A Companhia realizou modificações no seguro de vida, em 2015, que implicaram em alterações no limite máximo do capital segurado. A alteração mencionada implicou em uma redução nas obrigações pós-emprego, em contrapartida ao resultado de 2015, no montante de R\$19.616.



Os valores reconhecidos na Demonstração de Resultado de 2016 e 2015 são como segue:

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	1.703	1.907	43	586	4.239
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	227.226	36.478	811	16.538	281.053
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(185.040)	-	-	-	(185.040)
<b>Despesa Total em 2016 conforme cálculo atuarial</b>	<b>43.889</b>	<b>38.385</b>	<b>854</b>	<b>17.124</b>	<b>100.252</b>

Controladora	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	1.407	1.684	52	867	4.010
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	209.663	28.328	769	18.855	257.615
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(209.916)	-	-	-	(209.916)
Custo do serviço passado	-	-	-	(19.616)	(19.616)
<b>Despesa Conforme Cálculo Atuarial</b>	<b>1.154</b>	<b>30.012</b>	<b>821</b>	<b>106</b>	<b>32.093</b>
Ajuste Referente à Dívida com a Forluz	27.956	-	-	-	27.956
<b>Despesa Total em 2015</b>	<b>29.110</b>	<b>30.012</b>	<b>821</b>	<b>106</b>	<b>60.049</b>

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
<b>Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2014 (Controladora)</b>	<b>180.924</b>	<b>235.675</b>	<b>6.394</b>	<b>158.605</b>	<b>581.598</b>
Despesa Reconhecida no Resultado	29.110	30.012	821	19.722	79.665
Contribuições Pagas	(26.375)	(17.405)	(509)	(2.943)	(47.232)
Alterações no plano - Serviço Passado	-	-	-	(19.616)	(19.616)
Perdas (Ganhos) atuariais ( * )	127.287	29.370	(533)	(29.069)	127.055
<b>Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2015 (Controladora)</b>	<b>310.946</b>	<b>277.652</b>	<b>6.173</b>	<b>126.699</b>	<b>721.470</b>
Despesa Reconhecida no Resultado	43.889	38.385	854	17.124	100.252
Contribuições Pagas	(28.779)	(22.443)	(463)	(2.753)	(54.438)
Perdas atuariais ( * )	31.043	63.239	1.098	43.797	139.177
<b>Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2016 (Consolidado e Controladora)</b>	<b>357.099</b>	<b>356.833</b>	<b>7.662</b>	<b>184.867</b>	<b>906.461</b>
				<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Passivo Circulante</b>				45.377	38.048
<b>Passivo Não Circulante</b>				861.084	683.422

( \* ) Reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido

Em 2016 e 2015, as despesas relacionadas à dívida com a Forluz foram registradas no resultado financeiro, por representarem juros e variação monetária. As demais despesas com o Fundo de Pensão e com os planos de saúde, odontológico e seguro de vida foram registradas como despesas operacionais.



A estimativa para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2017 é como segue:

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Custo do Serviço Corrente	1.286	2.539	59	772	4.656
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	221.417	37.126	797	19.260	278.600
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(185.467)	-	-	-	(185.467)
<b>Despesa total em 2017 conforme cálculo atuarial</b>	<b>37.236</b>	<b>39.665</b>	<b>856</b>	<b>20.032</b>	<b>97.789</b>

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2017 é como segue:

Consolidado	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Estimativa de pagamento de benefícios	186.343	23.453	484	2.877	213.157

A Companhia tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2017 no montante de R\$30.074 e R\$27.796 para o Plano de Contribuição Definida (registro diretamente no resultado do exercício).

Os prazos médios de vencimento das obrigações dos planos de benefício, em anos, são os seguintes:

Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Plano A	Plano B			
9,58	11,83	13,38	13,38	11,83

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	2016 Consolidado	2015 Controladora
Ações de empresas brasileiras	3,91%	6,86%
Títulos de Renda Fixa	75,46%	66,82%
Imóveis	7,73%	9,36%
Outros	12,90%	16,96%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Os ativos do Plano de Pensão incluem os seguintes ativos, avaliados pelo valor justo, da Cemig Geração e Transmissão:

	2016 Consolidado	2015 Controladora
Debêntures não conversíveis emitidas pela Patrocinadora	178.618	169.880
Imóveis da Forluz ocupados pela Patrocinadora	152.650	49.450
	<b>331.268</b>	<b>219.330</b>



As principais premissas atuariais são conforme segue:

	2016 Consolidado	2015 Controladora
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	10,50%	13,20%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	10,50%	13,20%
Taxa anual de inflação de longo prazo	4,50%	5,50%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	6,59%	7,61%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Álvaro vindas	Álvaro vindas
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	AT 49	AT 49

A seguir, apresenta-se uma análise de sensibilidade considerando os efeitos de mudanças nas principais premissas atuariais utilizadas para determinar a obrigação de benefício definido em 31 de dezembro de 2016:

Efeitos na obrigação de benefício definido	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total Consolidado
Desagravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	61.242	5.377	116	-	66.735
Agravamento da tábua de mortalidade em 1 ano	-	-	-	6.935	6.935
Decréscimo de 1% na taxa de desconto	226.530	45.645	983	34.916	308.074

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado utilizando-se o método do Crédito Unitário Projetado, mesmo método utilizado para calcular a obrigação de benefício definido reconhecida no Balanço Patrimonial. A Companhia não realizou alterações nos métodos utilizados para calcular suas obrigações pós-emprego para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

## 22. PROVISÕES

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, cíveis, tributárias, ambientais, regulatórias e outros assuntos.

A Companhia constituiu provisões para as ações cuja expectativa de perda é considerada provável, baseada na sua avaliação e de seus assessores legais, para as quais será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Controladora 31/12/2015	Consolidado 31/12/2015	Saldo inicial para fins de consolidação	Adições	Reversões	Liquidações	Consolidado e Controladora 31/12/2016
Trabalhistas	44.559	-	44.559	18.629	(3.383)	(13.519)	46.286
Cíveis	305	-	305	222	-	(163)	364
Tributárias	5.161	-	5.161	2.054	(67)	(3)	7.145
Regulatórias	2.670	-	2.670	273	(2.620)	(273)	50
Outras	25.015	-	25.015	27.623	(3)	(1.184)	51.451
<b>Total</b>	<b>77.710</b>	<b>-</b>	<b>77.710</b>	<b>48.801</b>	<b>(6.073)</b>	<b>(15.142)</b>	<b>105.296</b>



Controladora	Saldo em 31/12/2014	Adições	Reversões	Liquidações	Saldo em 31/12/2015
Trabalhistas	54.482	3.057	(10.045)	(2.935)	44.559
Cíveis	93	219	-	(7)	305
Tributárias	3.652	1.733	(216)	(8)	5.161
Ambientais	851	-	(851)	-	-
Regulatórias	1.446	2.797	(1.406)	(167)	2.670
Outras	32.220	232	(7.204)	(233)	25.015
<b>Total</b>	<b>92.744</b>	<b>8.038</b>	<b>(19.722)</b>	<b>(3.350)</b>	<b>77.710</b>

A Administração da Companhia, tendo em vista os prazos e a dinâmica dos sistemas judiciário, tributário e regulatório, acredita não ser praticável fornecer informações úteis aos usuários destas Demonstrações Financeiras a respeito do momento de eventuais saídas de caixa, bem como de qualquer possibilidade de reembolsos. A Companhia acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das suas operações e da sua posição financeira.

Os detalhes sobre as principais provisões e passivos contingentes são como segue, sendo esta a melhor expectativa para os desembolsos futuros para estas contingências:

**Provisões constituídas para processos com expectativa de perda provável e passivos contingentes vinculados, relativos aos processos com expectativa de perda possível.**

Trabalhistas

A Companhia é parte em diversas ações movidas por seus empregados e por empregados de empresas prestadoras de serviços. Essas ações versam, de modo geral, sobre horas extras, adicionais, verbas rescisórias, benefícios diversos, ajustes salariais e reflexos em plano de aposentadoria complementar. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$135.739 (R\$128.889 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$46.286 (R\$44.559 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

Tributárias

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos, onde são discutidos, dentre outros, assuntos relativos ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU), ao Programa de Integração Social (PIS), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e aos embargos à execução fiscal. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$114.865 (R\$97.938 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$7.145 (R\$6.338 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.



### Regulatórias

A Companhia é ré em processos administrativos e judiciais onde são questionadas, principalmente, a redução de contrato de fornecimento de energia elétrica, a limitação de procedimento para operação de barragem de usina, auto de infração decorrente de fiscalização do órgão regulador, dentre outras. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$20.958 (R\$16.145 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$50 (R\$2.670 em 31 de dezembro de 2015) foram provisionados, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar estas discussões.

### Outros Processos no Curso Normal dos Negócios

#### *Quebra de Contrato – Prestação de Serviço de Limpeza de Faixas de Servidão e Aceiros*

A Companhia é parte em discussões quanto alegados prejuízos sofridos decorrentes de supostos descumprimentos contratuais quando da prestação de serviço de limpeza de faixas de servidão e aceiros. O valor provisionado foi de R\$28.389 (R\$23.653 em 31 de dezembro de 2015), sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão.

#### *Outras Ações*

A Companhia é parte em processo onde se discute a remoção de moradores em áreas de acesso ou sob as torres de linha de transmissão. O valor provisionado foi de R\$21.407, sendo esta a estimativa provável de recursos para liquidar esta discussão, amparada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia.

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$65.726 (R\$47.999 em 31 de dezembro de 2015), dos quais R\$1.655 foram provisionados (R\$1.667 em 31 de dezembro de 2015). A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

**Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada possível e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para a defesa judicial.**

### Impostos e Demais Contribuições

A Companhia é parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:



### *Indenização do Anuênio*

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$41.860, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiram o depósito judicial no valor de R\$28.716, que atualizado representa o valor de R\$60.126 (R\$55.775 em 31 de dezembro de 2015), registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$68.403 (R\$62.181 em 31 de dezembro de 2015) e, com base nos argumentos acima, Administração classificou a probabilidade de perda como possível.

### *Contribuições Previdenciárias*

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Companhia, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados - PLR, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, auxílio alimentação, Adicional Aposentadoria Especial, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat e multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$244.659 (R\$219.594 em 31 de dezembro de 2015). A Administração classificou a probabilidade de perda como possível tendo em vista, inclusive, a avaliação de perda na esfera judicial, fundamentada na avaliação dos pedidos e precedentes jurisprudência relativa.

### *Não Homologação da Compensação de Créditos Tributários*

A Receita Federal do Brasil não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de saldos negativos nas Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica – DIPJ, além de pagamentos a maior, identificados pelos DARF's e/ou DCTF's, envolvendo os seguintes tributos: IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A Companhia está contestando a não homologação das compensações. O valor da contingência é de R\$115.057 (R\$272.457 em 31 de dezembro de 2015) e a probabilidade de perda foi classificada como possível, em razão do atendimento dos requisitos legais pertinentes, constantes no Código Tributário Nacional (CTN).

A Receita Federal ajustou o saldo devedor dos processos onde se discute o alargamento da base de cálculo do PIS e da COFINS sendo o valor atual de R\$58.439 (R\$215.296 em 31 de dezembro de 2015) tendo sido este o principal fator da redução do valor da contingência.



### *Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)*

A Receita Federal do Brasil lavrou auto de infração em razão da não adição ou dedutibilidade indevida de valores da base de cálculo da CSLL, com destaque para as parcelas relativas a: i) tributos com exigibilidade suspensa; ii) doações e patrocínios (Lei nº 8.313/91); e iii) multas por infrações de naturezas diversas. O montante desta contingência é de R\$52.045 (R\$46.020 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia classificou a probabilidade de perda como possível em conformidade à análise da jurisprudência relativa à questão.

### Questões Regulatórias

#### *Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)*

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, à recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$263.847 (R\$230.346 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE.

A Companhia classificou a possibilidade de perda como possível em decorrência de se tratar de Acordo Geral do Setor Elétrico, no qual a Companhia possui documentação hábil para suas alegações.

#### *Encargos de Serviços do Sistema - Resolução do Conselho Nacional de Política Energética*

A Resolução CNPE nº 3, de 6 de março de 2013, estabeleceu novos critérios para o Rateio do custo do despacho adicional de usinas termelétricas. Pelos novos critérios, o custo dos Encargos do Serviço do Sistema (ESS) por motivo de segurança energética, que era rateado integralmente entre os consumidores livres e distribuidoras, passaria a ser rateado por todos os agentes do Sistema Interligado Nacional (SIN), inclusive geradores e comercializadores.

Em maio de 2013, a Associação Brasileira dos Produtores Independentes de Energia Elétrica (APINE), da qual a Companhia é associada, obteve liminar suspendendo os efeitos dos artigos 2º e 3º da Resolução CNPE nº 3, isentando os geradores do pagamento do ESS em conformidade à Resolução mencionada.



Em decorrência da Liminar, a CCEE efetuou a liquidação financeira de abril a dezembro de 2013, utilizando-se dos critérios anteriores à Resolução mencionada. Dessa forma, a Companhia efetuou o registro dos custos do ESS em conformidade aos critérios de liquidação financeira divulgados pela CCEE, sem os efeitos da Resolução CNPE nº 3.

Os pedidos da Autora (APINE) foram julgados procedentes em primeira instância, confirmando o provimento liminar concedido às suas associadas, dentre elas a Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias. Esta decisão foi objeto de Recurso de Apelação distribuído à 7ª Turma do TRF – 1ª Região, que aguarda julgamento.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$182.232 (R\$155.251 em 31 de dezembro de 2015). Apesar da decisão favorável em 1ª instância, os assessores jurídicos da Associação ainda consideraram o risco de perda desta contingência como possível, com o que a Companhia concorda uma vez que ainda não há elementos que permitam prever o resultado do julgamento do Recurso de Apelação interposto pela União Federal.

### Questões Ambientais

#### *Impactos Ambientais Decorrentes de Construção de Usinas*

Determinada associação do meio ambiente requereu, por meio de ação civil pública, indenização por suposto dano ambiental coletivo em função da construção e operação da usina hidrelétrica de Nova Ponte.

Em decorrência de alterações promovidas na legislação ambiental e uniformização da jurisprudência, a Companhia, reavaliou os valores dos pedidos requeridos na ação para R\$375.534 (R\$314.015 em 31 de dezembro de 2015). Com base na decisão de primeira instância, que julgou improcedente os pedidos formulados pela parte contrária, a Administração reavaliou a probabilidade de perda classificando-a como remota.

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais, determinadas associação e particulares distribuíram Ações Cíveis Públicas (ACP's) e Ações Populares requerendo que a Companhia invista, no mínimo, 0,5% da receita operacional bruta anual das usinas Emborcação, Pissarrão, Funil, Volta Grande, Poquim, Paraúna, Miranda, Nova Ponte, Rio de Pedras e Peti, desde 1997, na proteção e na preservação ambiental dos mananciais hídricos existentes nos municípios onde estão localizadas as usinas, e indenização proporcional aos danos ambientais causados, que não possam ser recuperados, decorrentes da omissão no cumprimento da Lei do Estado de Minas Gerais nº 12.503/1997. A Companhia interpôs recursos para o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e para o Supremo Tribunal Federal (STF). A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que se trata de discussão de matéria de índole infraconstitucional (existência de Lei Federal com objeto análogo) e matéria constitucional no que se refere à constitucionalidade ou não da norma estadual, a decisão final compete ao STJ e ao STF. Nenhuma provisão foi constituída, uma vez que



a Administração classificou a probabilidade de perda como possível e o valor da contingência é de R\$112.704 (R\$99.000 em 31 de dezembro de 2015).

O Ministério Público do Estado de Minas Gerais ajuizou ações civis públicas requerendo a formação de Área de Preservação Permanente (APP) no entorno do reservatório da usina hidrelétrica de Capim Branco, suspensão dos efeitos das licenças ambientais e recuperação de supostos danos ambientais. A Companhia, baseada na opinião de seus assessores jurídicos acerca das alterações ocorridas no novo código florestal e na jurisprudência relativa ao tema, classificou a probabilidade de perda nesta discussão como possível, e o valor estimado da contingência é de R\$73.169 (R\$64.338 em 31 de dezembro de 2015).

#### *Outras Questões Ambientais*

A Companhia está envolvida em assuntos ambientais, os quais se referem a áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante de R\$30.839 (R\$23.202 em 31 de dezembro de 2015), para os quais não há saldo provisionado pois a Administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, classificou a probabilidade de perda como possível.

#### Outros Passivos Contingentes

##### *Alteração do índice de correção monetária dos processos trabalhistas*

O Tribunal Superior do Trabalho (TST), considerando posição adotada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em duas ações diretas de inconstitucionalidade que tratavam do índice de correção monetária de precatórios federais, decidiu, em 04 de agosto de 2015, que os créditos trabalhistas deveriam ser atualizados com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E), em substituição à Taxa Referencial (TR), para as ações trabalhistas que discutissem dívidas posteriores a 30 de junho de 2009 nos processos em aberto. Em 16 de outubro de 2015, foi publicada liminar concedida pelo STF que suspendeu os efeitos da decisão do TST, por entender que é competência exclusiva do STF apreciar a existência de repercussão geral da matéria constitucional.

O valor estimado da diferença entre os índices de correção monetária dos processos trabalhistas é de R\$17.052 (R\$16.062 em 31 de dezembro de 2015), e nenhuma provisão adicional foi constituída, em decorrência da Companhia, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, ter avaliado a probabilidade de perda como possível, em decorrência da decisão do STF e da inexistência de posicionamento jurisprudencial consolidado ou análise da doutrina acerca do tema, após a liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal.



## 23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Capital Social da Companhia é de R\$1.837.710, representado por 2.896.785.358 ações ordinárias nominativas, subscritas e integralizadas, sem valor nominal, de propriedade integral da Companhia Energética de Minas Gerais.

### (a) Reservas

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Reservas de Lucros</b>		
Reserva Legal	119.307	115.814
Reserva Incentivos Fiscais – SUDENE (1)	44.870	44.594
Reserva de Retenção de Lucros	2.310.482	2.325.471
	<b>2.474.659</b>	<b>2.485.879</b>

(1) Mais detalhes na Nota Explicativa nº 11

#### Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

#### Reserva de Retenção de Lucros

As Reservas de Retenção de Lucros referem-se aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia e amortizações de empréstimos e financiamentos. As retenções são suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos períodos em referência.

#### Reserva de Incentivos Fiscais

A Receita Federal do Brasil reconheceu o direito à redução de 75% do Imposto de Renda, inclusive do adicional, calculado com base no lucro da exploração na região da Sudene pelo prazo de 10 anos, a partir do ano-calendário de 2014. O valor total do incentivo registrado foi de R\$44.870 (R\$44.594 em 2015). Esta reserva não pode ser utilizada para o pagamento de dividendos.

### (b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício, à sua Controladora antes da Reserva Legal.



Os dividendos declarados, obrigatórios ou extraordinários, são pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 31 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O Art. 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, permitiu a dedutibilidade, para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social, dos Juros sobre Capital Próprio pagos aos acionistas, que no caso da Cemig Geração e Transmissão foram calculados com base na variação da TJLP sobre o Patrimônio Líquido.

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 21 de dezembro de 2016, deliberou pagamentos de Juros sobre o Capital Próprio em 2016 no montante de R\$300.000. Os benefícios fiscais decorrentes dos pagamentos foram de R\$102.000, reconhecidos no resultado do exercício de 2016 (R\$66.438 em 2015). Do valor total de R\$300.000, R\$83.246 terão como contrapartida os lucros acumulados e R\$216.754 em contrapartida à reserva de retenção de lucros.

O cálculo dos dividendos para o exercício de 2016 e 2015 foram conforme segue:

	31/12/2016	31/12/2015
<b>Dividendos Obrigatórios</b>		
Resultado do Exercício	69.868	2.316.273
Dividendo Obrigatório – 50% do lucro líquido	34.934	1.158.137
Imposto de Renda na Fonte sobre os Juros sobre o Capital Próprio	45.000	29.311
	<b>79.934</b>	<b>1.187.448</b>
<b>Dividendos Declarados</b>		
Juros sobre Capital Próprio	83.246	195.407
Dividendos intermediários	-	440.000
Dividendos Estatutários	216.754	552.041
	300.000	1.187.448
<b>Dividendos por ação</b>		
Dividendos Obrigatórios	<b>0,0276</b>	<b>0,4099</b>
Dividendos Registrados	<b>0,1036</b>	<b>0,4099</b>

A Deliberação CVM 683/2012 estabelece no seu inciso III, que os juros pagos ou creditados, a título de remuneração do capital próprio, somente poderão ser imputados ao dividendo obrigatório pelo seu valor líquido do imposto de renda na fonte.

#### Destinação do Resultado de 2016 - Proposta da Administração

O Conselho de Administração encaminhará à Assembleia Geral Ordinária (“AGO”), a ser realizada até o dia 12 de maio de 2017, a seguinte proposta de destinação do Lucro Líquido de 2016, no montante de R\$69.868, e ao saldo de lucros acumulados decorrente da realização de parcela da Reserva de Ajustes de Avaliação, no montante de R\$16.871:

- R\$3.493 para constituição de Reserva Legal;
- R\$83.246 milhões para pagamento de Juros sobre o Capital Próprio.



### Lucro por ação – básico e diluído

O Lucro por ação foi calculado com base na média ponderada do número de ações ordinárias da Companhia em cada um dos períodos mencionados, conforme segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Quantidade de Ações	2.896.785.358	2.896.785.358
Lucro do período	69.868	2.316.273
Lucro por ação – básico e diluído (em R\$)	0,0241	0,7996

As opções de compra e venda de investimentos descritas na nota explicativa nº 14 tem potencialmente o poder de diluir os resultados por ação básicos no futuro, entretanto, não provocaram diluição no lucro por ação nos períodos apresentados.

### Ajustes de avaliação patrimonial

	31/12/2016	31/12/2015
Ajustes de Passivos Atuariais – Benefícios a Empregados	(235.365)	(143.508)
Variação de valor justo de ativo financeiro disponível para venda de controlada em conjunto	33.853	14.433
Ajuste de conversão de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes em controlada em conjunto	-	90
Custo Atribuído de Imobilizado	472.338	489.208
<b>Ajustes de avaliação patrimonial</b>	<b>270.826</b>	<b>360.223</b>

Os valores registrados como custo atribuído dos ativos de geração devem-se a avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009. A avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais.

Os ajustes de conversão de equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes referem-se a participação da Renova na Terraform.

## 24. RECEITA

A composição da Receita da Companhia é conforme segue:

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Fornecimento bruto de energia elétrica – com impostos (a)	6.576.277	6.414.792	5.915.764
Receita de Transmissão – com impostos (b)	410.294	410.506	339.325
Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga * (c)	299.537	115.274	-
Receita de Construção (d)	53.824	53.824	146.030
Transações com energia na CCEE (e)	152.456	152.456	2.355.605
Receita de Indenização da Transmissão (f)	751.101	751.101	100.528
Outras receitas operacionais	37.163	45.650	25.911
Impostos e Encargos Incidentes sobre as Receitas (g)	(1.471.677)	(1.448.842)	(1.505.965)
	<b>6.808.975</b>	<b>6.494.761</b>	<b>7.377.198</b>

(\*) Líquida da atualização financeira da parcela remanescente a pagar pela Outorga



### (a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	Consolidado		Controladora			
	MWh (*)	R\$	MWh (*)		R\$	
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Industrial	15.494.833	3.468.182	15.494.833	18.465.652	3.468.182	3.630.137
Comercial	832.443	215.144	832.443	366.787	215.144	89.521
<b>Subtotal</b>	<b>16.327.276</b>	<b>3.683.326</b>	<b>16.327.276</b>	<b>18.832.439</b>	<b>3.683.326</b>	<b>3.719.658</b>
Fornec. Não Faturado, Líquido	-	(36.558)	-	-	(36.558)	(3.274)
	<b>16.327.276</b>	<b>3.646.768</b>	<b>16.327.276</b>	<b>18.832.439</b>	<b>3.646.768</b>	<b>3.716.384</b>
Suprim. Outras Concessionárias (**)	12.601.237	2.670.957	12.601.237	11.133.516	2.555.027	2.350.386
Suprimento não Faturado Líquido	-	258.552	-	-	212.997	(151.006)
	<b>28.928.513</b>	<b>6.576.277</b>	<b>28.928.513</b>	<b>29.965.955</b>	<b>6.414.792</b>	<b>5.915.764</b>

(\*) Informações, em MWh, não auditadas pelos auditores independentes.

(\*\*) Inclui Contrato de vendas no ACR às distribuidoras, vendas no ACL às comercializadoras e geradoras e contratos bilaterais com outros agentes.

### (b) Receita de Transmissão

A Receita de Transmissão compreende a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção da rede de linhas de transmissão pertencentes ao Sistema Nacional Interligado – SIN, denominada Rede Básica.

### (c) Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga

Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015. Mais detalhes vide nota explicativa nº 13 destas Demonstrações Financeiras.

### (d) Receita de Construção

A Receita de Construção corresponde aos investimentos em ativos da concessão de transmissão realizados pela Companhia no período e é totalmente compensada pelos custos de construção.

### (e) Receita com Transações com energia na CCEE

A receita com transações com energia na CCEE corresponde à apuração mensal do resultado líquido positivo das liquidações das operações de compra e venda de energia elétrica no Mercado de Curto Prazo, no âmbito da CCEE.



### (f) Receita de Indenização de Transmissão

Em 2016 a Companhia reconheceu receita no valor de R\$751.101, conforme eventos descritos a seguir:

- R\$20.381 referente à diferença entre o valor da revisão preliminar da ANEEL, que foi de R\$1.157.106 em 23 de fevereiro de 2015, do Laudo enviado pela Companhia, e a revisão final;
- R\$43.735 referente à atualização pelo IGP-M, até maio de 2016, do saldo de indenização a receber;
- R\$90.442 referente à diferença entre as variações dos índices IGP-M e IPCA, considerando que a companhia havia atualizado o saldo a receber, até maio de 2016, pelo IGP-M;
- R\$437.911 referente ao custo de capital próprio considerando a taxa de 10,44% a.a..
- R\$158.632 referente à atualização do saldo de indenização a receber, pelo IPCA e pelo custo de capital próprio, conforme Portaria MME nº120, no período de julho a dezembro de 2016.

Mais detalhes na nota explicativa nº 13 destas Demonstrações Financeiras.

### (g) Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
<b>Tributos sobre a Receita</b>			
ICMS	552.507	552.507	568.308
COFINS	543.587	533.215	540.965
PIS-PASEP	118.009	115.761	117.415
ISSQN	1.849	1.850	1.176
	<b>1.215.952</b>	<b>1.203.333</b>	<b>1.227.864</b>
<b>Encargos do Consumidor</b>			
Reserva Global de Reversão – RGR	(20.146)	(20.146)	32.821
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	33.933	33.933	25.158
PROINFA	42.827	42.827	27.460
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	24.098	22.802	28.572
Fundo Nacional de Desen.Científico e Tecnológico - FNDCT	24.098	22.802	28.572
Pesquisa Expansão Sistema Energético - EPE	12.051	11.401	14.286
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	18.123	16.816	21.897
Compensação Financ. Pela Utilização de Recursos Hídricos - CFURH	120.741	115.074	99.335
	<b>255.725</b>	<b>245.509</b>	<b>278.101</b>
	<b>1.471.677</b>	<b>1.448.842</b>	<b>1.505.965</b>



## 25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal(a)	379.050	374.263	334.845
Participação dos Empregados no Resultado	855	855	35.383
Obrigações Pós-Emprego	77.034	77.034	30.939
Materiais	13.174	12.537	15.589
Matéria-Prima e Insumos para Produção de Energia	40	40	83.723
Serviços de Terceiros (b)	140.550	133.666	159.432
Depreciação e Amortização	182.785	182.785	252.897
Provisões	97.765	97.765	106.443
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	317.994	296.951	293.484
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	3.052.167	3.052.165	2.601.484
Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão (d)	53.824	53.824	146.030
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos (e)	77.767	77.552	73.380
	<b>4.393.005</b>	<b>4.359.437</b>	<b>4.133.629</b>

a) Despesa com Pessoal	Consolidado	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Remunerações e Encargos	309.833	305.046	289.969
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Cont. Definida	25.618	25.618	21.687
Benefícios Assistenciais	37.761	37.761	30.849
	<b>373.212</b>	<b>368.425</b>	<b>342.505</b>
(-) Custos com Pessoal Transferido para o Ativo	(15.214)	(15.214)	(8.134)
	<b>357.998</b>	<b>353.211</b>	<b>334.371</b>
Reversão Prêmio Aposentadoria	(2.273)	(2.273)	-
Programa de Desligamento Voluntário de empregados	23.325	23.325	474
	<b>379.050</b>	<b>374.263</b>	<b>334.845</b>

Em abril de 2016 a Companhia criou o Programa de Desligamento Voluntário de empregados (PDVP), sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tivessem tempo de serviço na Cemig igual ou superior a 25 anos até 31 de dezembro de 2016. O PDVP previa o pagamento das verbas rescisórias, previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação. O desligamento dos empregados ocorreu no período de 02 de junho a 20 de outubro de 2016, conforme diretrizes da Companhia.

b) Serviços de Terceiros	Consolidado	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Comunicação	5.003	4.983	5.824
Manutenção e Conservação de Instalações e Equip. Elétricos	17.078	16.146	34.981
Conservação e Limpeza de Prédios	28.530	25.534	27.042
Mão de Obra Contratada	3.914	3.914	708
Fretes e Passagens	2.313	2.313	3.423
Hospedagem e Alimentação	3.021	3.016	4.784
Vigilância	14.004	12.995	14.752
Consultoria	4.441	4.378	6.553
Manutenção e Conservação de Móveis Utensílios	9.882	9.872	5.290
Manutenção e Conservação de Veículos	3.180	3.028	3.386
Energia Elétrica	4.854	4.660	3.283
Meio Ambiente	14.680	13.588	16.589
Limpeza de Faixas	1.498	1.491	2.240
Serviços de Reprografia	1.101	1.098	1.549
Serviços advocatícios e Custas Processuais	4.615	4.615	4.171
Outros	22.436	22.035	24.857



	140.550	133.666	159.432
--	---------	---------	---------

c) Energia Elétrica Comprada para Revenda	Consolidado	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Energia de curto prazo - CCEE	68.980	68.978	30.844
Energia adquirida no Ambiente Livre	3.279.164	3.279.164	2.762.181
Créditos de PASEP/COFINS	(295.977)	(295.977)	(191.541)
	<b>3.052.167</b>	<b>3.052.165</b>	<b>2.601.484</b>

d) Custo de Construção de Infraestrutura de Transmissão	Consolidado	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Pessoal	1.014	1.014	778
Materiais	24.832	24.832	81.892
Serviços de Terceiros	26.137	26.137	61.759
Outros	1.841	1.841	1.601
	<b>53.824</b>	<b>53.824</b>	<b>146.030</b>

(e) Outros Custos e Despesas Operacionais	Consolidado	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Arrendamentos e Aluguéis	28.440	28.427	19.981
Propaganda e Publicidade	1.019	1.019	2.022
Subvenções e Doações	1.988	1.988	18.880
Despesa Concessão Onerosa	2.889	2.889	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	1.689	1.652	1.471
Contribuição ao MAE	3.924	3.924	4.098
Seguros	3.357	3.357	2.876
Prejuízo (Ganho) Líquido na Desativação e Alienação de Bens	446	446	7.141
FORLUZ – Custeio Administrativo	5.665	5.665	4.770
Outros	33.246	33.081	12.141
	<b>82.663</b>	<b>82.448</b>	<b>73.380</b>

### Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais.



## 26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>			
Renda de Aplicação Financeira	80.997	71.019	120.071
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	11.650	11.449	9.007
Variação Monetária	36.968	36.968	9.505
Variação Monetária s/ Depósitos Vinculados	10.883	10.883	38.400
Ajuste a Valor Presente	-	-	1.446
Rendas de Antecipação de Pagamento	37.010	37.010	12.274
PASEP/COFINS sobre Receitas Financeiras	(9.457)	(9.457)	(6.898)
Variações Cambiais	2.396	2.396	-
Outras	11.071	11.070	20.936
	<b>181.518</b>	<b>171.338</b>	<b>204.741</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>			
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(1.173.038)	(1.173.038)	(795.181)
Variação Monetária – Forluz	(23.218)	(23.218)	(29.110)
Variação Monetária – Emp. e Financiamentos	(75.850)	(75.850)	(114.477)
Variações Monetárias – Concessão Onerosa	(3.383)	(3.383)	(10.829)
Variações Monetárias	(14.192)	(14.162)	(10.667)
Variações Monetárias – Obrigações com a CCEE	(9.562)	(9.562)	-
Outras	(24.927)	(24.924)	(29.971)
	<b>(1.324.170)</b>	<b>(1.324.137)</b>	<b>(990.235)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>(1.142.652)</b>	<b>(1.152.799)</b>	<b>(785.494)</b>

## 27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, a Companhia é uma subsidiária integral da Cemig, cujo acionista controlador é o Governo do Estado de Minas Gerais. A Cemig Distribuição e a Light também são, controlada e controlada em conjunto da Cemig, respectivamente.

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:



EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	Consolidado e Controladora 31/12/2016	Controladora 31/12/2015						
<b>Controlador</b>								
<b>CEMIG</b>								
<b>Circulante</b>								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	-	-	-	(1.736)	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	605.000	718.137	-	-	-	-
<b>Controlada em conjunto</b>								
<b>Madeira Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	7.790	-	(420.828)	(500.403)
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (3)	-	86.941	-	-	-	12.274	-	-
<b>Aliança Geração</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	-	-	-	(64.613)	-
Prestação de Serviço (4)	3.673	193	-	-	13.184	6.328	-	-
<b>Baguari Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	5.788	-	-	-	-	-	-
Prestação de Serviço (4)	398	-	-	-	942	-	-	-
<b>Retiro Baixo</b>								
<b>Circulante</b>								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	2.146	-	-	-	-	-	-	-
<b>Hidrelétrica Pipoca</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	1.228	1.481	-	-	(16.002)	(11.120)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	593	-	-	-	-	-	-
<b>Guanhães Energia</b>								
<b>Circulante</b>								
Ajuste para perdas (7)	-	-	59.071	-	-	-	-	-
<b>Renova</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	-	1.518	-	-	(159.368)	(12.387)
<b>Não Circulante</b>								
Contas a receber (5)	73.722	-	-	-	13.722	-	-	-
Adiantamento de entrega futura de energia elétrica (6)	229.053	60.000	-	-	17.053	-	-	-
<b>Outras partes relacionadas</b>								
<b>Cemig Distribuição</b>								
<b>Circulante</b>								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	-	-	6.196	2.898	-	-
Operações com Energia Elétrica (2)	17.137	11.096	3.124	2.646	151.109	206.422	(39.822)	(37.258)
<b>Não Circulante</b>								
Convênio de Cooperação (1)	621	1.563	-	-	-	-	-	-
<b>Light</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	464	593	406	405	58.863	46.980	-	-
<b>TAESA</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (2)	-	-	5.215	4.618	-	-	(45.201)	(33.455)
<b>FIC Pampulha</b>								
<b>Circulante</b>								
Títulos e Valores Mobiliários	611.128	404.913	-	-	55.823	51.058	-	-
(-) Títulos emitidos pela própria Companhia (8)	(20.781)	-	-	-	-	-	-	-
<b>Não Circulante</b>								
Títulos e Valores Mobiliários	19.358	6.642	-	-	-	-	-	-
(-) Títulos emitidos pela própria Companhia (8)	(6.321)	-	-	-	-	-	-	-



EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	Consolidado e Controladora 31/12/2016	Controladora 31/12/2015						
<b>Outras partes relacionadas</b>								
<b>FORLUZ</b>								
<b>Circulante</b>								
Obrigações Pós-emprego (9)	-	-	19.497	17.192	-	-	(43.889)	(29.110)
Despesa de Pessoal (10)	-	-	-	-	-	-	(25.618)	(21.687)
Custeio Administrativo (11)	-	-	-	-	-	-	(5.665)	(4.770)
Arrendamento Operacional (12)	-	-	3.129	332	-	-	(10.804)	(3.938)
<b>Não Circulante</b>								
Obrigações Pós-emprego (9)	-	-	337.602	293.754	-	-	-	-
<b>Cemig Saúde</b>								
<b>Circulante</b>								
Plano de Saúde e odontológico (13)	-	-	23.024	17.913	-	-	(39.239)	(30.833)
<b>Não Circulante</b>								
Plano de Saúde e odontológico (13)	-	-	341.471	265.912	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;
- (2) As operações de venda e compra de energia elétrica, entre geradores e distribuidores, foram realizadas através de leilões organizados pelo Governo Federal e as operações de transporte de energia elétrica, realizadas pelas transmissoras, decorrem da operação centralizada do Sistema Interligado Nacional realizada pelo Operador Nacional do Sistema (ONS). Estas operações ocorrem em termos estabelecidos nos leilões públicos promovidos pela ANEEL;
- (3) Realizado em fevereiro de 2015, conforme condição do Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado entre a Cemig GT e SAESA em 19 de março de 2009. Para efeito de quitação, este valor será atualizado a uma taxa de 135% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e será compensado com os faturamentos que serão realizados pela SAESA, em função do suprimento de energia. A compensação foi concluída em 15 de março de 2016;
- (4) Refere-se a contrato de prestação de serviço de operação e manutenção de usina;
- (5) A Cemig GT possui um contas a receber junto à Renova Energia, no montante de R\$60.000 que será liquidado através de um pagamento inicial de R\$6 milhões, a ser realizado até 10 de janeiro de 2018, e 11 parcelas mensais sucessivas, com o vencimento final em dezembro de 2018, com atualização pela variação de 150% do CDI;
- (6) Em junho de 2016, foram antecipados pela Cemig GT à Renova Comercializadora, no âmbito do Contrato, R\$94.000, tendo sido constituídas garantias com determinados ativos da Renova. Posteriormente, foram realizadas novas antecipações, nos montantes de R\$40.000 em setembro e R\$15.000, R\$25.000 e R\$38.000 em 03, 17 e 27 de outubro de 2016, respectivamente. Para efeito de quitação, este valor será atualizado a uma taxa de 155% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e compensado com os faturamentos que serão realizados pela Renova, em função do suprimento de energia;
- (7) Foi reconhecido um passivo correspondente à participação da Companhia no Capital Social da Guanhães em função de seu Patrimônio Líquido negativo (vide Nota Explicativa nº 14);
- (8) O FIC Pampulha possui aplicações financeiras em títulos emitidos pela própria Companhia. Mais informações e características do fundo no texto descritivo abaixo;
- (9) Os contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e serão amortizados até o exercício de 2024 (vide Nota Explicativa nº 21);
- (10) Contribuições da Companhia para o Fundo de Pensão referente aos empregados participantes do Plano Misto e calculadas sobre as remunerações mensais (vide Nota Explicativa nº 25) em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (11) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade à legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (12) Aluguel do edifício sede;
- (13) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados (vide Nota Explicativa nº 21).

Vide mais informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas nº 8, 17 e 24.

### Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A Cemig GT aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica "Títulos e Valores Mobiliários" no ativo circulante e não circulante, ou apresentados deduzindo a rubrica de "Debêntures" no passivo circulante e não circulante, em 31 de dezembro de 2016.



Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	31/12/2016			31/12/2015
				Cemig GT 20,86%	Demais controladas 12,03% *	Total (consolidado) 32,92%	Cemig GT (controladora) 29,71%
AXXIOM	Debêntures	109,00% do CDI	29/01/2017	1.194	688	1.882	3.369
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	-	-	-	6.461
Ativas	Debêntures	CDI + 3,50%	01/07/2017	-	-	-	8.076
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	2.110	1.217	3.327	2.988
Brasnorte	Debêntures	108,00% do CDI	22/06/2016	-	-	-	845
				<b>3.304</b>	<b>1.905</b>	<b>5.209</b>	<b>21.739</b>

(\*) Referem-se às demais empresas consolidadas pela Cemig GT, que também possuem participação nos fundos de investimentos.

### Remuneração do pessoal chave da Administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, nos exercícios de 2016 e 2015, são demonstrados na tabela abaixo:

	2016	2015
Remuneração	3.739	2.962
Participação nos Resultados	(215)	383
Benefícios Assistenciais	353	274
<b>Total</b>	<b>3.877</b>	<b>3.619</b>

## 28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Ativo Financeiro da Concessão, Fundos Vinculados, Depósitos Vinculados a Litígios, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com concessões a pagar e fornecedores, Obrigações Pós-Emprego e Opções de Venda, sendo os ganhos e perdas obtidos nas operações integralmente registrados no resultado do exercício ou no patrimônio líquido, de acordo com o Regime de Competência.



Vide nota explicativa nº 1 sobre as diversas iniciativas da Companhia que têm por objetivo aumentar a liquidez através da celebração de novos contratos de financiamento ou refinanciamento das obrigações existentes e possível alienação de ativos que não fazem parte da atividade-fim. Qualquer rebaixamento adicional das notas de crédito pode ter consequências negativas sobre a capacidade da CEMIG GT de obter financiamento ou pode impactar o custo do financiamento, dificultando ou onerando ainda mais o refinanciamento das obrigações a vencer. Qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da CEMIG GT pode ser contratado com base em taxas de juros maiores e pode exigir que a Companhia cumpra cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia restringir ainda mais as atividades operacionais.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia foram reconhecidos inicialmente ao valor justo e encontram-se atualmente classificados conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os Equivalentes de Caixa, Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Fundos Vinculados e Ativos Financeiros não abarcados pela Medida Provisória 579, convertida em Lei de nº 12.783/13 e Ativos Financeiros relacionados ao Leilão 12/2015 das usinas de geração. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se nesta categoria Títulos e Valores Mobiliários mantidos para negociação e Opções de Vendas. São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos, diretamente, no resultado.
- Instrumentos Financeiros mantidos até o vencimento: encontram-se nesta categoria os Títulos e Valores Mobiliários, no montante de R\$28.271 em 31 de dezembro de 2016 e R\$22.883 em 31 de dezembro de 2015, incluído na nota explicativa nº 7. Há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. O valor justo, no montante de R\$28.143 em 31 de dezembro de 2016 e R\$22.763 em 31 de dezembro de 2015, foi mensurado considerando informações do Nível 2.
- Instrumentos Financeiros disponíveis para venda: encontram-se nesta categoria os ativos financeiros da concessão abarcados pela Medida Provisória 579, convertida em Lei de nº 12.783/13. São mensurados pelo valor novo de reposição (VNR), equivalentes ao valor justo na data destas Demonstrações Financeiras;



- Outros passivos financeiros - passivos financeiros não derivativos: encontram-se nesta categoria os Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures, Dívida pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ), concessões a pagar, obrigações pós emprego e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo de seus Empréstimos, Financiamentos e Debêntures utilizando a taxa de 140% da variação do CDI , com base nas últimas captações. Para aqueles Empréstimos, Financiamentos e Debêntures com taxas anuais entre IPCA + 6,00% a 8,07%, CDI + 2,00% a 4,05%, a Companhia considerou seu valor justo substancialmente igual ao contábil. Para os financiamentos do BNDES e ELETROBRAS o valor justo conceitualmente é similar ao saldo contábil, devido às características específicas das operações;
- Passivos mensurados a valor justo - passivos financeiros referentes a opções de venda: as opções de venda de cotas do Fip Melbourne e Fip Malbec (“PUT SAAG”) foram mensurados pelo valor justo mediante a utilização do método Black-Scholes-Merton (BSM). Até o terceiro trimestre de 2016, as opções eram calculadas utilizando-se o método de fluxo de caixa descontado tendo adotado, à partir do quarto trimestre 2016, o método BSM. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo dessas opções tendo como referência o preço das respectivas opções de venda obtidas pelo modelo BSM avaliadas na data de fechamento das demonstrações financeiras do exercício findo em 2016.

Os saldos contábeis são similares aos valores justos dos instrumentos financeiros, exceto quanto aos empréstimos, cujo saldo contábil é de R\$8.663.671 (R\$7.739.072 em 31 de dezembro de 2015) e valor justo de R\$8.301.021 (R\$7.708.514 em 31 de dezembro de 2015), sendo a mensuração de Nível 2 utilizando como referência passivos similares.

#### **a) Gestão de riscos**

O Gerenciamento de Riscos corporativos é uma ferramenta de Gestão Integrante das práticas de Governança Corporativa alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos riscos de câmbio, juros e inflação, os quais estão efetivos em linha com a estratégia da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

#### **Risco de taxas de câmbio**

A Cemig Geração e Transmissão não tem exposição relevante em relação ao risco de elevação das taxas de câmbio em relação ao Real.



## Risco de Taxa de juros

A Companhia está exposta aos riscos de elevação das taxas de juros nacionais, em 31 de dezembro de 2016. Esta exposição ocorre em função do passivo líquido indexado à variação das taxas de juros, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia às taxas de juros nacionais	Consolidado	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ativos</b>			
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 6)	424.965	358.441	282.147
Títulos e Valores Mobiliários (nota 7)	437.084	282.153	1.916.804
Ativos Financeiros da Concessão (nota 13)	482.281	482.281	447.312
Fundos Vinculados	891	887	870
	<b>1.345.221</b>	<b>1.123.762</b>	<b>2.647.133</b>
<b>Passivos</b>			
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures CDI (nota 19)	(7.239.433)	(7.239.433)	(6.410.864)
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures TJLP (nota 19)	(78.893)	(78.893)	(89.989)
	<b>(7.318.326)</b>	<b>(7.318.326)</b>	<b>(6.500.853)</b>
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b>(5.973.105)</b>	<b>(6.194.564)</b>	<b>(3.853.720)</b>

## Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevantes, a Companhia estima, que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2017, as taxas SELIC e TJLP serão de 9,00% e 6,75%, respectivamente. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25% e 50% em relação ao cenário provável. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais Consolidado	31/12/2016	31 de dezembro de 2017		
	Valor Contábil	Cenário Provável SELIC 9,00% TJLP 6,75%	Cenário Possível SELIC 11,25% TJLP 8,44%	Cenário Remoto SELIC 13,50% TJLP 10,13%
<b>Ativos</b>				
Equivalentes de Caixa - Aplicações (nota 6)	424.965	463.212	472.774	482.335
Títulos e Valores Mobiliários (nota 7)	437.084	476.422	486.256	496.090
Ativos Financeiros da Concessão (nota 13)	482.281	525.686	536.538	547.389
Fundos Vinculados	891	971	991	1.011
	<b>1.345.221</b>	<b>1.466.291</b>	<b>1.496.559</b>	<b>1.526.825</b>
<b>Passivos</b>				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - CDI (nota 19)	(7.239.433)	(7.890.982)	(8.053.869)	(8.216.756)
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures - TJLP (nota 19)	(78.893)	(84.218)	(85.552)	(86.885)
	<b>(7.318.326)</b>	<b>(7.975.200)</b>	<b>(8.139.421)</b>	<b>(8.303.641)</b>
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b>(5.973.105)</b>	<b>(6.508.909)</b>	<b>(6.642.862)</b>	<b>(6.776.816)</b>
<b>Efeito Líq. da Variação das Taxas de Juros</b>		<b>(535.804)</b>	<b>(669.757)</b>	<b>(803.711)</b>



## Risco de Elevação da Inflação

A Companhia não está exposta ao risco de elevação da inflação, em 31 de dezembro de 2016 em função de ter mais ativos que passivos indexados à variação dos indicadores de inflação, conforme demonstrado a seguir:

Exposição da companhia à elevação da inflação	Consolidado	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
<b>Ativos</b>			
Bonificação de outorga - IPCA	2.253.765	-	-
Ativos Financeiros da Concessão – IPCA	1.805.230	1.805.230	1.054.129
	<b>4.058.995</b>	<b>1.805.230</b>	<b>1.054.129</b>
<b>Passivos</b>			
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures – IPCA (nota 19)	(1.307.929)	(1.307.929)	(1.226.592)
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	(178.099)	(178.099)	(183.659)
	<b>(1.486.028)</b>	<b>(1.486.028)</b>	<b>(1.410.251)</b>
<b>Ativo Líquido</b>	<b>2.572.967</b>	<b>319.202</b>	<b>(356.122)</b>

## Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de inflação mais relevantes, a Companhia estima que, em um cenário provável em 31 de dezembro de 2017, a taxa IPCA será de 4,70%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados advindos de uma alta nas taxas de 25,00% e 50,00% em relação ao cenário provável.

Risco - Elevação da inflação Consolidado	31 de dezembro 2016	31 de dezembro de 2017		
	Valor Contábil	Cenário Provável IPCA 4,70%	Cenário Possível IPCA 5,88%	Cenário Remoto IPCA 7,05%
<b>Ativos</b>				
Ativos Financeiros da Concessão – IPCA	1.805.230	1.890.076	1.911.378	1.932.499
Bonificação de Outorga - IPCA	2.253.765	2.359.692	2.386.287	2.412.656
	<b>4.058.995</b>	<b>4.249.768</b>	<b>4.297.665</b>	<b>4.345.155</b>
<b>Passivos</b>				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures- IPCA (nota 19)	(1.307.929)	(1.369.402)	(1.384.835)	(1.400.138)
Dívida pactuada c/fundo de Pensão (FORLUZ)	(178.099)	(186.470)	(188.571)	(190.655)
	<b>(1.486.028)</b>	<b>(1.555.872)</b>	<b>(1.573.406)</b>	<b>(1.590.793)</b>
<b>Ativo Líquido</b>	<b>2.572.967</b>	<b>2.693.896</b>	<b>2.724.259</b>	<b>2.754.362</b>
<b>Efeito Líquido da Variação da inflação</b>		<b>120.929</b>	<b>151.292</b>	<b>181.395</b>

## Risco de Liquidez

A Cemig Geração e Transmissão apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Cemig Geração e Transmissão administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos, mensalmente, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.



A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, aprovada pelo Comitê de Riscos Financeiros, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDBs ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta ratings, exposições e patrimônio. Busca, também, retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, podendo acarretar redução da receita caso ocorra a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica.

Na data base destas demonstrações financeiras, a Companhia apresentava excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes conforme descrito na nota explicativa 1.

Na nota explicativa nº 1 são mencionadas as diversas iniciativas da Companhia para aumentar a sua liquidez através de novos financiamentos, pelo refinanciamento das atuais obrigações ou através de potencial desinvestimento de ativos que não fazem parte dos negócios básicos da Companhia. Qualquer redução nos ratings da Companhia podem ter como consequência uma redução na habilidade de obter novos financiamentos e também dificultar ou tornar mais oneroso o refinanciamento das dívidas vincendas. Nessas condições, qualquer financiamento ou refinanciamento da dívida da Companhia poderia ter taxas de juros mais altas e requereria o atendimento de cláusulas restritivas mais onerosas, o que poderia adicionalmente causar restrições nas operações dos negócios



O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos e debêntures, pós e pré-fixadas (quando existentes), incluindo os juros futuros até as datas de vencimentos contratuais, pode ser observado na tabela abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:						
- Pós-fixadas						
Fornecedores	367.836	9.202	-	-	-	377.038
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	36.468	934.766	3.136.054	6.424.478	481.833	11.013.599
Concessões a pagar	241	728	1.871	9.616	14.709	27.165
Dívida Pactuada com Fundo de Pensão (FORLUZ)	2.456	7.457	20.203	134.939	97.448	262.503
	<b>407.001</b>	<b>952.153</b>	<b>3.158.128</b>	<b>6.569.033</b>	<b>593.990</b>	<b>11.680.305</b>

### Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

O saldo das perdas para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2016, considerado como adequado em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia, foi de R\$4.109.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de instituição financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004.

A Cemig GT administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações Financeiras.

Como instrumento de gestão, a Cemig GT divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e fundos de investimentos. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.



As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de três agências de riscos;
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões;
3. Índice de Basileia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	Entre 6% e 9%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 5% e 8%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 5% e 7%

\*\* o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos a Cemig estabelece, também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

### Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas

A Companhia possui contratos de financiamento com cláusula restritiva (“*covenant*”) referentes a índices financeiros da Cemig GT e sua controladora, e cláusulas de “*cross default*”.

Em 31 de dezembro de 2016 todas as cláusulas restritivas, referentes a índices financeiros da Cemig GT e sua controladora, foram atendidas. Mais detalhes na nota explicativa nº 19.

### b) Administração de Capital

As comparações do passivo líquido da Companhia em relação ao seu patrimônio líquido ao final em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são apresentadas a seguir:

	Consolidado	Controladora	
	31/12/2016	31/12/2016	31/12/2015
Total do Passivo	11.901.050	11.890.751	10.664.552
Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 6)	(427.827)	(361.252)	(283.703)
<b>Passivo Líquido</b>	<b>11.473.223</b>	<b>11.529.499</b>	<b>10.380.849</b>
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>	<b>4.583.194</b>	<b>4.583.194</b>	<b>4.683.812</b>
<b>Relação Passivo Líquido sobre Patrimônio Líquido</b>	<b>2,50</b>	<b>2,52</b>	<b>2,22</b>



## 29. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos a valor justo; após o reconhecimento inicial, a companhia classifica os ativos e passivos financeiros entre as categorias definidas para instrumentos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** – Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação ou apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.



A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Consolidado	Saldo em 31/12/2016	Valor justo em 31 de dezembro de 2016		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
<b>Ativos</b>				
<b>Mantidos para negociação</b>				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	13.769	-	13.769	-
Letras Financeiras – Bancos (LFs)	304.214	-	304.214	-
Letras Financeiras do Tesouro	81.063	81.063	-	-
Debêntures	30.548	-	30.548	-
	<b>429.594</b>	<b>81.063</b>	<b>348.531</b>	-
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>				
Bonificação de Outorga (nota 13)	2.253.765	-	2.253.765	-
	<b>2.683.359</b>	<b>81.063</b>	<b>2.602.296</b>	-
<b>Passivos</b>				
<b>Valor justo por meio do resultado</b>				
Opções de venda SAAG (1)	(196.173)	-	-	(196.173)
	<b>(196.173)</b>	-	-	<b>(196.173)</b>
	<b>2.487.186</b>	<b>81.063</b>	<b>2.602.296</b>	<b>(196.173)</b>

(1) A partir de 2016, a Companhia passou a utilizar o método Black-Scholes-Merton para mensuração do valor justo das opções. Mais detalhes na Nota Explicativa Nº 14.

Controladora	Saldo em 31/12/2015	Valor justo em 31 de dezembro de 2015		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
<b>Ativos</b>				
<b>Mantidos para negociação</b>				
Títulos e Valores Mobiliários				
Certificados de Depósitos Bancários	1.629.271	-	1.629.271	-
Letras Financeiras – Bancos (LFs)	187.565	-	187.565	-
Letras Financeiras do Tesouro	36.754	36.754	-	-
Debêntures	63.039	-	63.039	-
Outros	175	-	175	-
	<b>1.916.804</b>	<b>36.754</b>	<b>1.880.050</b>	-
<b>Passivos</b>				
<b>Valor justo por meio do resultado</b>				
Opções de venda SAAG (1)	(147.614)	-	-	(147.614)
	<b>(147.614)</b>	-	-	<b>(147.614)</b>
	<b>1.769.190</b>	<b>36.754</b>	<b>1.880.050</b>	<b>(147.614)</b>

(1) Detalhes sobre características, variações reconhecidas no resultado e análise de sensibilidade estão demonstradas na Nota Explicativa 13 destas Demonstrações Financeiras.



## Metodologia de cálculo do valor justo

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

Opções de venda: as opções de venda de cotas do Fip Melbourne e Fip Malbec (“PUT SAAG”) foram mensurados pelo valor justo mediante a utilização do método Black-Scholes-Merton (BSM). Até o terceiro trimestre de 2016, as opções eram calculadas utilizando-se o método de fluxo de caixa descontado tendo adotado, à partir do quarto trimestre 2016, o método BSM. A Companhia efetuou o cálculo do valor justo dessas opções tendo como referência o preço das respectivas opções de venda obtidas pelo modelo BSM avaliadas na data de fechamento das demonstrações financeiras do exercício findo em 2016.

A movimentação das opções de venda e outras informações estão demonstradas na Nota Explicativa nº 14 destas Demonstrações Financeiras.

## 30. SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguros visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação a seguir, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Financeiras, conseqüentemente não foram examinadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada (1)	Prêmio Anual (1)
Aeronáutico - Aeronaves / Equipamentos Guimbal	Casco	29/04/2016 a 28/04/2017	US\$4.675	US\$84
	Responsabilidade Civil		US\$14.000	
Almoxarifados	Incêndios	02/10/2016 a 01/10/2017	R\$16.921	R\$25
Instalações prediais	Incêndios	08/01/2017 a 07/01/2018	R\$451.860	R\$98
Equipamentos de telecomunicações	Incêndios	08/01/2017 a 07/01/2018	R\$11.514	R\$5
Risco Operacional – Geradores, Turbinas e Equipamentos de Potência de valores acima de R\$1.500 mil.	(2)	07/12/2016 a 06/12/2017	R\$1.438.338	R\$ 1.795

(1) Valores expressos em R\$ Mil ou US\$ Mil

(2) O limite de indenização (LMI) é de R\$214.035 mil

A Cemig Geração e Transmissão, com exceção do aeronáutico, não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Companhia não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios, não tendo sido apuradas perdas históricas significativas em função dos riscos acima mencionados.



### 31. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Companhia possui obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, compra de energia e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2017	2018	2019	2020	2021	2022 em Diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	3.256.193	2.064.912	879.371	1.047.947	1.033.089	352.159	8.633.671
Dívida com Plano de Pensão-FORLUZ	19.497	20.667	21.907	23.221	24.614	68.189	178.095
Concessão Onerosa	2.977	2.560	2.307	2.070	1.854	10.235	22.003
Compra de Energia	3.735.672	3.410.828	2.776.296	2.887.451	3.200.697	30.267.208	46.278.152
Arrendamentos Operacionais	21.193	20.734	20.734	20.734	20.734	20.734	124.863
	<b>7.035.532</b>	<b>5.519.701</b>	<b>3.700.615</b>	<b>3.981.423</b>	<b>4.280.988</b>	<b>30.718.525</b>	<b>55.236.784</b>

### 32. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia realizou as seguintes operações não envolvendo caixa, que não estão refletidas nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa:

	31/12/2016	31/12/2015
Ativos aportados na Aliança Geração de Energia S.A.	-	581.114
Transferência de Imobilizado para Outros Ativos de Longo Prazo (Usina de São Simão)	-	219.869
Aporte de Ativos na Constituição das SPES	1.479.304	-



### **33. EVENTOS SUBSEQUENTES**

#### **Pagamento de Debêntures**

Em 15 de fevereiro de 2017, a Cemig GT amortizou integralmente a 1ª série da 3ª Emissão de debêntures, no valor de R\$ 553 milhões de reais (principal, acrescidos de juros) calculados até a data da efetiva amortização. Nesta mesma data, foram pagos também os juros da 2ª e 3ª séries da 3ª Emissão de debêntures no valor de R\$ 76 milhões de reais. Estes pagamentos foram realizados com recursos próprios.

#### **Homologação da Receita Anual de Geração (RAG) da UHE Volta Grande**

Em fevereiro de 2017, ocorreu o vencimento da concessão da usina de Volta Grande, sendo que em 21 de março de 2017, através da Resolução nº 2.208, a Aneel homologou a RAG da UHE Volta Grande em regime de cotas, em prestação temporária de serviço de geração de energia elétrica pela cemig GT até a assunção do concessionário vencedor da licitação da usina.

#### **Requerimentos de Instauração de Processos Administrativos no Ministério de Minas e Energia – Concessões das UHE's de Volta Grande, Jaguará, São Simão e Miranda**

A Cemig GT reiterou, em fevereiro de 2017, junto ao Ministério de Minas e Energia ("MME"), seu pedido de prorrogação, por 20 (vinte) anos, nos termos da Cláusula Quarta do Contrato de Concessão 007/97, dos prazos de concessão das UHE's de Jaguará, São Simão e Miranda, e, subsidiariamente, requereu a instauração de processo administrativo para os efeitos do § 1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013, em benefício de uma das subsidiárias da Cemig GT prestadora de serviço.

Esse dispositivo legal, incluído pela Lei nº 13.360, de 17/11/2016, faculta à União outorgar contrato de concessão de geração de energia elétrica pelo prazo de 30 (trinta) anos associado à transferência do controle da pessoa jurídica prestadora deste serviço (no caso, uma das subsidiárias da Cemig GT), sob controle direto ou indireto de Estado, do Distrito Federal ou de Município, desde que: I - a licitação, na modalidade leilão ou concorrência, seja realizada pelo controlador até 28 de fevereiro de 2018; II - a transferência de controle seja realizada até 30 de junho de 2018.

O pedido subsidiário se fundamentou, em síntese, no espírito conciliador e de cooperação que deve reger a relação entre concessionário e poder concedente e a busca constante de alternativas que apresentem, sempre, a melhor solução para os consumidores, para o país e para os acionistas da Companhia, dentre eles, o povo mineiro. Assim, caso o Ministério entenda por manter seu posicionamento e mantidas todas as decisões que determinaram a prevalência da Lei nº 12.783/2013 em detrimento do disposto na Segunda Subcláusula da Cláusula Quarta do Contrato CEMIG nº 007/1997, a CEMIG GT solicitou, em benefício de uma das subsidiárias, a aplicação da regra constante do disposto no §1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013.



Salientou-se, por oportuno, que a simples apresentação do Requerimento Subsidiário não importa, por certo, renúncia da Cemig GT ao direito da Companhia discutido nas ações judiciais que move em face da União, ou seja, ao direito à garantia da prorrogação das concessões previsto na Cláusula Quarta do Contrato de Concessão 007/1997.

Nesta mesma data, a Companhia protocolizou junto ao MME resposta sobre questionamento acerca do interesse em permanecer como prestadora do serviço de geração de energia após o termo final da concessão da UHE Volta Grande, que ocorrerá em 23 de fevereiro de 2017. Nesta resposta e em requerimento próprio, a Companhia manifestou seu interesse em permanecer responsável pela Prestação do Serviço de geração de energia elétrica desta UHE, bem como requereu a instauração de processo administrativo para os efeitos do § 1º-C do art. 8º da Lei nº 12.783/2013, também em benefício de uma das subsidiárias da Cemig GT prestadora de serviço.

### **Decisão Liminar no Mandado de Segurança da Usina de São Simão**

O Superior Tribunal de Justiça (“STJ”) concedeu a liminar para manter a Cemig Geração e Transmissão S/A (“Cemig GT”) na titularidade da concessão da Usina Hidrelétrica de São Simão (“UHE São Simão”), em Minas Gerais, nas bases iniciais do Contrato de Concessão n.º 007/97, até a conclusão do julgamento do mandado de segurança nº 21.465, no STJ, impetrado pela Companhia.

Conforme movimentação processual no sítio do STJ (06/03/2017, às 20h14) e certidão STJ nº 1783814 (gerada em 07/03/2017, às 06h47), foi “...concedida a medida liminar de CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S/A até a conclusão do julgamento do presente mandado de segurança, para permitir que a ora impetrante permaneça na titularidade da concessão da Usina de São Simão, sob as bases iniciais do Contrato de Concessão nº 007/97”.

Em 28 de março de 2017, foi revogada a medida liminar nos autos do Mandato de Segurança nº 21.465/DF, que tramita perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), impetrado pela Companhia, com o objetivo de anular a decisão do Ministério de Minas e Energia (MME) que indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo de concessão da UHE de São Simão, nos termos de seu Contrato de Concessão 007/97.

### **Revogação da liminar na Ação Cautelar 3980/STF - Usina Jaguará**

O Supremo Tribunal Federal (“STF”) denegou a ordem para manter a Cemig GT na titularidade da concessão da Usina de Jaguará (“UHE Jaguará”) sob as bases iniciais do Contrato de Concessão 007/97.

Conforme movimentação processual no sítio do STF (21/03/2017), foi “revogada a liminar anteriormente concedida, determinando o seguimento da demanda, com envio dos autos à d. PGR, para manifestação de estilo nos autos do RMS nº 34.203”.



### **Revogação de Medida Liminar – Usina de Miranda**

Em 29 de março de 2017, foi revogada a medida liminar nos autos do Mandato de Segurança nº 23.042/DF, que tramita perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ), impetrado pela Companhia, com o objetivo de anular a decisão do Ministério de Minas e Energia (MME) que indeferiu, no mérito, o pedido da Cemig GT para a prorrogação do prazo de concessão da UHE de São Simão, nos termos de seu Contrato de Concessão 007/97.

### **Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2017)**

Em março de 2017, a Companhia aprovou o Programa de Desligamento Voluntário Programado (PDVP 2017), sendo elegíveis para requerer a adesão os empregados que tiverem tempo de serviço na Cemig igual ou superior a 25 anos até 31 de dezembro de 2017. O PDVP 2017 terá o seu período de adesão entre 03 de abril de 2017 e 29 de setembro de 2017 e prevê o pagamento de um prêmio adicional de 5 remunerações para os empregados que fizerem a adesão em abril de 2017, cujo desligamento ocorrerá em maio de 2017, sendo o prêmio reduzido de forma progressiva de acordo com o mês de adesão. Portanto, para o empregado que fizer a adesão em agosto de 2017, cujo desligamento ocorrerá em setembro de 2017, terá direito a um prêmio correspondente a uma remuneração. Não existirá prêmio para os empregados que se desligarem a partir de 1º de setembro de 2017. Também ocorrerá o pagamento das verbas rescisórias previstas em lei, incluindo aviso prévio, depósito da multa correspondente a 40% do valor base do FGTS para fins rescisórios e demais encargos previstos na legislação.

Considerando o período de adesão dos empregados, não é possível estimar os efeitos nas demonstrações financeiras da Cemig em 2017.

### **Alienação de Parques Eólicos pela Renova**

A Renova Energia S.A. em atendimento à Instrução CVM nº 358/2002, conforme alterada, informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que acordou com a AES Tietê Energia S.A. (“AES”) oferta vinculante (“Oferta AES”) para alienação do conjunto de parques eólicos que constituem o complexo Alto Sertão II (“Alto Sertão II”). O aceite desta proposta pela Renova está sujeito à aprovação do Conselho de Administração, a ser convocado oportunamente para este fim.

Dentre os termos descritos na Oferta AES, o preço base da transação é de R\$ 650 milhões (“Preço”) e envolve a compra das ações da Renova Eólica Participações S.A. ou da Nova Energia Holding S.A., empresas que controlam as 15 sociedades de propósito específico (“SPEs”) que compõem o Alto Sertão II, além da concessão, à AES, do direito de exclusividade durante um período de 45 (quarenta e cinco) dias (“Transação”). O Preço estará sujeito a ajustes caso sejam satisfeitas determinadas condições da Transação.



A Renova esclarece que a conclusão da Transação deverá ocorrer apenas após (I) a assinatura do contrato de compra e venda de ações (“CCVA”), cujos termos ainda estão sendo discutidos e negociados entre as partes e, conseqüentemente, (II) o cumprimento de condições precedentes usuais em operações dessa natureza que constarão do referido CCVA.

A administração da Renova ressalta que a Transação está integralmente alinhada com a estratégia de readequação da estrutura de capital, que visa garantir a sustentabilidade dos negócios da Renova no longo prazo e manterá o mercado informado sobre quaisquer eventos ou desdobramentos relacionados à transação.

### **Adiantamento para Futuro Aumento de Capital**

Em 10 de fevereiro de 2017, o Conselho de Administração deliberou autorizar o aumento de capital no montante de R\$100.000, na forma de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, o qual será capitalizado, por meio de deliberação específica em Assembleia Geral Extraordinária.

\*\*\*\*\*

(Original assinado pelos signatários abaixo)

**Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga**

Diretor-Presidente

**Bernardo Afonso Salomão de  
Alvarenga**

Diretor Vice-Presidente

**Adézio de Almeida Lima**

Diretor de Finanças e Relações com  
Investidores

**Luiz Fernando Paroli Santos**

Diretor

**Franklin Moreira Gonçalves**

Diretor de Geração e Transmissão

**Maura Galuppo Botelho Martins**

Diretor de Relações e Recursos  
Humanos

**José de Araújo Lins Neto**

Diretor de Gestão Empresarial

**Luiz Fernando Paroli Santos**

Diretor de Relações Institucionais e  
Comunicação

**Dimas Costa**

Diretor Comercial

**César Vaz de Melo Fernandes**

Diretor de Desenvolvimento de Negócios

**Raul Lycurgo Leite**

Diretor Jurídico

**Leonardo George de Magalhães**

Superintendente de Controladoria  
CRC-MG 53.140

**Leonardo Felipe Mesquita**

Gerente de Contabilidade  
Contador – CRC-MG-85.260

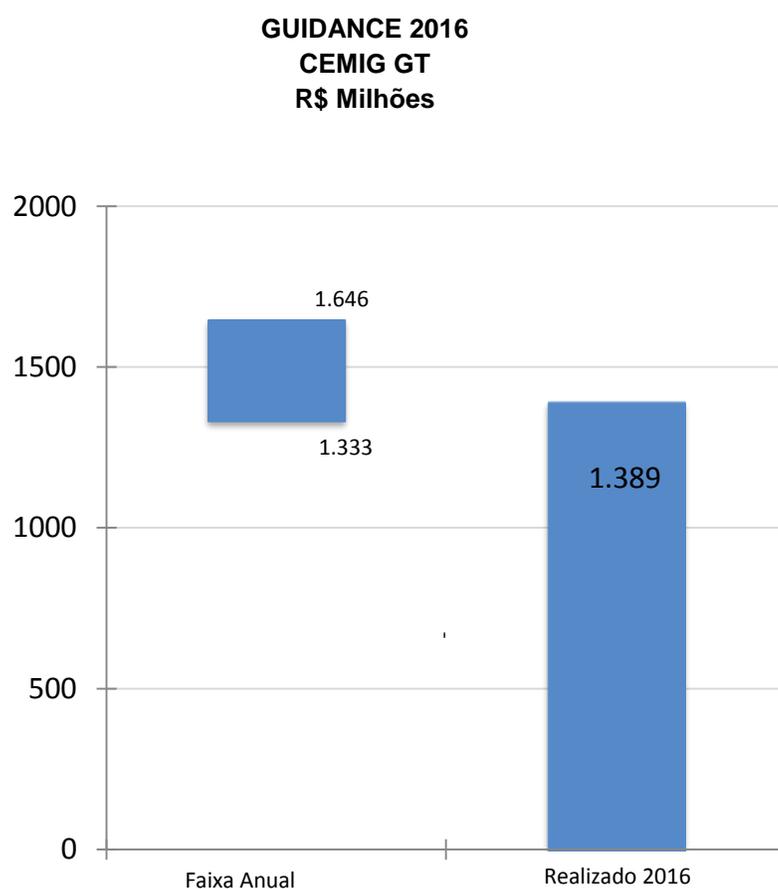
## CEMIG GERAÇÃO E TRANSMISSÃO S.A.

## INSTRUÇÃO CVM 480/09

## PROJEÇÕES GUIDANCE 2016

## Acompanhamento e análise das projeções de LAJIDA divulgadas x resultados verificados

O LAJIDA realizado pela Cemig GT, em 2016, está situado 4,2% acima do limite inferior e 15,6 % abaixo do limite superior comparativamente à faixa anual projetada no Guidance.



Fatores que impactaram negativamente a realização do LAJIDA.

- Redução de 3,7% no volume total de vendas (MWh), impactando a receita bruta em menos R\$235 milhões.
- Ajuste para perda, por desvalorização em investimentos na Renova, no valor de R\$763 milhões, em função da análise do fluxo de caixa da controlada em conjunto, a Administração da Cemig GT entendeu ser necessária um ajuste integral do valor mencionado, como efeito no resultado do exercício de 2016.
- Redução de R\$215 milhões nos resultados de equivalência patrimonial, que decorre, principalmente, dos fatores destacados abaixo:
  - Renova: ajuste para perdas por desvalorização do seu imobilizado e do investimento na Terraform, além de baixa de opção de venda com a SunEdison.
  - Guanhães: ajuste para perdas por desvalorização em ativos realizada pela empresa.

Pelo lado positivo, podemos destacar.

- Contabilização, na receita operacional bruta, das receitas da Usina de Jaguará, mercado de curto prazo, e da Usina de São Simão, no regime de cotas, no segundo semestre do ano. No Guidance a receita dessas usinas foi considerada somente até o mês de junho/16.
- Elevação do PLD médio realizado (93,25) em relação ao projetado ( 39,93).
- Venda Antecipada de Energia Elétrica: A Cemig GT realizou operação, com grande cliente, de antecipação de venda de energia tendo recebido o valor de R\$181.200, antecipadamente, referente à quantidade de energia contratada para o período de 1º de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.
- Contabilização, na receita operacional bruta, de R\$751 milhões referentes à indenização da transmissão, conforme eventos a seguir, que impactaram o LAJIDA no Guidance, uma vez que na projeção foram considerados na receita financeira.
  - R\$20 milhões referente à diferença entre o valor da revisão preliminar da ANEEL, que foi de R\$1.157 milhões em 23 de fevereiro de 2015, em relação a revisão final;
  - R\$90 milhões referente à diferença entre as variações dos índices IGP-M e IPCA, considerando que a companhia havia atualizado o saldo a receber, até maio de 2016, pelo IGP-M;
  - R\$438 milhões referente ao custo de capital próprio considerando a taxa de 10,44% a.a..
  - R\$44 milhões referente à atualização pelo IGP-M, até maio de 2016, do saldo de indenização a receber;

- R\$159 milhões referente à atualização do saldo de indenização a receber, pelo IPCA e pelo custo de capital próprio, conforme Portaria MME nº120, no período de julho a dezembro de 2016.

- Receita de Atualização da Bonificação pela Outorga: Representa a atualização pelo IPCA e juros remuneratórios da Bonificação pela Outorga relativa à concessão do lote D do Leilão 12/2015.
- Redução de R\$77 milhões na despesa de depreciação, em função basicamente do vencimento da concessão de 14 usinas da Cemig GT, com a exclusão da depreciação desses ativos em 2016.
- Alienação de participação societária vinculada à Transchile, representando um ganho de R\$94 milhões.

Fonte: Guidance Anual Cemig / Demonstrações Financeiras Padronizadas

Superintendência de Planejamento e Controle Corporativo – PP

Gerência de Planejamento Corporativo e Orçamento - PP/PC

11/04/2017

## Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS  
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS  
Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da  
Cemig Geração e Transmissão S.A.  
Belo Horizonte - MG

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfases

#### Renovação das concessões das usinas hidrelétricas de Jaguará e São Simão e Miranda

Conforme descrito nas notas explicativas nº 4 e 33 às demonstrações financeiras, a Companhia está discutindo judicialmente a renovação dos contratos de concessão das usinas hidrelétricas de Jaguará, São Simão e Miranda, que tiveram seus vencimentos em agosto de 2013, janeiro de 2015 e dezembro de 2016, respectivamente. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

#### Riscos relacionados a leis e regulamentos

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e 14 às demonstrações financeiras, a Companhia possui participação não controladora direta e indireta na Madeira Energia S.A. (que possui investimento na Santo Antônio Energia S.A.). Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas indiretos da Madeira Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas indiretos. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e 14 às demonstrações financeiras, a Companhia possui participação não controladora indireta na Norte Energia S.A. Encontram-se em andamento investigações e outras medidas legais conduzidas pelo Ministério Público Federal que envolvem outros acionistas da Norte Energia S.A. e determinados executivos desses outros acionistas. Nossa opinião não está modificada em relação a esse tema.

#### Risco de continuidade da investida Renova Energia S.A.

Conforme divulgado nas notas explicativas nº 1, 14 e 33 às demonstrações financeiras, a Companhia possui participação não controladora na Renova Energia S.A. cujas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Renova Energia S.A.. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

### Compromissos financeiros de curto prazo

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$2.476 mil. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria,

pois o processo para a conclusão de que não existe incerteza relevante em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia envolveu julgamento por parte Administração em decorrência da necessidade de avaliação da capacidade da Companhia em honrar seus compromissos financeiros de curto prazo, em especial as alternativas disponíveis para acesso ao mercado financeiro nacional e internacional para emissão de títulos de dívida de longo prazo, plano de desinvestimento e geração futura de caixa.

Nossos procedimentos de auditoria para endereçar este principal assunto de auditoria incluíram: (i) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes e especializados na avaliação do tema, incluindo nossos especialistas em normas técnicas e profissionais de contabilidade para auxiliar na avaliação da operação e do adequado tratamento contábil; (ii) avaliação da capacidade de geração de fluxo de caixa operacional decorrente das concessões existentes, (iii) avaliação do histórico de captações, captações planejadas, estágio atual dos processos de captação iniciados e avaliações das agências de rating, e (iv) avaliação das vendas de ativos realizadas, bem como a valorização de ativos passíveis de alienação e (v) avaliação se as divulgações efetuadas pela Administração estão apropriadas.

#### Reconhecimento de receita

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2 e 24 às demonstrações financeiras, a receita da Companhia decorre substancialmente do fornecimento e suprimento de energia elétrica. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, em função da existência de um risco presumido de fraude no reconhecimento da receita tendo em vista a possibilidade da Administração burlar os controles internos implementados na Companhia para registro de transações com o intuito de melhorar a apresentação ou divulgação das condições financeiras ou dos resultados da Companhia. A Administração está em uma posição privilegiada para burlar os controles internos da Companhia, se assim desejar. Dado o potencial impacto que tal ação poderia acarretar sobre as demonstrações financeiras, este foi considerado por nós como um assunto principal de auditoria.

Nossos procedimentos para endereçar este principal assunto de auditoria incluíram: (i) avaliação dos controles internos relevantes para garantir o registro adequado das transações de receita, (ii) obtenção da totalidade de lançamentos contábeis com o objetivo de selecionar lançamentos contábeis nas contas de receita com características de interesse específicas (lançamentos contábeis manuais) com o intuito de identificar eventuais lançamentos potencialmente indevidos, (iii) exame documental para lançamentos contábeis selecionados com o objetivo de avaliar sua substância econômica, relação com as atividades de Companhia e o adequado tratamento contábil, e (iv) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados.

#### Outros assuntos

##### Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVAs), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

##### Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados à circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos, também, aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Marcelo Salvador  
Auditores Independentes Contador  
CRC nº 2 SP 011.609/O-8 F/MG CRC nº 1 MG 089.422/O-0

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

### PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da Cemig Geração e Transmissão S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31-12-2016, e respectivos documentos complementares. Após verificarem que os documentos acima mencionados refletem a situação econômico-financeira da Companhia e considerando, também, os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e, em especial, a manifestação dos seus auditores independentes, opinam os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, favoravelmente à aprovação dos mesmos na Assembleia Geral Ordinária a realizar-se em 12-05-2017, às 14 horas.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2017.

aa.) Charles Carvalho Guedes  
Edson Moura Soares  
Manuel Jeremias Leite Caldas  
Newton Brandão Ferraz Ramos  
Rafael Amorim de Amorim

## Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

### DECLARAÇÃO

Nós declaramos, para os devidos fins, sob a responsabilidade dos nossos cargos, que, na 737ª reunião da Diretoria Executiva da Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT, realizada em 11-04-2017, aprovamos a conclusão, em 11-04-2017, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2016; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2016 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as citadas Demonstrações Financeiras.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2017.

aa.) Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga - Diretor-Presidente e, temporária e cumulativamente, Diretor Vice-Presidente  
Adézio de Almeida Lima - Diretor de Finanças e Relações com Investidores

César Vaz de Melo Fernandes - Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Dimas Costa - Diretor Comercial

Franklin Moreira Gonçalves - Diretor de Geração e Transmissão

José de Araújo Lins Neto - Diretor de Gestão Empresarial

Maura Galuppo Botelho Martins - Diretora de Relações e Recursos Humanos

Luis Fernando Paroli Santos - Diretor sem denominação específica e, temporária e cumulativamente, Diretor de Relações Institucionais e Comunicação

Raul Lycurgo Leite - Diretor Jurídico

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente**

### **DECLARAÇÃO**

Nós declaramos, para os devidos fins, sob a responsabilidade dos nossos cargos, que, na 737ª reunião da Diretoria Executiva da Cemig Geração e Transmissão S.A. - Cemig GT, realizada em 11-04-2017, aprovamos a conclusão, em 11-04-2017, das Demonstrações Financeiras da Companhia, relativas ao exercício social de 2016; bem como o encaminhamento ao Conselho de Administração, para deliberação e encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária, do Relatório da Administração, das Demonstrações Financeiras do exercício de 2016 e dos respectivos documentos complementares. Sobre tais documentos, declaramos que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas pelos representantes dos Auditores Independentes.

Belo Horizonte, 11 de abril de 2017.

aa.) Bernardo Afonso Salomão de Alvarenga - Diretor-Presidente e, temporária e cumulativamente, Diretor Vice-Presidente  
Adézio de Almeida Lima - Diretor de Finanças e Relações com Investidores

César Vaz de Melo Fernandes - Diretor de Desenvolvimento de Negócios

Dimas Costa - Diretor Comercial

Franklin Moreira Gonçalves - Diretor de Geração e Transmissão

José de Araújo Lins Neto - Diretor de Gestão Empresarial

Maura Galuppo Botelho Martins - Diretora de Relações e Recursos Humanos

Luis Fernando Paroli Santos - Diretor sem denominação específica e, temporária e cumulativamente, Diretor de Relações Institucionais e Comunicação

Raul Lycurgo Leite - Diretor Jurídico